

LIBERDADE E O FUTURO DA INTERNET

CYPHERPUNKS

JULIAN ASSANGE

COM JACOB APPELBAUM, ANDY MÜLLER-MAGUHN E JÉRÉMIE ZIMMERMANN

BOITEMPO
EDITORIAL

*** SYSTEM FAILURE ***

Sobre *Cypherpunks*

Pablo Ortellado

Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet não é um alerta para o futuro, é um alerta para o presente. Neste livro, o fundador do WikiLeaks Julian Assange discute com três proeminentes ativistas do mundo digital – Jacob Appelbaum, desenvolvedor do *software* de criptografia TOR, Andy Müller-Maguhn, porta-voz do grupo *hacker* Chaos Computer Club, e Jérémie Zimmermann, ativista da ONG La Quadrature du Net – os perigos de um mundo onde os dados privados dos cidadãos são sistematicamente coletados e requisitados para vigilância governamental, colocando em grave risco as liberdades civis e políticas.

Empresas como Google e Facebook monitoram todas as atividades dos seus usuários – páginas visitadas, padrões de relacionamentos sociais, palavras-chaves de buscas e muito mais – para melhorar a eficácia da publicidade dirigida. O crescimento desse mercado criou bancos de dados muito amplos e precisos que têm sido requisitados regularmente pelos governos, para combater o crime, mas também para controlar a dissidência política. O barateamento das tecnologias de armazenamento de dados também tem estimulado órgãos de inteligência a fazer monitoramento massivo das comunicações dos cidadãos, algumas vezes com expressa autorização do legislativo e do judiciário.

Dessa forma, empresas e governos dos países liberais dispõem hoje de mais dados e informações sobre a vida privada dos seus cidadãos do que o governo da ex-Alemanha Oriental possuía nos anos dourados da Stasi.

Cypherpunks é um alerta para esse processo que já está em curso, embora seja invisível para a maioria das pessoas. Para combatê-lo, os autores deste livro defendem o esclarecimento da população, um maior controle público das instituições de vigilância e estratégias técnicas, baseadas em criptografia, para contornar a espionagem de empresas e governos. Além disso, exigem que em contrapartida à proteção dos dados pessoais seja dada maior visibilidade às atividades governamentais. Trata-se de retomar a máxima *hacker* que, diante da assimetria entre governos e indivíduos, exige privacidade para os cidadãos e completa transparência para o Estado. O livro busca mostrar esses fenômenos que estão tão encobertos quanto são urgentes e sua leitura deve ser o ponto de partida para um programa de ação.

JULIAN ASSANGE é editor-chefe do WikiLeaks e foi agraciado com o Amnesty International New Media Award em 2009 e o Sydney Peace Foundation Gold Medal, o Walkley Award for Journalism e o Martha Gellhorn Prize em 2011. Colaborador original da lista de discussão Cypherpunk, criou inúmeros projetos de software alinhados com a filosofia do movimento, inclusive o sistema de criptografia *rubberhose* e o código original para o WikiLeaks. É coautor, com Suelette Dreyfus, de *Underground*, uma história do movimento internacional de *hackers*.

DECEMBER 13, 2010

Health Checkup:

The robot will
see you now

The Deficit:

Carving the
sacred cows

Basketball:

UConn's tough-
love coach

Movies:

Flicks for
St. Nick's

TIME



Do You Want to Know a Secret?

Why WikiLeaks'
Julian Assange has
so many of them

BY MASSIMO CALABRESI

And why it hasn't
hurt America

BY FAREED ZAKARIA

www.time.com

Capa da edição de 13 dez. 2010 da revista norte-americana *Time*,
com matérias sobre Julian Assange e o WikiLeaks.

LIBERDADE E O FUTURO DA INTERNET

CYPHERPUNKS

JULIAN ASSANGE

COM JACOB APPELBAUM, ANDY MÜLLER-MAGUHN E JÉRÉMIE ZIMMERMANN

TRADUÇÃO CRISTINA YAMAGAMI

DO ITÉMPO
EDITORIAL

O QUE É UM CYPHERPUNK?

Os cypherpunks defendem a utilização da criptografia e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas^a. Criado no início dos anos 1990, o movimento atingiu seu auge durante as “criptoguerras” e após a censura da internet em 2011, na Primavera Árabe. O termo *cypherpunk* – derivação (criptográfica) de *cipher* (escrita cifrada) e *punk* – foi incluído no *Oxford English Dictionary* em 2006^b.

^a De maneira simplificada, a palavra “criptografia” tem origem no termo grego para “escrita secreta” e designa a prática de se comunicar em código.

^b “Oxford English Dictionary Updates Some Entries & Adds New Words; Bada-Bing, Cypherpunk, and Wi-Fi Now in the OED”, *ResourceShelf*, 16 set. 2006, disponível em: <<http://web.resourceshelf.com/go/resourceblog/43743>>. Acesso em 24 out. 2012.

NOTA DA EDIÇÃO

Esta edição de *Cypherpunks – liberdade e o futuro da internet*, a primeira a ser lançada na América Latina, vem acrescida de um prefácio especial de Julian Assange, inédito até sua publicação no Brasil.

Tendo por base uma conversa entre os quatro autores, o texto foi depois reelaborado por eles a fim de esclarecer passagens que poderiam soar confusas. Também foram acrescidas notas explicativas em pontos-chave, porém a ordem do manuscrito, em geral, é a mesma do diálogo original.

Nesta tradução, optou-se por verter os termos “whistleblowing” e “whistleblower” para “denúncia” e “denunciante”, respectivamente. Ainda sem tradução consensual na área do jornalismo investigativo brasileiro, os termos fazem referência a membros de organizações, empresas ou governos que denunciam por livre e espontânea vontade as mazelas do sistema na esperança de que elas sejam solucionadas.

O termo “cypherpunk”, por sua vez, pode ser traduzido em português como “criptopunk” (ver explicação na p. anterior). Não obstante, optou-se nesta edição por mantê-lo em sua forma original, internacionalmente utilizada, em razão das ligações estabelecidas no texto com o movimento Cypherpunk e a lista de discussões on-line de mesmo nome.

Agradecemos a colaboração da jornalista Natalia Viana, na elaboração da apresentação à edição brasileira, e do professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo Pablo Ortellado, na consultoria técnica desta edição.

SUMÁRIO

CAPA

SOBRE *Cyberpunks*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O WIKILEAKS E AS BATALHAS DIGITAIS DE JULIAN ASSANGE – *Natalia Viana*

PREFÁCIO PARA A AMÉRICA LATINA – *Julian Assange*

INTRODUÇÃO: UM CHAMADO À LUTA CRIPTOGRÁFICA – *Julian Assange*

OS AUTORES

1. OBSERVAÇÕES SOBRE AS VÁRIAS TENTATIVAS DE PERSEGUIÇÃO AO WIKILEAKS E ÀS PESSOAS A ELE ASSOCIADAS

2. MAIOR COMUNICAÇÃO *VERSUS* MAIOR VIGILÂNCIA

3. A MILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO

4. COMBATENDO A VIGILÂNCIA TOTAL COM AS LEIS DO HOMEM

5. ESPIONAGEM PELO SETOR PRIVADO

6. COMBATENDO A VIGILÂNCIA TOTAL COM AS LEIS DA FÍSICA

7. INTERNET E POLÍTICA

8. INTERNET E ECONOMIA

9. CENSURA

10. PRIVACIDADE PARA OS FRACOS, TRANSPARÊNCIA PARA OS PODEROSOS

11. RATOS NA ÓPERA

CRONOLOGIA WIKILEAKS

E-BOOKS DA BOITEMPO EDITORIAL

APRESENTAÇÃO

O WIKILEAKS E AS BATALHAS DIGITAIS DE JULIAN ASSANGE

“Uma guerra furiosa pelo futuro da sociedade está em andamento. Para a maioria, essa guerra é invisível”, alerta Julian Assange, fundador do WikiLeaks, na apresentação do seu programa de entrevistas *World Tomorrow*, realizado em parceria com a rede de TV russa WT – e que serviu de base para este livro. “De um lado, uma rede de governos e corporações que espionam tudo o que fazemos. De outro, os cypherpunks, ativistas e *geeks* virtuosos que desenvolvem códigos e influenciam políticas públicas. Foi esse movimento que gerou o WikiLeaks”.

É com essa descrição em mente que o leitor deve percorrer cada página deste livro, que traz uma das mais instigantes conversas públicas entre importantes partícipes desta batalha: a batalha pela liberdade na rede.

Na obra, Assange, ao lado dos companheiros de armas – e eficientes desenvolvedores de códigos digitais – Jérémie Zimmermann, Jacob Appelbaum e Andy Müller-Maguhn, dissecam temas essenciais que estão definindo, hoje, os principais embates sobre como deve ser o futuro da internet.

A rede mundial de computadores apresenta, como muitas tecnologias, uma variedade de usos possíveis. É, como a energia elétrica, a semente de uma gama infinita de possibilidades, e semente poderosa: seu potencial ainda está sendo descoberto ao mesmo tempo que seu rumo vai sendo definido pelo caminhar tecnológico e pelo caminhar político.

Fica cada vez mais claro, assim, que a rede é espaço de disputa política. Um exemplo: em 2012, nos EUA, após diversos protestos, a opinião pública conseguiu forçar a suspensão de duas legislações que estavam sendo discutidas no Congresso norte-americano, a Sopa (Stop Online Piracy Act [Lei de Combate à Pirataria On-line]) e a Pipa (Protect IP Act [Lei de Prevenção a Ameaças On-line à Criatividade Econômica e ao Roubo de Propriedade Intelectual]). Ambas previam a possibilidade de bloqueio de sites, inclusive estrangeiros, por infração de direitos autorais.

O leitor brasileiro conhece bem esse embate. Nos últimos anos, a discussão sobre a fronteira digital por aqui também tem se centrado na propriedade intelectual. Durante os dois mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Ministério da Cultura

tornou-se apoiador da cultura digital livre, baseada no compartilhamento do conhecimento e no incentivo ao uso de ferramentas como o software livre (ou não proprietário) e as licenças *creative commons*, que permitem a reutilização de qualquer produção, de acordo com os interesses do autor. O debate ressurgiu com toda força quando, durante o governo posterior, de Dilma Rousseff, o Ministério tentou reverter essa política.

Em *Cypherpunks – liberdade e o futuro da internet*, Assange e seus coautores enfocam uma dimensão dessa batalha ainda pouco conhecida no Brasil – mas que se faz urgente. Trata-se do que o australiano chama de “militarização do ciberespaço”, a vigilância das comunicações em rede por serviços de segurança e inteligência de diversos países.

Ele detalha:

Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular, que agora está imbuída na internet, nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. [...] Nesse sentido, a internet, que deveria ser um espaço civil, se transformou em um espaço militarizado. Mas ela é um espaço nosso, porque todos nós a utilizamos para nos comunicar uns com os outros, com nossa família, com o núcleo mais íntimo de nossa vida privada. Então, na prática, nossa vida privada entrou em uma zona militarizada. É como ter um soldado embaixo da cama.

Ao longo deste livro, são muitos, e instigantes, os apontamentos como esse, feitos pelos quatro “geek-filósofos”, pensadores originais das estruturas culturais, econômicas e políticas do ciberespaço.

Antes de prosseguir, porém, devemos voltar à outra trincheira de Assange na rede digital, aquela que lhe trouxe reconhecimento no mundo todo: o WikiLeaks.

Como o próprio autor pontua, o WikiLeaks, organização que se dedica a publicar documentos secretos revelando a má conduta de governos, empresas e instituições, é fruto da cultura cypherpunk. Seu modo revolucionário de fazer jornalismo é indissociável dos temas abordados neste livro e indissociável da filosofia do próprio Julian Assange.

Fundado em 2006, o WikiLeaks ficou famoso em 2010, quando publicou milhares de documentos secretos norte-americanos supostamente vazados pelo soldado Bradley Manning, que servia no Iraque. O primeiro vazamento, em abril, consistia em um único vídeo de dezessete minutos. Seu conteúdo era chocante: de dentro de um helicóptero Apache, soldados norte-americanos atacavam doze civis desarmados – entre eles, dois jornalistas da agência de notícias Reuters. Antes da publicação, a agência tentara, sem sucesso, obter o vídeo mediante a Foia (Freedom of Information Act, a lei norte-americana de acesso à informação).

Meses depois, em julho, o WikiLeaks publicou 75 mil diários militares sobre a guerra do Afeganistão, que comprovaram centenas de assassinatos indiscriminados de civis pelas forças dos EUA. Em outubro, a organização publicou 400 mil relatos secretos sobre a ocupação no Iraque, provando a constante tortura contra prisioneiros.

O maior vazamento, no entanto, viria no final de novembro. Uma verdadeira enxurrada. O projeto, chamado “Cablegate”, não era apenas o mais extenso material restrito a ser vazado na história do jornalismo. Os 251.287 comunicados diplomáticos provenientes de 274 embaixadas dos EUA no mundo todo compunham o mais abrangente relato de como funcionam as relações internacionais – e também de como líderes de cada um desses países, além dos EUA, se comportam a portas fechadas.

A publicação, realizada em parceria com alguns dos principais veículos da imprensa global – *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El País* e *Der Spiegel* –, teve um profundo impacto na opinião pública. Estava ali um relato inédito da nossa história recente, preciso, datado. E delicioso. Através dele, aprenderíamos como se dão na prática as negociações políticas, em milhares de reuniões discretas, comentários maliciosos, negociações por trás das cortinas. Um comentarista chegou a afirmar que o material constitui um novo tipo de literatura.

As revelações desnudaram aspectos sinistros da política externa dos Estados Unidos, como os pedidos da secretaria de Estado Hillary Clinton a 33 embaixadas e consulados para que diplomatas espionassem representantes de diversos países na ONU, reunindo números de cartões de crédito, senhas, dados de DNA. Outros documentos expunham mais claramente os crimes de guerra no Iraque – como um relatório que descrevia a execução sumária de dezessete civis, incluindo quatro mulheres e cinco crianças, e as tentativas de refrear processos criminais contra soldados norte-americanos. Os relatos da embaixada norte-americana na Tunísia, que descreviam em detalhe a extrema corrupção do governo do ditador Ben Ali, foram um enorme incentivo para a revolta tunisiana que acabou por derrubá-lo em meados de janeiro de 2011 – e outros países seguiram o exemplo, no que ficou conhecido como a Primavera Árabe.

Foi assim que grande parte da imprensa mundial travou contato com a filosofia do WikiLeaks. Tratava-se da aplicação radical da máxima cypherpunk “privacidade para os fracos, transparência para os poderosos” e do princípio fundamental da filosofia *hacker*: “A informação quer ser livre”.

Para isso, Assange uniu a expertise de desenvolvedor de códigos digitais aos fundamentos mais básicos do jornalismo, prática que tanto se diz em crise; em essência, trazer à tona histórias de interesse público.

Foi ele quem desenvolveu o código original, o primeiro “dropbox” do WikiLeaks, através do qual os documentos poderiam ser enviados à organização, valendo-se da mesma proficiência que já mostrara quando criou o sistema de criptografia *rubberhose*, desenvolvido para que defensores de direitos humanos consigam manter em segredo parte dos dados criptografados mesmo se pressionados sob tortura por regimes autoritários.

No WikiLeaks, a ideia era manter um canal totalmente seguro para o envio de documentos, com uma criptografia poderosa, que fosse não apenas inviolável a ataques, mas que erradicasse qualquer informação sobre a sua origem. A tecnologia, acreditava Assange, seria libertadora: permitiria que *whistleblowers* – fontes internas de organizações – denunciassem violações por parte de governos e empresas sem medo. Nada mais de encontros em garagens subterrâneas, como fizera o famoso “Garganta Profunda”, codinome do informante dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, no escândalo Watergate, que levou à queda do presidente norte-americano Richard Nixon em 1974.

Agora, *whistleblowers* como ele, que sempre foram fontes essenciais do fazer jornalístico, teriam a possibilidade do completo anonimato. O próprio Julian Assange garante que desconhece a identidade daqueles que vazaram material ao WikiLeaks. Mais do que isso: qualquer pessoa poderia se tornar um *whistleblower*, ou informante, em potencial, vazando de

maneira segura documentos do governo, organização ou empresa em que trabalha. O desenho da web também permitia, pela primeira vez, a transferência e publicação de milhões de documentos, o que antes era impossível: há algumas décadas, para reunir a documentação do Cablegate seriam necessários centenas de caminhões carregados de papéis.

O WikiLeaks significava a libertação da verdade por meio da criptografia. Poderosa a princípio, essa ideia tem sido forçadamente neutralizada em vista do tratamento cruel destinado ao soldado Bradley Manning, que permaneceu durante mais de 880 dias preso sem julgamento, boa parte desse tempo em condições “cruéis e desumanas”, segundo o relator da ONU para tortura. É importante lembrar que Bradley Manning não foi conectado ao vazamento por alguma quebra na segurança criptográfica do código do WikiLeaks, mas por supostamente ter confessado em um *chat* ser a fonte dos documentos.

Outras reações alvejam a organização, como o próprio Assange explica ao longo do livro. Basta dizer que, em julho de 2012, o porta-voz do Departamento de Justiça dos EUA Dean Boyd admitiu que a investigação sobre o WikiLeaks continuava ativa. Desde dezembro de 2010, uma semana depois da divulgação do Cablegate, Assange tem permanecido em prisão domiciliar no Reino Unido – no momento de publicação deste livro, ele estava isolado havia mais de duzentos dias na embaixada equatoriana, onde recebera asilo diplomático.

Isso não refreou o trabalho do WikiLeaks, o que demonstra que a capacidade técnica da sua equipe se sobrepõe a esses achaques. Nesse meio tempo, a organização publicou setecentos arquivos sobre prisioneiros de Guantánamo, revelando inclusive detalhes dos interrogatórios; 2 milhões de e-mails do governo da Síria; centenas de propagandas de empresas de vigilância e espionagem digital; e centenas de documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA sobre suas políticas de detenção militar.

A batalha travada pelo WikiLeaks é tanto política quanto tecnológica.

Voltando ao aspecto jornalístico, a organização representa ainda um marco importante ao disponibilizar, por princípio, toda a base documental de suas publicações – vale lembrar que, além de divulgar documentos, o WikiLeaks produziu dezenas de matérias, vídeos e artigos de opinião. Por outro lado, no jornalismo tradicional são poucos os veículos que disponibilizam todo o material-base de suas reportagens para que seja escrutinado e reutilizado pelo público.

A tendência, é claro, já existia: na era da internet qualquer um pode ser produtor de notícia. Porém, o WikiLeaks avança mais um passo, trazendo essa lógica para o lugar do jornalismo em essência, ao valer-se dos segredos de Estado, documentos que comprovam violações de direitos humanos por empresas, o rastro documental dos crimes dos poderosos – que sempre foram a base para o jornalismo investigativo.

Permite, assim, que dezenas de veículos independentes, jornalistas, ativistas – e usuários – se apropriem dessa documentação e se tornem também provedores de jornalismo de qualidade.

Há aí uma noção *hacker* intrínseca na maneira de o WikiLeaks praticar jornalismo: se por um lado a organização se alia a veículos tradicionais de mídia – assim como a veículos não tradicionais –, por outro ela incentiva a disseminação de conteúdos livres, fora dessa indústria. E a indústria da notícia é hoje uma das principais trincheiras na disputa pelo vasto mundo da internet.

O CABLEGATE NO BRASIL

Muitos criticaram, na época do lançamento do Cablegate, a parceria estabelecida com grupos de mídia que concentram a produção e a disseminação da informação, agindo às vezes como barreira para “a informação que quer ser livre”. Diziam que o WikiLeaks fortalecia a indústria tradicional da notícia.

Sei disso porque fiz parte da equipe selecionada por Julian Assange para pensar uma estratégia de divulgação para os documentos, tendo coordenado a divulgação dos 3 mil documentos de embaixadas e consulados norte-americanos no Brasil.

Foram seis meses de trabalho, que renderam uma das experiências mais ricas e completas de disseminação dos relatos diplomáticos. No percurso, aprendi que o modo de produção do WikiLeaks, em si, questiona e abala a indústria de notícias.

Não se trata de um conceito teórico apenas; na semente do WikiLeaks – que, como organização fundamentalmente da era digital, não “é”, não termina de “ser” jamais, passa por constantes transmutações – está o questionamento profundo do controle da informação noticiosa.

A ideia, desde o começo, era que as histórias se espalhassem o máximo possível, de modo a chegar aos cidadãos dos países aos quais se referiam. Do ponto de vista logístico, disseminar esses documentos de maneira profissional e orquestrada para tantos países parecia uma tarefa impossível. Mas, graças à estratégia de Assange, em um ano eles haviam chegado a mais de setenta parceiros de todo o mundo – jornais, revistas, sites independentes, jornalistas *freelancers*, ONGs. É um feito notável, e sem dúvida um marco na história do jornalismo.

A ideia de Assange sempre foi expandir a quantidade de veículos que receberiam o material – a contragosto dos parceiros iniciais *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El País* e *Der Spiegel*. E espalhar o material também para os países periféricos, longe dos centros de poder da Europa e dos EUA. Assange considerava o Brasil um país estratégico, que precisava ser contemplado logo na primeira leva.

Sob protestos dos jornais do hemisfério Norte, divisamos uma maneira de seguir em frente. Além de compartilhar documentos específicos com um grande veículo brasileiro, eu escreveria reportagens para o site do WikiLeaks, sob a licença *creative commons*, com disseminação livre, para o site da organização.

Uma dezena de jornalistas independentes de outros países, voluntários como eu, fizeram o mesmo, e o resultado foi uma profusão de matérias sobre documentos que não tinham recebido atenção daquele grupo de veículos da imprensa tradicional.

Um exemplo foi o documento que ficou conhecido como “A lista de compras do Império”, ignorado pelos grandes jornais. Ele dissecava os interesses estratégicos norte-americanos em todo o mundo – de gasodutos na Rússia até minério de ferro e nióbio no Brasil. Nele, o Departamento de Estado de Hillary Clinton pedia que suas embaixadas pesquisassem a segurança dessas instalações em segredo: “Não estamos pedindo que as embaixadas consultem os governos a respeito dessa solicitação”, dizia o documento.

O processo de publicação dos documentos da missão norte-americana no Brasil acabou sendo um dos mais criativos e extensos, e teve também uma boa dose de experimentação.

Começou com uma dura decisão, já que só existem três jornais de circulação nacional – *Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo* –, todos eles parte de conglomerados com interesses que muitas vezes interferem na cobertura de temas nacionais. Isso reflete a concentração histórica da mídia no Brasil, onde cinco empresas, pertencentes a seis famílias, controlam 70% de todos os meios de comunicação.

Existem, claro, excelentes repórteres que poderiam fazer um bom trabalho, mesmo que soubéssemos desde o começo que algumas histórias seriam parciais e outras jamais seriam publicadas. Assim, decidimos entrar em contato com a *Folha de S.Paulo*, por meio do jornalista Fernando Rodrigues, diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Na véspera do vazamento, escrevi a primeira história que seria publicada no site do WikiLeaks e enviei-a ao jornal, com trechos dos documentos. Relatava que a Polícia Federal prendera suspeitos de terrorismo sob acusações de outros crimes para não atrair a atenção.

A história foi publicada pela *Folha* e depois reproduzida por toda a imprensa. O governo Lula negou a informação, e o assunto morreu por aí. Mas a publicação chamou a atenção da mídia para as futuras revelações, de modo que todos pediam mais: jornais, rádios, TVs. Decidimos, então, trabalhar também com *O Globo*, no Rio de Janeiro, para dinamizar a cobertura e garantir que um jornal serviria de contrapeso ao outro. A direção da *Folha* não ficou muito contente com isso, mas concordou. Assim começou uma colaboração inédita entre dois dos maiores jornais brasileiros e uma organização internacional sem fins lucrativos.

Todos os temas eram decididos conjuntamente, e a *Folha*, *O Globo* e o WikiLeaks publicavam simultaneamente reportagens sobre o mesmo lote de documentos. A parceria funcionou muito bem e produziu uma centena de boas reportagens.

Embora os dois jornais adotassem ângulos similares em algumas histórias, outras foram cobertas de maneira bem diferente. *O Globo*, por exemplo, criticou duramente um embaixador norte-americano que afirmara que a presidente Dilma Rousseff teria realizado um assalto armado durante a ditadura militar. A *Folha* foi mais leniente. Ambos os jornais publicaram que os EUA estavam preocupados com a segurança em relação às Olimpíadas de 2016 no Brasil; o WikiLeaks publicou artigo descrevendo que os EUA estavam fazendo *lobby* para prover treinamento e segurança, assim como aumentando sua presença no país.

Ter três veículos analisando ao mesmo tempo os mesmos documentos permitiu vislumbrar de maneira única como funciona o jornalismo – e como o mesmo material pode ser tratado de maneiras diferentes.

Um exemplo é o texto “Meu amigo Jobim”, publicado no site do WikiLeaks, em que descrevi, com base nos documentos, como o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim manteve diversas reuniões com o embaixador norte-americano, nas quais compartilhava abertamente sua antipatia em relação ao “antiamericanismo” do Itamaraty, passando a ele informações sobre uma compra de caças, de interesse comercial dos EUA, e sobre parcerias militares com outros países no combate ao narcotráfico.

Os documentos revelavam como a administração George W. Bush usava a estratégia de manter contatos estreitos com Jobim para contrabalançar a postura independente da política externa brasileira, chamando-o de “incomumente ativista” em defesa dos interesses norte-americanos. A *Folha de S.Paulo* recebeu os mesmos documentos, mas enfatizou o fato de que o

Itamaraty é visto pelos EUA como “inimigo”.

O artigo publicado no site do WikiLeaks foi reproduzido nas redes sociais e levou muitos websites de esquerda a chamar Jobim de traidor, gerando um escândalo político que o enfraqueceu no momento em que ele assumia seu segundo mandato à frente do Ministério da Defesa no governo de Dilma Rousseff. Jobim saiu oito meses depois, e no seu lugar assumiu o ex-chanceler Celso Amorim, tão criticado por ele por trás das portas da embaixada norte-americana em Brasília.

Em meados de janeiro de 2011, estava claro que os jornais não iriam exaurir todos os documentos, por causa de suas limitações de diários impressos e comerciais. Ao mesmo tempo, eu havia começado um blog que tinha uma ótima interação com leitores interessados nas histórias ainda não contadas. Foi assim que concebemos uma segunda etapa da divulgação.

Dessa vez, seria o público, em vez dos editores, a decidir os temas de interesse. Através do blog, solicitei aos leitores que sugerissem tópicos, e selecionei os duzentos mais pedidos. Para publicar as histórias, criamos uma força-tarefa de blogueiros, para quem enviei os documentos antes da publicação no site.

Foi assim, apostando em uma parceria com veículos não tradicionais, que vieram à tona furos referentes às reuniões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-governador de São Paulo José Serra com diplomatas norte-americanos, bem como as declarações do então subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, de que o governador de São Paulo Geraldo Alckmin seria membro da Opus Dei.

Nenhum dos dois jornais, parceiros de primeira hora, haviam publicado essas informações. As publicações dos blogueiros, porém, também arrefeceram após um tempo. Faltava-lhes estrutura, pessoal e expertise para um trabalho exaustivo como o de pesquisar centenas de documentos – trabalho natural de um tipo específico de jornalista, aquele que se dedica a reportagens investigativas. Foi assim que, em meados de março, juntei-me a um grupo de mulheres jornalistas para fundar a Agência Pública, primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil.

Inspiradas em organizações similares de outros países, temos como filosofia a disseminação livre de conteúdo, em *creative commons*, e a divulgação das bases de todas as nossas reportagens – todos os documentos. A Pública realizou então a última fase de publicação dos documentos do Cablegate relativos ao Brasil.

Isso foi feito por *crowdsourcing*: uma redação temporária formada por quinze jornalistas se reuniu na sede da Agência Pública. Surpreendentemente, conseguimos publicar mais cinquenta matérias baseadas nos documentos diplomáticos. Novas revelações incluíam reuniões entre diplomatas norte-americanos e representantes da imprensa e a transferência secreta para o Brasil de trinta agentes da DEA (Drug Enforcement Agency) norte-americana, que haviam sido expulsos da Bolívia em 2008, acusados de espionagem.

Essas histórias criaram mais um furor na mídia, que reproduziu o conteúdo em *creative commons*. E provaram que, na nova fronteira digital, é possível para um grupo de jornalistas independentes produzir e disseminar conteúdo de qualidade – e até prosseguir nas histórias ignoradas pela mídia tradicional.

É como uma caixa de Pandora: será impossível agora conter o fluxo de jornalismo independente inspirado pelo trabalho do WikiLeaks. Passados dois anos dessa experiência, na conversa com seus colegas cypherpunks que você lerá a seguir, Julian Assange dissecava as limitações com as quais teve contato na produção de jornalismo no Ocidente – que, segundo ele, vive um tipo de censura sofisticada:

Podemos pensar na censura como uma pirâmide. É só a ponta dela que aparece na areia, e isso é proposital. A ponta é pública – calúnias, assassinatos de jornalistas, câmeras sendo apreendidas pelos militares e assim pro diante –, é uma censura publicamente declarada. Mas esse é o menor componente. Abaixo da ponta, na camada seguinte, estão todas as pessoas que não querem estar na ponta, que se envolvem na autocensura para não acabar lá. Na camada subsequente estão todas as formas de aliciamento econômico ou clientelista que são direcionadas às pessoas para que elas escrevam sobre isso ou aquilo. A próxima camada é a da economia pura – sobre o que vale economicamente a pena escrever.

O conceito do WikiLeaks é um marco no jornalismo porque permite a subversão das camadas mais profundas dessa “censura”. Não é à toa que, após a lua de mel inicial do vazamento do Cablegate, grande parte do *mainstream* da imprensa tenha se tornado hostil à organização. É apenas mais um *front* nas batalhas digitais de Assange.

Natalia Viana^a
São Paulo, janeiro de 2013

^a Natalia Viana é jornalista, codiretora da Agência Pública e autora e coautora de três livros: *Plantados no chão: assassinatos políticos no Brasil hoje* (São Paulo, Conrad, 2007), *Habeas corpus: que se apresente o corpo – a busca dos desaparecidos políticos no Brasil* (Brasília, Secretaria de Direitos Humanos, 2010), com Carlos Azevedo, e *Jornal Movimento: uma reportagem* (São Paulo, Manifesto, 2011), com Marina Amaral e Carlos Azevedo. Recebeu os prêmios de jornalismo Vladimir Herzog de Direitos Humanos, Andifes, Allianz Seguros e Prêmio Mulher Imprensa. (N. E.)

PREFÁCIO PARA A AMÉRICA LATINA

A luta do WikiLeaks é uma luta de muitas facetas. Em meu trabalho como jornalista, lutei contra guerras e para forçar os grupos poderosos a prestarem contas ao povo. Em muitas ocasiões, manifestei-me contra a tirania do imperialismo, que hoje sobrevive no domínio econômico-militar da superpotência global.

Por meio desse trabalho, aprendi a dinâmica da ordem internacional e a lógica do império. Vi países pequenos sendo oprimidos e dominados por países maiores ou infiltrados por empreendimentos estrangeiros e forçados a agir contra os próprios interesses. Vi povos cuja expressão de seus desejos lhes foi tolhida, eleições compradas e vendidas, as riquezas de países como o Quênia sendo roubadas e vendidas em leilão a plutocratas em Londres e Nova York. Expus grande parte disso, e continuarei a expor, apesar de ter me custado caro.

Essas experiências embasaram minha atuação como um cyberpunk. Elas me deram uma perspectiva sobre as questões discutidas nesta obra, que são de especial interesse para os leitores da América Latina. O livro não explora essas questões a fundo. Para isso seria necessário outro – muitos outros livros. Mas quero chamar a atenção para essas questões e peço que você as mantenha em mente durante a leitura.

Os últimos anos viram o enfraquecimento das velhas hegemonias. Do Magrebe até o Golfo Pérsico, as populações têm combatido a tirania em defesa da liberdade e da autodeterminação. Movimentos populares no Paquistão e na Malásia acenam com a promessa de uma nova força no cenário mundial. E a América Latina tem visto o tão esperado despontar da soberania e da independência, depois de séculos de brutal dominação imperial. Esses avanços constituem a esperança do nosso mundo, enquanto o sol se põe na democracia no Primeiro Mundo. Vivenciei em primeira mão essa nova independência e vitalidade da América Latina quando o Equador, o Brasil e a região se apresentaram em defesa dos meus direitos depois que recebi asilo político.

A longa luta pela autodeterminação latino-americana é importante por abrir o caminho para que o resto do mundo avance na direção da liberdade e da dignidade. Mas a independência latino-americana ainda está engatinhando. Os Estados Unidos ainda tentam subverter a democracia latino-americana em Honduras e na Venezuela, no Equador e no Paraguai. Nossos movimentos ainda são vulneráveis. É vital que eles tenham sucesso. Portanto, devem ser protegidos.

É por isso que a mensagem dos cyberpunks é de especial importância para o público

latino-americano. O mundo deve se conscientizar da ameaça da vigilância para a América Latina e para o antigo Terceiro Mundo. A vigilância não constitui um problema apenas para a democracia e para a governança, mas também representa um problema geopolítico. A vigilância de uma população inteira por uma potência estrangeira naturalmente ameaça a soberania. Intervenção após intervenção nas questões da democracia latino-americana nos ensinaram a ser realistas. Sabemos que as antigas potências colonialistas usariam qualquer vantagem que tiverem para suprimir a independência latino-americana.

Este livro discute o que acontece quando corporações norte-americanas como o Facebook têm uma penetração praticamente completa na população de um país, mas não discute as questões geopolíticas mais profundas.

Um aspecto importante vem à tona se levamos em consideração as questões geográficas. Para tanto, a ideia do “exército ao redor de um poço de petróleo” é interessante. Todo mundo sabe que o petróleo orienta a geopolítica global. O fluxo de petróleo decide quem é dominante, quem é invadido e quem é excluído da comunidade global. O controle físico até mesmo de um segmento de oleoduto resulta em grande poder geopolítico. E os governos que se veem nessa posição são capazes de conseguir enormes concessões.

De tal forma que, em um só golpe, o Kremlin é capaz de condenar o Leste Europeu e a Alemanha a um inverno sem aquecimento. E até a perspectiva de Teerã abrir um oleoduto do Oriente até a Índia e a China é um pretexto para Washington manter uma lógica belicosa.

A mesma coisa acontece com os cabos de fibra óptica. A próxima grande alavanca no jogo geopolítico serão os dados resultantes da vigilância: a vida privada de milhões de inocentes.

Não é segredo algum que, na Internet, todos os caminhos que vão e vêm da América Latina passam pelos Estados Unidos. A infraestrutura da internet direciona a maior parte do tráfego que entra e sai da América do Sul por linhas de fibra óptica que cruzam fisicamente as fronteiras dos Estados Unidos. O governo norte-americano tem violado sem nenhum escrúpulo as próprias leis para mobilizar essas linhas e espionar seus cidadãos. E não há leis contra espionar cidadãos estrangeiros. Todos os dias, centenas de milhões de mensagens vindas de todo o continente latino-americano são devoradas por órgãos de espionagem norte-americanos e armazenadas para sempre em depósitos do tamanho de cidades. Dessa forma, os fatos geográficos referentes à infraestrutura da internet têm consequências para a independência e a soberania da América Latina. Isso deve ser levado em consideração nos próximos anos, à medida que cada vez mais latino-americanos entrem na internet.

O problema também transcende a geografia. Muitos governos e militares latino-americanos protegem seus segredos com hardware criptográfico. Esses hardwares e softwares embaralham as mensagens, desembaralhando-as quando chegam a seu destino. Os governos os compram para proteger seus segredos, muitas vezes com grandes despesas para o povo, por temerem, justificadamente, a interceptação de suas comunicações pelos Estados Unidos.

Mas as empresas que vendem esses dispendiosos dispositivos possuem vínculos estreitos com a comunidade de inteligência norte-americana. Seus CEOs e funcionários seniores são matemáticos e engenheiros da NSA, capitalizando as invenções que criaram para o Estado de vigilância. Com frequência seus dispositivos são deliberadamente falhos: falhos com um propósito. Não importa quem os está utilizando ou como – os órgãos de inteligência norte-

americanos são capazes de decodificar o sinal e ler as mensagens.

Esses dispositivos são vendidos a países latino-americanos e de outras regiões que desejam proteger seus segredos, mas na verdade constituem uma maneira de roubar esses segredos. Os governos estariam mais seguros se usassem softwares criptográficos feitos por cypherpunks, cujo design é aberto para todos verem que não se trata de uma ferramenta de espionagem, disponibilizados pelo preço de uma conexão com a internet.

Enquanto isso, os Estados Unidos estão acelerando a próxima grande corrida armamentista. A descoberta do vírus Stuxnet, seguida da dos vírus Duqu e Flame, anuncia uma nova era de softwares extremamente complexos feitos por Estados poderosos que podem ser utilizados como armas para atacar Estados mais fracos. Sua agressiva utilização no Irã visa a prejudicar as tentativas persas de conquistar a soberania nacional, uma perspectiva condenada pelos interesses norte-americanos e israelenses na região.

Antigamente, o uso de vírus de computador como armas ofensivas não passava de uma trama encontrada em livros de ficção científica. Hoje se trata de uma realidade global, estimulada pelo comportamento temerário da administração Obama, que viola as leis internacionais. Agora, outros Estados seguirão o exemplo, reforçando sua capacidade ofensiva como um meio de se proteger. Neste novo e perigoso mundo, o avanço da iniciativa cypherpunk e da construção da ciberpaz é extremamente necessário.

Os Estados Unidos não são os únicos culpados. Nos últimos anos, a infraestrutura da internet de países como a Uganda foi enriquecida pelo investimento chinês direto. Empréstimos substanciais estão sendo distribuídos em troca de contratos africanos com empresas chinesas para construir uma infraestrutura de *backbones* de acesso à internet ligando escolas, ministérios públicos e comunidades ao sistema global de fibras ópticas.

A África está entrando na internet, mas com hardware fornecido por uma aspirante a superpotência estrangeira. Há o risco concreto de a internet africana ser usada para manter a África subjugada no século XXI, e não como a grande libertadora que se acredita que a internet seja. Mais uma vez, a África está se transformando em um palco para os confrontos entre as potências globais dominantes. As lições da Guerra Fria não devem ser esquecidas ou a história se repetirá.

Essas são apenas algumas das importantes maneiras pelas quais a mensagem deste livro vai além da luta pela liberdade individual.

Os cypherpunks originais, meus camaradas, foram em grande parte libertários. Buscamos proteger a liberdade individual da tirania do Estado, e a criptografia foi a nossa arma secreta. Isso era subversivo porque a criptografia era de propriedade exclusiva dos Estados, usada como arma em suas variadas guerras. Criando nosso próprio software contra o Estado e disseminando-o amplamente, liberamos e democratizamos a criptografia, em uma luta verdadeiramente revolucionária, travada nas fronteiras da nova internet. A reação foi rápida e onerosa, e ainda está em curso, mas o gênio saiu da lâmpada.

O movimento cypherpunk, porém, se estendeu além do libertarismo.

Os cypherpunks podem instituir um novo legado na utilização da criptografia por parte dos atores do Estado: um legado para se opor às opressões internacionais e dar poder ao nobre azarão. A criptografia pode proteger tanto as liberdades civis individuais como a soberania e a

independência de países inteiros, a solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. Ela pode ser utilizada para combater não apenas a tirania do Estado sobre os indivíduos, mas a tirania do império sobre a colônia. Os cypherpunks exerçerão seu papel na construção de um futuro mais justo e humano. É por isso que é importante fortalecer esse movimento global.

Acredito firmemente nessa mensagem, escrita nas entrelinhas deste livro, apesar de não discutida em grandes detalhes. A mensagem merece um livro à parte, do qual me ocuparei quando chegar o momento certo e minha situação permitir. Por enquanto, espero que baste chamar a atenção para essa questão e pedir que você a mantenha em mente durante a leitura.

Julian Assange
Londres, janeiro de 2013

INTRODUÇÃO

UM CHAMADO À LUTA CRIPTOGRÁFICA

Este livro não é um manifesto. Não há tempo para isso. Este livro é um alerta.

O mundo não está deslizando, mas avançando a passos largos na direção de uma nova distopia transnacional. Esse fato não tem sido reconhecido de maneira adequada fora dos círculos de segurança nacional. Antes, tem sido encoberto pelo sigilo, pela complexidade e pela escala. A internet, nossa maior ferramenta de emancipação, está sendo transformada no mais perigoso facilitador do totalitarismo que já vimos. A internet é uma ameaça à civilização humana.

Essas transformações vêm ocorrendo em silêncio, porque aqueles que sabem o que está acontecendo trabalham na indústria da vigilância global e não têm nenhum incentivo para falar abertamente. Se nada for feito, em poucos anos a civilização global se transformará em uma distopia da vigilância pós-moderna, da qual só os mais habilidosos conseguirão escapar. Na verdade, pode ser que isso já esteja acontecendo.

Muitos escritores já refletiram sobre o que a internet significa para a civilização global, mas eles enganaram-se. Enganaram-se porque não têm a perspectiva da experiência direta. Enganaram-se porque nunca se viram cara a cara com o inimigo.

Nenhuma descrição do mundo sobrevive ao primeiro contato com o inimigo.

Nós nos vimos cara a cara com o inimigo.

Ao longo dos seis últimos anos, o WikiLeaks entrou em conflito com praticamente todos os Estados mais poderosos. Conhecemos o novo Estado da vigilância do ponto de vista de um *insider*, porque investigamos seus segredos. Conhecemo-no da perspectiva de um combatente, porque tivemos de proteger nosso pessoal, nossas finanças e nossas fontes de seus ataques. Conhecemo-no de uma perspectiva global, porque temos pessoas, recursos e informações em praticamente todos os países do mundo. Conhecemo-no da perspectiva do tempo, porque temos combatido esse fenômeno há anos e o vimos multiplicar-se e disseminar-se, vez após vez. Trata-se de um parasita invasivo, que engorda à custa de sociedades que mergulham na internet. Ele chafurda pelo planeta, infectando todos os Estados e povos que encontra pela frente.

O que pode ser feito?

Era uma vez, em um lugar que não era nem aqui nem lá, alguns construtores e cidadãos da

jovem internet – nós –, que conversaram sobre o futuro do nosso novo mundo.

Vimos que os relacionamentos entre todas as pessoas seriam mediados pelo nosso novo mundo – e que a natureza dos Estados, definida pelo modo como as pessoas trocam informações, valores econômicos e força, também mudaria.

Vimos que a fusão entre as estruturas estatais existentes e a internet criava uma abertura para mudar a natureza dos Estados.

Antes de tudo, lembre-se de que os Estados são sistemas através dos quais fluem as forças repressoras. Facções de um Estado podem competir entre si por apoio, levando ao fenômeno da democracia aparente, mas por trás dessa fachada se encontram, nos Estados, a sistemática aplicação – e fuga – da violência. Posse de terras, propriedades, arrendamentos, dividendos, tributações, multas impostas por decisão judicial, censura, direitos autorais e marcas registradas, tudo isso se faz cumprir por meio da ameaça de aplicação da violência por parte do Estado.

Em geral nem chegamos a nos conscientizar de quão próximos estamos da violência, porque todos nós fazemos concessões para evitá-la. Como marinheiros a favor do vento, raramente percebemos que, abaixo da superfície visível do nosso mundo, se esconde uma grande escuridão.

No novo espaço da internet, qual seria o mediador das forças repressoras?

Será que tem sentido fazer essa pergunta? Nesse espaço sobrenatural, nesse reino aparentemente platônico de ideias e fluxo de informações, será que a noção de forças repressoras conseguiria sobreviver? Será mesmo possível existir uma força capaz de alterar os registros históricos, grampear telefones, separar pessoas, transformar a complexidade em escombros e erigir muros, como um exército de ocupação?

A natureza platônica da internet, das ideias e dos fluxos de informações, é degradada por suas origens físicas. Ela se fundamenta em cabos de fibra óptica que cruzam oceanos, satélites girando sobre nossa cabeça, servidores abrigados em edifícios, de Nova York a Nairóbi. Da mesma forma como o soldado que assassinou Arquimedes com uma simples espada^a, uma milícia armada também poderia assumir o controle do auge do desenvolvimento da civilização ocidental, nosso reino platônico.

O novo mundo da internet, abstraído do velho mundo dos átomos concretos, sonhava com a independência. No entanto, os Estados e seus aliados se adiantaram para tomar o controle do nosso novo mundo – controlando suas bases físicas. O Estado, tal qual um exército ao redor de um poço de petróleo ou um agente alfandegário forcingo o pagamento de suborno na fronteira, logo aprenderia a alavancar seu domínio sobre o espaço físico para assumir o controle do nosso reino platônico. O Estado impediria nossa tão sonhada independência e, imiscuindo-se pelos cabos de fibra óptica, pelas estações terrestres e pelos satélites, iria ainda mais longe, interceptando em massa o fluxo de informações do nosso novo mundo – a sua própria essência –, ao mesmo tempo que todos os relacionamentos humanos, econômicos e políticos o receberiam de braços abertos. O Estado se agarria como uma sanguessuga às veias e artérias das nossas novas sociedades, engolindo sofregamente todo relacionamento expresso ou comunicado, toda página lida na internet, todo e-mail enviado e todo pensamento buscado no Google, armazenando esse conhecimento, bilhões de interceptações por dia, um

poder inimaginável, para sempre, em enormes depósitos ultrassecretos. E passaria a minerar incontáveis vezes esse tesouro, o produto intelectual privado coletivo da humanidade, com algoritmos de busca de padrões cada vez mais sofisticados, enriquecendo o tesouro e maximizando o desequilíbrio de poder entre os interceptores e um mundo inteiro de interceptados. E, então, o Estado ainda refletiria o que aprendeu de volta ao mundo físico, para iniciar guerras, programar *drones*^b, manipular comitês das Nações Unidas e acordos comerciais e realizar favores à sua ampla rede de indústrias, *insiders* e capangas conectados.

Mas nós fizemos uma descoberta. Nossa única esperança contra o domínio total. Uma esperança que, com coragem, discernimento e solidariedade, poderíamos usar para resistir. Uma estranha propriedade do universo físico no qual vivemos.

O universo acredita na criptografia.

É mais fácil criptografar informações do que descriptografá-las.

Notamos que seria possível utilizar essa estranha propriedade para criar as leis de um novo mundo. Para abstrair nosso novo reino platônico de sua base composta de satélites, de cabos submarinos e de seus controladores. Para fortalecer nosso espaço por trás de um véu criptográfico. Para criar novos espaços fechados àqueles que controlam a realidade física, porque a tarefa de nos seguir nesses lugares demandaria recursos infinitos.

E, assim, declarar a independência.

Os cientistas do Projeto Manhattan descobriram que o universo permitia a construção de uma bomba nuclear. Essa não foi uma conclusão óbvia. Talvez as armas nucleares não estivessem dentro das leis da física. No entanto, o universo acredita em bombas atômicas e reatores nucleares. Eles são um fenômeno abençoados pelo universo, como o sal, o mar ou as estrelas.

De maneira similar, o universo, o nosso universo físico, apresenta essa propriedade que possibilita que um indivíduo ou um grupo de indivíduos codifique algo de maneira confiável, automática e até inconsciente, de forma que nem todos os recursos e nem toda a vontade política da mais forte superpotência da Terra será capaz de decifrá-lo. E as trajetórias de criptografia entre as pessoas podem se fundir para criar regiões livres das forças repressoras do Estado externo. Livres da interceptação em massa. Livres do controle do Estado.

Desse modo, as pessoas poderão se opor a uma superpotência plenamente mobilizada e vencer. A criptografia é uma incorporação das leis da física e não se deixa abalar pela petulância dos Estados nem pelas distopias da vigilância transnacional.

Não está claro se o mundo terá de ser realmente assim. Mas, de uma forma ou de outra, o universo recebe a criptografia de braços abertos.

A criptografia é a derradeira forma de ação direta não violenta.

Enquanto Estados munidos de armas nucleares podem impor uma violência sem limites a milhões de indivíduos, uma criptografia robusta significa que um Estado, mesmo exercendo tal violência ilimitada, não tem como violar a determinação de indivíduos de manter segredos inacessíveis a ele.

Uma criptografia robusta é capaz de resistir a uma aplicação ilimitada de violência. Nenhuma força repressora poderá resolver uma equação matemática.

Mas será que poderíamos pegar esse fato estranho sobre o mundo e amplificá-lo para que

ele atue como um elemento constitutivo emancipatório básico para a independência da humanidade no reino platônico da internet? E, à medida que as sociedades mergulham na internet, será que essa liberdade poderia se refletir de volta na realidade física, a fim de redefinir o Estado?

Lembre-se de que os Estados são os sistemas que decidem onde e como as forças repressoras são sistematicamente aplicadas.

A questão de até que ponto as forças repressoras vindas do mundo físico podem se infiltrar no reino platônico da internet é respondida pela criptografia e pelos ideais dos cypherpunks.

À medida que os Estados se fundem com a internet e o futuro da nossa civilização se transforma no futuro da internet, devemos redefinir as relações de força.

Se não o fizermos, a universalidade da internet se fundirá com a humanidade global em uma gigantesca grade de vigilância e controle em massa.

É preciso acionar o alarme. Este livro é o grito de advertência de uma sentinela na calada da noite.

No dia 20 de março de 2012, em prisão domiciliar no Reino Unido e aguardando a extradição, encontrei-me com três amigos e colegas sentinelas na esperança de que, em uníssono, nossa voz possa despertar a cidade. Precisamos transmitir o que aprendemos enquanto você, leitor, ainda tem uma chance de entender o que está acontecendo e fazer alguma coisa a respeito.

É chegada a hora de pegar as armas deste nosso novo mundo, para lutar por nós mesmos e por aqueles que amamos.

Nossa missão é proteger a autodeterminação onde for possível, impedir o avanço da distopia onde não for possível e, se tudo mais falhar, acelerar sua autodestruição.

Julian Assange

Londres, outubro de 2012

^a Provável referência a uma das versões da morte do pensador grego Arquimedes (287 a.C.-212 a.C.), segundo a qual ele se encontrava tão absorto em diagramas traçados na areia que não percebeu a invasão romana da cidade de Siracusa e foi assassinado por um soldado. (N. T.)

^b Tipo de veículo aéreo de combate não tripulado. (N. T.)

JULIAN ASSANGE



JÉRÉMIE



JACOB APPELBAUM



ANDY MÜI

OS AUTORES

JULIAN ASSANGE é o editor-chefe e visionário por trás do WikiLeaks¹. Um dos contribuintes originais da lista de discussão Cypherpunk, hoje é um dos maiores expoentes dessa filosofia no mundo. Seu trabalho com o WikiLeaks conferiu força política à justaposição tradicional dos cypherpunks: “Privacidade para os fracos, transparência para os poderosos”. Apesar de seu trabalho mais visível envolver o vigoroso exercício da liberdade de expressão para forçar a transparência e a prestação de contas por parte de poderosas instituições, ele é um grande crítico da invasão da privacidade de indivíduos por parte do Estado e das corporações. Julian também é autor de inúmeros projetos de software alinhados à filosofia cypherpunk, como o strobe.c, o primeiro *scanner* de portas TCP/IP, o arquivo *rubberhose*^a de criptografia negável [*deniable encryption*] e o código original do WikiLeaks². Na adolescência, Julian pesquisava segurança de rede e computação antes de algumas modalidades de *hacking* serem consideradas atividades criminais por lei. Nos anos 1990, Julian tornou-se ativista e criou o próprio provedor de acesso à internet na Austrália. Com Sulette Dreyfus, é coautor de um livro sobre a história do movimento *hacker* internacional, intitulado *Underground*, que inspirou o filme *Underground: the Julian Assange Story*³.

JACOB APPELBAUM é um dos fundadores da Noisebridge, em São Francisco, membro do Chaos Computer Club de Berlim e desenvolvedor de softwares⁴. Também é um defensor e pesquisador do Tor Project, sistema on-line anônimo que possibilita às pessoas resistir à vigilância e contornar a censura na internet⁵. Na última década ele se concentrou em ajudar ativistas em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Com esse objetivo, publicou pesquisas originais relativas a segurança, privacidade e anonimato em uma ampla variedade de áreas, da computação forense ao uso medicinal da maconha. Jacob acredita que todas as pessoas têm o direito de ler sem restrições e o direito de se expressar livremente, sem exceções. Em 2010, quando Julian Assange foi impossibilitado de proferir uma palestra em Nova York, Jacob assumiu em seu lugar. Desde então, ele, seus amigos e seus parentes têm sido perseguidos pelo governo dos Estados Unidos. Foi interrogado em aeroportos, submetido a revistas invasivas e intimidado por oficiais de órgãos de manutenção da ordem pública com ameaças veladas de estupro na prisão, além de ter seus equipamentos confiscados e seus serviços on-line sujeitos a uma intimidação judicial secreta. Jacob não se deixa abalar por essas medidas, continua a combater essas questões legais e permanece um vigoroso defensor da

liberdade de expressão e do WikiLeaks.

ANDY MÜLLER-MAGUHN é membro de longa data do Chaos Computer Club, na Alemanha, além de ex-membro do conselho e porta-voz da organização⁶. Foi cofundador da European Digital Rights (Edri), ONG que defende a garantia dos direitos humanos na era digital⁷. De 2000 a 2003, foi eleito por usuários europeus de internet para atuar como diretor europeu da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers [Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números] (Icann), responsável pela elaboração de políticas internacionais para a determinação de “nomes e números” na internet^{b 8}. É especialista em telecomunicações e vigilância e se dedica a investigar a indústria da vigilância com seu projeto wiki, o Buggedplanet.info⁹. Andy trabalha com comunicações criptográficas e ajudou a criar uma empresa chamada Cryptophone, que comercializa dispositivos de comunicação vocal segura para clientes comerciais e presta consultoria estratégica em arquitetura de redes¹⁰.

JÉRÉMIE ZIMMERMANN é cofundador e porta-voz do grupo de apoio aos cidadãos La Quadrature du Net, a mais proeminente organização europeia em defesa do direito do anonimato on-line e na promoção da conscientização das pessoas sobre os ataques legislativos à liberdade na internet¹¹. Dedica-se a criar ferramentas para que as pessoas possam tomar parte em debates públicos e tentar realizar mudanças. Atualmente se encontra profundamente envolvido com questões relativas à guerra de direitos autorais, com o debate sobre a neutralidade da rede e outras questões legislativas fundamentais para o futuro de uma internet livre. Recentemente o grupo La Quadrature du Net conquistou uma vitória histórica na política europeia, organizando uma campanha pública para derrotar o Acta (Anti-Counterfeiting Trade Agreement [Acordo Comercial Antifalsificação]) no Parlamento Europeu. Logo depois de participar da conversa que constitui as bases deste livro, Jérémie foi detido por dois oficiais do FBI ao sair dos Estados Unidos e interrogado sobre o WikiLeaks.

¹ WikiLeaks: <<http://wikileaks.org>>.

^a O *rubberhose* é uma espécie de pacote de criptografia negável (criptografia com chaves falsas que produzem mensagens falsas supostamente decifradas) que criptografa dados, com transparência, em um dispositivo de armazenamento, como um disco rígido, permitindo que o usuário oculte parte desses dados criptografados. (N. T.)

² Para mais informações sobre os arquivos *rubberhose*, ver Suelette Dreyfus, *The Idiot Savants' Guide to Rubberhose*, disponível em: <<http://marutukku.org/current/src/doc/maruguide/t1.html>>. Acesso em 14 out. 2012.

³ Sobre o livro *Underground*, ver <<http://www.underground-book.net>>. Quanto ao filme *Underground: the Julian Assange Story*, ver Internet Movie Database, em: <<http://www.imdb.com/title/tt2357453/>>. Acesso em 21 out. 2012.

⁴ A Noisebridge [literalmente, “ponte do barulho”, em inglês] é um *hackerspace* de São Francisco que fornece infraestrutura para projetos técnicos criativos e é operado de forma colaborativa. Ver: <www.noisebridge.net/wiki/Noisebridge>. O Chaos Computer Club Berlin é o braço berlinese do Chaos Computer Club (ver nota 6): <https://berlin.ccc.de/wiki/Chaos_Computer_Club_Berlin>.

⁵ Tor Project: <www.torproject.org>.

⁶ O Chaos Computer Club é a maior associação de *hackers* da Europa. Suas atividades variam de investigação e pesquisa técnica a campanhas, eventos, publicações e consultoria política: <www.ccc.de>.

- ⁷ European Digital Rights: <<http://www.edri.org>>.
- ^b Segundo a filial brasileira da organização, “a Icann é responsável pela coordenação global do sistema de identificadores exclusivos da internet. Entre esses identificadores estão nomes de domínio (como .org, .museum e códigos de países, como .uk) e endereços usados em vários protocolos da internet. Os computadores usam esses identificadores para se comunicar entre si pela internet”, disponível em: <www.icann.org.br>. (N. T.)
- ⁸ Internet Corporation for Assigned Names and Numbers: <www.icann.org>.
- ⁹ Buggedplanet: <<http://buggedplanet.info>>.
- ¹⁰ Cryptophone: <www.cryptophone.de>.
- ¹¹ La Quadrature du Net: <www.laquadrature.net>.

Cypherpunks



“Faça sua máscara.” Ilustração do blog Anonymous World Wide News (<http://anonymousnews.blogs.ru/>) com base na máscara que representa Guy Fawkes, criada por David Lloyd para a personagem V, do romance gráfico *V de Vingança*, escrito por Alan Moore. A máscara foi adotada pelo movimento hacker Anonymous em 2008..

OBSERVAÇÕES SOBRE AS VÁRIAS TENTATIVAS DE PERSEGUIÇÃO AO WIKILEAKS E ÀS PESSOAS A ELE ASSOCIADAS

Na conversa que se segue, são feitas várias referências a eventos recentes da história do WikiLeaks e a seus esforços de divulgação. Elas podem ser obscuras a leitores não familiarizados com a história do WikiLeaks, portanto foram resumidas aqui.

A missão do WikiLeaks é receber informações de denunciantes, divulgá-las ao público e se defender dos inevitáveis ataques legais e políticos. Estados e organizações poderosas tentam rotineiramente abafar as divulgações do WikiLeaks e, na qualidade de um canal de divulgação “de último caso”, essa é uma das dificuldades que o WikiLeaks foi criado para suportar.

Em 2010, o WikiLeaks se envolveu em sua mais notória série de divulgações até então, revelando o abuso sistemático do sigilo oficial por parte do governo e das Forças Armadas dos Estados Unidos. Essas publicações são conhecidas como Collateral Murder, War Logs e Cablegate^{a 1}. O governo norte-americano e seus aliados reagiram com uma iniciativa contínua e coordenada para destruir o WikiLeaks.

O GRANDE JÚRI CONTRA O WIKILEAKS

Como consequência direta das ações de divulgação do WikiLeaks, o governo norte-americano lançou uma investigação criminal, conduzida por vários órgãos diferentes, contra Julian Assange e o pessoal do WikiLeaks, seus defensores e supostos associados. Um Grande Júri foi reunido na cidade de Alexandria, estado da Virgínia, com o apoio do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e do FBI, para investigar a possibilidade de lançar acusações sobre Julian Assange e outros, incluindo a de conspiração sob os termos do Espionage Act^b de 1917. Oficiais norte-americanos caracterizaram a investigação como “de escala e natureza sem precedentes”. Nenhum juiz ou advogado de defesa esteve presente nos atos processuais do Grande Júri. Desde então, o comitê congressional tem ouvido em audiências sugestões de membros do Congresso dos Estados Unidos de que o Espionage Act poderia ser utilizado como uma ferramenta contra jornalistas que “em sã consciência publicam informações

vazadas”, o que sugere que a abordagem está a caminho de ser regularizada no sistema judiciário norte-americano².

No momento da publicação deste livro, o WikiLeaks continua sendo investigado³. Várias pessoas foram legalmente coagidas a testemunhar. Os processos judiciais relativos ao julgamento de Bradley Manning, o soldado acusado de ceder informações ao WikiLeaks, revelaram um arquivo do FBI sobre a investigação do WikiLeaks contendo mais de 42.100 páginas, sendo que aproximadamente 8 mil delas se referem especificamente a Manning. Bradley Manning foi detido sem julgamento por mais de 880 dias. Juan Mendes, o relator especial sobre torturas das Nações Unidas, descobriu que Bradley Manning foi tratado de maneira cruel e desumana que poderia ser possivelmente classificada como tortura⁴.

CLAMOR PELO ASSASSINATO DE JULIAN ASSANGE E O WIKILEAKS TASK FORCE

A investigação do Grande Júri não foi a única forma de ataque ao WikiLeaks. Em dezembro de 2010, na esteira do Cablegate, vários políticos norte-americanos em atividade clamaram pelo assassinato extrajudicial de Julian Assange, inclusive por meio de um ataque de *drones*. Senadores norte-americanos caracterizaram o WikiLeaks como uma “organização terrorista” e classificaram Assange como um “terrorista *high-tech*” e um “combatente inimigo” envolvido na “ciberguerra”⁵.

Uma forte equipe de 120 pessoas denominada WikiLeaks Task Force (WTF), destinada a “tomar medidas” contra o WikiLeaks, foi organizada no Pentágono antes da divulgação dos Iraq War Logs e do Cablegate. Outras forças-tarefa similares administradas pelo FBI, pela CIA e pelo Departamento de Estado norte-americano também continuam em operação⁶.

CENSURA DIRETA

Em um ato de censura sem precedentes contra uma publicação jornalística, o governo norte-americano pressionou provedores da internet a negar serviços ao WikiLeaks.org. No dia 1º de dezembro de 2010, a Amazon removeu o WikiLeaks de seus servidores e, no dia seguinte, o serviço DNS^c que direcionava ao domínio WikiLeaks.org foi cancelado. O WikiLeaks só foi mantido on-line durante esse período em virtude de uma iniciativa de espelhamento entre servidores em massa, na qual milhares de defensores do WikiLeaks copiaram o website e hospedaram sua própria versão deste, divulgando os endereços IP nas redes sociais⁷.

A administração Obama advertiu vários funcionários públicos federais de que o material divulgado pelo WikiLeaks permanecia sendo considerado confidencial – apesar de ter sido divulgado em algumas das maiores organizações de notícias do mundo, inclusive os jornais *The New York Times* e *The Guardian* –, informando-os de que o acesso ao material, fosse por meio do WikiLeaks.org ou do *The New York Times*, seria considerado uma violação de segurança⁸. Órgãos do governo norte-americano, como a Biblioteca do Congresso, o Departamento de Comércio e as Forças Armadas, bloquearam o acesso ao conteúdo do WikiLeaks em suas redes. E a proibição não se limitou ao setor público: instituições acadêmicas foram advertidas de que os estudantes que tivessem a ambição de seguir carreira no funcionalismo público deveriam evitar o conteúdo divulgado pelo WikiLeaks em suas

pesquisas e atividades na internet.

CENSURA FINANCEIRA: O BLOQUEIO BANCÁRIO

O WikiLeaks é financiado por doações de apoiadores. Em dezembro de 2010, grandes instituições bancárias e financeiras, como Visa, MasterCard, PayPal e Bank of America, cederam à pressão não oficial norte-americana e passaram a negar a prestação de serviços financeiros ao WikiLeaks, bloqueando transferências bancárias e todas as doações realizadas com os principais cartões de crédito. Embora fossem instituições norte-americanas, sua relevância nas finanças internacionais significou que doadores do mundo inteiro foram impedidos de enviar dinheiro ao WikiLeaks para apoiar suas atividades de divulgação.

O “bloqueio bancário”, como a ação passou a ser conhecida, está sendo conduzido fora de qualquer processo judicial ou administrativo e permanece vigente no momento da publicação deste livro. O WikiLeaks abriu grandes processos judiciais em diferentes jurisdições ao redor do mundo para romper esse bloqueio, conquistando algumas vitórias preliminares, e os processos ainda estão em curso. Enquanto isso, a organização enfrenta a interrupção de parte de seu fluxo de renda, além de custos elevados, tendo de recorrer a seus fundos de reserva já por quase dois anos para manter suas operações.

O bloqueio bancário constitui uma afirmação do poder de controlar as transações financeiras entre terceiros. Ele mina diretamente a liberdade econômica dos indivíduos. Como se não bastasse, a ameaça que ele impõe à própria existência do WikiLeaks exemplifica uma nova e perturbadora forma de censura econômica global⁹.

Pessoas supostamente associadas ao WikiLeaks, bem como alguns defensores da organização e os próprios membros desta, tiveram misteriosos problemas com suas contas bancárias – desde pequenos detalhes até contas completamente fechadas.

O ASSÉDIO DE JACOB APPELBAUM E JÉRÉMIE ZIMMERMANN

No dia 17 de julho de 2010, Julian Assange foi convidado para proferir uma palestra na conferência de *hackers* Hope em Nova York. Ele cancelou sua participação, e Jacob Appelbaum apareceu em seu lugar. Desde então, órgãos de manutenção da ordem pública têm promovido uma campanha de assédio contra Appelbaum e as pessoas próximas a ele. Appelbaum tem sido repetidamente detido e revistado, tem tido o acesso negado a qualquer assessoria jurídica e é interrogado na fronteira sempre que entra ou sai dos Estados Unidos. Seus equipamentos foram confiscados e seus direitos violados, e ele foi ameaçado de outras violações de seus direitos. Esses assédios e detenções envolveram dezenas de órgãos norte-americanos, incluindo o Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o Serviço de Imigração e Controle Aduaneiro e o Exército. Quando detido, chegaram a lhe negar acesso ao banheiro, como método para forçar a submissão. Em nenhuma dessas ocorrências Appelbaum foi formalmente acusado nem informado pelo governo das razões de tais ações¹⁰.

Em meados de junho de 2011, enquanto se preparava para embarcar em um voo no Aeroporto Dulles, em Washington, Jérémie Zimmermann foi abordado por dois homens que se identificaram como agentes do FBI. Eles o questionaram sobre o WikiLeaks e fizeram ameaças de detenção e prisão.

Appelbaum e Zimmermann estão no meio de uma longa lista de amigos, apoiadores ou supostos associados de Julian Assange que foram sujeitos a assédio e vigilância por parte de órgãos norte-americanos, lista essa que inclui advogados e jornalistas envolvidos no decurso de suas atividades profissionais.

APREENSÃO DE REGISTROS ELETRÔNICOS SEM ORDEM JUDICIAL E O “CASO DA INTIMAÇÃO DO TWITTER”

No dia 14 de dezembro de 2010, o Twitter recebeu uma “intimação administrativa” do Departamento de Justiça dos Estados Unidos para revelar informações que poderiam ser relevantes para uma investigação sobre o WikiLeaks. A intimação foi denominada “ordem 2703(d)”, em referência a uma seção do Stored Communications Act [Lei das Comunicações Armazenadas], por meio da qual o governo norte-americano invoca a autoridade para forçar a revelação de registros de comunicações eletrônicas privadas sem a necessidade de um mandado de busca emitido por um juiz – o que na prática cria uma base legal para contornar as proteções da Quarta Emenda contra a busca e a apreensão arbitrárias.

A intimação em questão incluiu nomes de usuários, registros de correspondência, endereços, números de telefone, detalhes bancários e números de cartões de crédito associados a contas e pessoas supostamente relacionadas ao WikiLeaks, incluindo Jacob Appelbaum, a parlamentar islandesa Birgitta Jónsdóttir, o empresário holandês e pioneiro da internet Rop Gonggrijp e o próprio WikiLeaks. Sob os termos da intimação, o Twitter foi impedido até mesmo de informá-los de que seus dados estavam sendo requisitados, mas recorreu com uma apelação contra tal ordem de silêncio e conquistou o direito de informar os alvos que seus registros estavam sendo solicitados.

Informados da intimação pelo Twitter, em 26 de janeiro de 2011 Appelbaum, Jónsdóttir e Gonggrijp, representados pela empresa de advocacia Kecker and Van Nest, pela American Civil Liberties Union (Aclu) e pela Electronic Frontier Foundation (EFF), entraram com um requerimento coletivo para rescindir a ordem. O incidente passou a ser conhecido como o “caso da intimação do Twitter”¹¹. O advogado de Appelbaum entrou com um requerimento adicional para que fossem divulgados os autos do processo ainda secretos relativos às tentativas do governo de coletar seus registros privados no Twitter e em outras empresas. Ambos os pedidos foram indeferidos por um magistrado dos Estados Unidos no dia 11 de março de 2011. Os pleiteantes recorreram.

No dia 9 de outubro de 2011, o *Wall Street Journal* revelou que o provedor californiano de e-mails Sonic.net também recebera uma intimação solicitando os dados de Appelbaum. A Sonic entrou com um recurso de apelação da ordem judicial do governo e perdeu, mas obteve a permissão de informar Appelbaum de que fora forçada a revelar suas informações. O *Wall Street Journal* relatou ainda que o Google recebeu uma intimação similar, mas não informou se a empresa contestou ou não a decisão em juízo¹².

Em 10 de novembro de 2011, um juiz federal posicionou-se contra Appelbaum, Jonsdottir e Gonggrijp, com o veredito de que o Twitter deveria entregar suas informações ao Departamento de Justiça¹³. No dia 20 de janeiro de 2012, os pleiteantes recorreram mais uma vez, buscando contestar a decisão que indeferia o requerimento de divulgar a lista de todas as intimações que possam ter sido enviadas a outras empresas além do Twitter¹⁴. No momento

da publicação deste livro, o processo judicial ainda está em andamento.

-
- ^a Respectivamente, em tradução livre, Assassinato Colateral, Diário de Guerra e “Cablegate”, isto é, o vazamento de registros oficiais – *cables*, em inglês – diplomáticos dos Estados Unidos (o nome faz alusão ao escândalo de Watergate). (N. T.)
 - ¹ Collateral Murder: <<http://www.collateralmurder.com>>. The Iraq War Logs: <<http://wikileaks.org/irq>>. The Afghan War Diary: <<http://wikileaks.org/afg>>. Cablegate: <<http://wikileaks.org/cablegate.html>>.
 - ^b Lei norte-americana de espionagem. (N. T.)
 - ² Cf. Reporters Committee for Freedom of the Press, “Congressional Committee Holds Hearing on National Security Leak Prevention and Punishment”, 11 jul. 2012, disponível em: <<http://www.rcfp.org/browse-media-law-resources/news/congressional-committee-holds-hearing-national-security-leak-prevent>>. Acesso em 21 out. 2012.
 - ³ A respeito do Grande Júri do WikiLeaks, conferir o cronograma elaborado pela jornalista *freelancer* Alexa O’Brien, disponível em: <http://www.alexaobrien.com/timeline_us_versus_manning_assange_wikileaks_2012.html>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ⁴ Ed Pilkington, “Bradley Manning’s Treatment was Cruel and Inhuman, UN Torture Chief Rules”, *The Guardian*, 12 mar. 2012, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/12/bradley-manning-cruel-inhuman-treatment-un>>. Acesso em 24 out. 2012.
 - ⁵ Nick Collins, “WikiLeaks: Guilty Parties ‘Should Face Death Penalty’”, *Telegraph*, 1º dez. 2010, disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/wikileaks/8172916/WikiLeaks-guilty-parties-should-face-death-penalty.html>>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ⁶ Greg Miller, “CIA Launches Task Force to Assess Impact of U.S. Cables’ Exposure by WikiLeaks”, *Washington Post*, 22 dez. 2012, disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/12/21/AR2010122104599.html>>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ^c Sistema de distribuição de nomes de domínio. (N. T.)
 - ⁷ Charles Arthur e Josh Halliday, “WikiLeaks Fights to Stay Online After US Company Withdraws Domain Name”, *The Guardian*, 3 dez. 2012, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/blog/2010/dec/03/wikileaks-knocked-off-net-dns-everydns>>. Acesso em 23 out. 2012.
 - ⁸ Eric Lipton, “Don’t Look, Don’t Read: Government Warns Its Workers Away From WikiLeaks Documents”, *The New York Times*, 4 dez. 2010, disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/12/05/world/05restrict.html?hp&r=2&c>>. Acesso em 23 out. 2012.
 - ⁹ WikiLeaks, “Banking Blockade”, disponível em: <<http://www.wikileaks.org/Banking-Blockade.html>>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ¹⁰ Recomendamos a leitura do relato de Jacob sobre suas detenções. Ver Jacob Appelbaum, “Air Space: A Trip Through an Airport Detention Center”, *boingboing*, 31 out. 2011, disponível em: <<http://boingboing.net/2011/10/31/air-space-a-trip-through-an-ai.html>>. Também sugerimos a leitura da entrevista com Jacob sobre as detenções publicadas no *Democracy Now*, intitulada “National Security Agency Whistleblower William Binney on Growing State Surveillance”, de 20 de abril de 2012, disponível em: <http://www.democracynow.org/2012/4/20/exclusive_national_security_agency_whistleblower_william>. Ambos os links acessados em 23 out. 2012.
 - ¹¹ Oficialmente conhecido como In the Matter of the 2703(d) Order Relating to Twitter Accounts: WikiLeaks Rop_G IOERROR; and BirgittaJ.
 - ¹² Cf. Julia Angwin, “Secret Orders Target E-mail”, *Wall Street Journal*, 9 out. 2011, disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052970203476804576613284007315072.html>>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ¹³ Cf. Somini Sengupta, “Twitter Ordered to Yield Data in WikiLeaks Case”, *The New York Times*, 10 nov. 2011, disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/11/technology/twitter-ordered-to-yield-data-in-wikileaks-case.html>>. Acesso em 22 out. 2012.
 - ¹⁴ Cf. “Aclu & EFF to Appeal Secrecy Ruling in Twitter/WikiLeaks Case”, comunicado à imprensa da Electronic Frontier Foundation, 20 jan. 2012, disponível em: <<https://www.eff.org/press/releases/aclu-eff-appeal-secrecy-ruling-twitterwikileaks-case>>. Acesso em 22 out. 2012.

MAIOR COMUNICAÇÃO *VERSUS* MAIOR VIGILÂNCIA

Julian: Se voltarmos àquela época, no início dos anos 1990, quando tivemos a ascensão do movimento cypherpunk como uma reação às proibições da criptografia por parte do Estado, muitas pessoas acreditavam no poder da internet de proporcionar comunicações muito mais livres de censura se em comparação com a grande mídia. Mas os cypherpunks sempre souberam que, na verdade, com isso também vinha o poder de vigiar todas as comunicações. Temos agora uma maior comunicação *versus* uma maior vigilância. Uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significa exatamente o contrário.

A vigilância é muito mais óbvia atualmente do que quando o grosso dela era feito apenas pelos Estados norte-americano, britânico, russo e alguns outros, como o suíço e o francês. Hoje isso é feito por todo mundo e por praticamente todos os Estados, em consequência da comercialização da vigilância em massa. E ela tem sido muito mais totalizadora agora, porque as pessoas divulgam suas ideias políticas, suas comunicações familiares e suas amizades na internet. Então a situação não inclui apenas uma maior vigilância das comunicações em relação ao que existia antes, mas também o fato de que atualmente temos muito mais comunicação. E não é só uma questão do maior volume das comunicações, mas também de uma proliferação dos tipos de comunicação. Todos esses novos tipos de comunicação que antes eram privados agora são interceptados em massa.

Uma batalha está sendo travada entre o poder dessas informações coletadas por *insiders* – esses Estados paralelos de informações que estão começando a se desenvolver, se alimentar uns aos outros, elaborando conexões entre si e com o setor privado – *versus* um mundo de informações cada vez mais amplo, com a internet atuando como uma ferramenta comunitária para que a humanidade se comunique entre si.

Eu gostaria de refletir sobre como nós deveríamos apresentar nossas ideias. Meu maior problema, falando como alguém que está cercado pela vigilância do Estado e viu como a indústria de segurança transnacional se desenvolveu ao longo dos últimos vinte anos, é que estou muito familiarizado com esse cenário e não sei como olhar para isso da perspectiva de quem vê de fora. Mas agora o nosso mundo é o mundo de todos, porque todo mundo já jogou seus detalhes mais secretos na internet. Precisamos dar um jeito de transmitir o que

aprendemos enquanto ainda é possível.

Andy: Minha sugestão é ver isso não do ponto de vista de um cidadão comum, mas do ponto de vista das pessoas no poder. Outro dia eu estava numa conferência esquisita em Washington e vi uns caras com crachás da embaixada alemã. Eu me aproximei deles e comentei “Ah, então vocês são da embaixada alemã...”, e eles disseram: “Não exatamente da embaixada, somos da região de Munique”. Acontece que eles eram de um órgão de inteligência estrangeira, então perguntei no café da tarde: “Então, qual é o foco do sigilo?”. “Bom, a ideia é desacelerar os processos para poder controlá-los melhor”, eles me explicaram. Essa é a base desse tipo de trabalho de inteligência, desacelerar um processo de forma a eliminar a capacidade das pessoas de entendê-lo. Declarar que algo é secreto significa restringir o número de pessoas que detêm o conhecimento e, em consequência, têm a capacidade de afetar o processo.

Se olharmos para a internet do ponto de vista das pessoas no poder, os últimos vinte anos foram aterrorizantes. Elas enxergam a internet como uma doença que afeta sua capacidade de definir a realidade, definir o que está acontecendo, o que, por sua vez, é usado para definir o que as pessoas sabem sobre o que está acontecendo e a capacidade delas de interagir com a realidade. Se olharmos para, digamos, a Arábia Saudita, onde por algum acidente histórico os líderes religiosos e os donos da maior parte do país são as mesmas pessoas, o interesse deles na mudança é praticamente zero. Entre zero e menos cinco, talvez. Eles veem a internet como uma doença e perguntam a seus conselheiros: “Você tem algum remédio contra essa coisa? Precisamos nos imunizar caso isso afete o nosso país, caso esse negócio de internet chegue aqui”. E a resposta é a vigilância em massa: “Precisamos controlar isso completamente, precisamos filtrar, precisamos saber tudo o que eles estão fazendo”. E foi o que aconteceu nos últimos vinte anos. Houve um investimento gigantesco em vigilância porque as pessoas no poder temiam que a internet pudesse afetar seus métodos de governança.

Julian: E mesmo assim, apesar dessa vigilância em massa, as comunicações em massa possibilitaram a milhões de pessoas chegar a um consenso rápido. Se for possível passar muito rapidamente de uma posição normal para uma nova posição de consenso em massa, apesar de o Estado conseguir ver o desenvolvimento dessa mudança, os governantes não têm tempo suficiente de elaborar uma reação eficaz.

Podemos citar como exemplo o protesto organizado por meio do Facebook em 2008, no Cairo. Ele pegou o governo Mubarak de surpresa, e como resultado as pessoas que estavam usando o Facebook para protestar foram rastreadas¹. Em 2011, em um manual que foi um dos documentos mais importantes utilizados na Revolução Egípcia, a primeira e a última páginas recomendavam: “Não use o Twitter nem o Facebook” para distribuir o manual². Mesmo assim, muitos egípcios usaram o Twitter e o Facebook. Eles só sobreviveram porque a revolução foi um sucesso. Caso contrário, essas pessoas estariam numa posição muito, muito difícil. E não vamos esquecer que logo no começo o presidente Mubarak cortou a internet no Egito. Ninguém sabe direito se esse blecaute prejudicou ou facilitou a revolução. Há quem ache que facilitou, porque as pessoas tiveram de sair às ruas para se informar dos acontecimentos e,

uma vez que você está na rua, você está na rua. E elas foram diretamente afetadas, porque seus celulares e a internet deixaram de funcionar.

Então, para ter sucesso, é necessário ter uma massa crítica, a coisa tem de acontecer rapidamente e precisa sair vitoriosa, porque, se não sair, aquela mesma infraestrutura que possibilitou um consenso rápido para se desenvolver será utilizada para rastrear e marginalizar todos os envolvidos na promoção desse consenso.

Então isso aconteceu no Egito, que, sim, era um aliado dos Estados Unidos, mas não fazia parte da aliança de órgãos de inteligência anglófonos, composta por Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Agora, vamos tentar imaginar a Revolução Egípcia ocorrendo nos Estados Unidos – o que aconteceria com o Facebook e com o Twitter? Eles passariam a ser controlados pelo Estado. E, se a revolução fracassasse, eles seriam destrinchados pela CIA e pelo FBI em busca de detalhes sobre os principais participantes – como já está acontecendo.

Jérémie: É difícil desassociar vigilância e controle. Precisamos lidar com os dois problemas. Esse é o meu maior interesse – o controle da internet, seja pelos governos ou por corporações.

Jacob: Acho que já está bem claro que a censura, em termos gerais, é um subproduto da vigilância, seja na forma da autocensura ou na de uma censura técnica, e acho que um jeito importante de transmitir isso às pessoas comuns é evitando termos técnicos. Por exemplo, se construirmos estradas do mesmo jeito que construímos a internet, todas as estradas precisariam ter câmeras de vigilância e microfones que ninguém além da polícia poderia acessar – a não ser alguém que conseguisse se passar por um policial.

Julian: Eles estão chegando lá, Jake, no Reino Unido.

Jacob: Quando você constrói uma estrada, não é um requisito que cada centímetro de sua extensão possa ser monitorado com perfeita vigilância, que só será disponibilizada a um grupo secreto de pessoas. Explicar às pessoas comuns que estamos construindo estradas na internet desse jeito e depois exigindo que essas estradas sejam usadas – é algo que as pessoas podem entender, pois percebem que os construtores originais da estrada nem sempre serão os mesmos que a controlarão.

Andy: Mas algumas pessoas nem chegam a construir estradas. Elas fazem um quintal e convidam todo mundo para ir lá tirar a roupa. Então, agora estamos falando do Facebook! É um jeito de deixar as pessoas à vontade com o fato de estarem revelando seus dados pessoais.

Jacob: Certo. As pessoas eram recompensadas por participar do Stasi, o órgão de segurança da antiga Alemanha Oriental. E hoje são recompensadas por participar do Facebook. Só que no Facebook elas são recompensadas com créditos sociais – ir para a cama com a vizinha – em vez de serem pagas diretamente. E é importante relacionar esse fenômeno com o aspecto humano, porque ele não se restringe à tecnologia, é uma questão de controle por meio da

vigilância. Em certos aspectos, é o panóptico perfeito³.

Julian: Eu me interesso muito pela filosofia da técnica. A técnica é muito mais que a mera tecnologia e implica, por exemplo, um consenso majoritário em uma diretoria ou a estrutura de um parlamento – é a interação sistematizada. Por exemplo, me parece que os sistemas feudais se originaram da técnica dos moinhos. Antes tínhamos moinhos centralizados, que exigiam investimentos enormes e que não podiam escapar do controle físico, de forma que era bastante natural acabarmos tendo relações feudais. Com o tempo, parece que desenvolvemos técnicas cada vez mais sofisticadas. Algumas dessas técnicas podem ser democratizadas; elas podem ser disseminadas a todos. Mas a maioria delas – devido à sua complexidade – é de técnicas que resultam de organizações estreitamente interconectadas, como a Intel Corporation. Talvez a tendência básica da técnica seja passar por esses períodos de descoberta da técnica, de centralização da técnica, de democratização da técnica – quando o conhecimento sobre como fazer é passado para a próxima geração. Mas acho que a tendência geral da técnica é centralizar o controle naquelas pessoas que detêm os recursos físicos delas.

Penso que um fabricante de semicondutores é um exemplo perfeito disso. Estamos falando de um processo extremamente complicado, envolvendo inúmeros passos, no qual é necessário que se tenha ar puro e uma fábrica com milhares de pessoas que precisam usar toucas para isolar a produção de qualquer fragmento de pele e fio de cabelo. E a organização de produção de semicondutores possui literalmente milhões de horas de conhecimento obtido por meio de pesquisas. Se os semicondutores forem populares – e eles são, já que sustentam a internet –, então é possível dizer que o processo de produção de semicondutores está codificado na liberação da internet. E codificada na produção de semicondutores está a capacidade de extrair enormes concessões por parte do grupo que detém o controle físico da fabricante de semicondutores.

Assim, fundamentando a revolução das comunicações *high-tech* – e a liberdade que extraímos disso – está toda a economia de mercado moderna, globalizada, transnacional e neoliberal. Na verdade tudo culmina nesse ponto. Esse é o auge, em termos de realização tecnológica, do que a economia moderna globalizada e neoliberal é capaz de produzir. A internet é sustentada por interações comerciais extremamente complexas entre fabricantes de fibra óptica, fabricantes de semicondutores, companhias de mineração que extraem os materiais e todos os lubrificantes financeiros que possibilitam o comércio, tribunais para garantir a aplicação das leis relativas à propriedade privada e assim por diante. Então na verdade esse é o topo da pirâmide de todo o sistema neoliberal.

Andy: Sobre a questão da técnica, quando Johannes Gutenberg inventou a prensa tipográfica, ela chegou a ser proibida em algumas regiões da Alemanha e foi assim que acabou se espalhando por todo o país, porque, quando era proibida em uma região, eles iam a outra jurisdição⁴. Não estudei isso em detalhes, mas sei que eles começaram a incomodar a Igreja católica por estarem rompendo o monopólio dos livros impressos e, quando tinham problemas com a lei, se transferiam para uma região onde a imprensa não era proibida. De certa forma, isso ajudou a propagar a imprensa.

Acho que foi um pouco diferente no caso da internet porque, por um lado, temos as máquinas, que podem ser utilizadas como uma unidade de produção – o que até mesmo o Commodore 64^a foi, em certo sentido –, já que a maioria das pessoas as usa para outros fins.

Julian: E assim cada máquina que você tivesse podia rodar seu próprio software.

Andy: Isso. E você também poderia usá-la para distribuir ideias. Mas, por outro lado, em termos filosóficos, como John Gilmore – um dos fundadores da Electronic Frontier Foundation, sediada nos Estados Unidos – disse no início dos anos 1990, quando a internet atingiu um alcance global, “a rede interpreta a censura como um dano e a contorna”⁵. Como hoje sabemos, essa observação foi uma mistura de interpretação técnica combinada com uma visão otimista do impacto, uma espécie de pensamento fantasioso e também de profecia autorrealizável.

Julian: Mas isso se aplica à Usenet, que é um sistema de e-mail *many-to-many* [de muitos para muitos], por assim dizer, que começou cerca de trinta anos atrás. Para uma explicação simples da Usenet, imagine que não haja nenhuma diferença entre pessoas e servidores e que cada pessoa esteja rodando o próprio servidor da Usenet. Você escreve alguma coisa e envia a uma ou duas pessoas. Elas (automaticamente) verificam se já têm o que você escreveu. Se não tiverem, pegam aquilo e o transmitem a todas as pessoas que estejam conectadas a elas. E por aí vai. Com isso, a mensagem flui por meio de todo mundo e todo mundo acaba recebendo uma cópia. Se qualquer uma dessas pessoas estiver envolvida com a censura, ela é simplesmente ignorada, isso não faz diferença alguma. A mensagem continua se propagando por meio de todas as demais que não são censores. Gilmore estava se referindo à Usenet, não à internet. Tampouco estava se referindo a *webpages*.

Andy: Apesar de estar tecnicamente correta, a interpretação das palavras dele fez com que, no longo prazo, as pessoas vissem a si mesmas como se fossem “a internet”. Elas diziam: “Tudo bem, a censura está lá, mas vamos contorná-la”. E o político sem nenhum conhecimento técnico pensava: “Que droga, acabou de sair uma nova tecnologia que restringe o nosso controle na esfera das informações”. Então acho que Gilmore, que foi um dos pioneiros do movimento cypherpunk, fez um excelente trabalho conduzindo as coisas nessa direção, inspirando todo o modo criptoanarquista de ter a própria forma de comunicação anônima sem temer ser rastreado.

Jérémie: Vejo uma diferença no que descrevemos como a disseminação da tecnologia, porque, no caso do moinho e da prensa tipográfica, é necessário vê-los para entender como funcionam, ao passo que agora estamos cada vez mais construindo o controle dentro da tecnologia. O controle já vem integrado. Se formos olhar um computador moderno, na maioria dos casos nem conseguimos abri-lo para ver todos os seus componentes. E esses componentes estão montados em pequenos compartimentos – não dá para saber o que eles fazem.

Andy: Devido à complexidade?

Jérémie: Devido à complexidade e também porque essa é uma tecnologia que não é feita para ser entendida. É o que acontece com a tecnologia proprietária⁶. É o que Cory Doctorow descreve em sua palestra “The War on General Purpose Computing” [“A guerra contra a computação de uso geral”]⁷. Quando um computador é uma máquina genérica, é possível fazer o que se quiser com ela. Você pode processar qualquer informação como um *input* e transformá-la em qualquer *output*. E cada vez mais estamos criando dispositivos que são esses computadores de uso geral, mas restritos a fazer uma coisa só, como só um GPS ou só um celular ou só um tocador de MP3. Cada vez mais estamos criando máquinas com um controle integrado, para proibir o usuário de fazer certas coisas.

Julian: Esse controle integrado impede as pessoas de entender o dispositivo e modificá-lo, desviando-se da finalidade pretendida pelo fabricante. Mas agora a situação está ainda pior, porque o dispositivo, além disso, está conectado à rede.

Jérémie: Sim, então ele também pode incorporar a função de monitorar o usuário e seus dados. É por isso que o software livre é tão importante para uma sociedade livre.

Andy: Concordo totalmente que precisamos das máquinas para uso geral, mas nesta manhã, no voo de Berlim para cá, o avião abortou a decolagem – foi a primeira vez que isso aconteceu comigo. O avião foi para um canto da pista e o capitão anunciou “Senhores passageiros, tivemos uma falha nos sistemas elétricos, então decidimos parar e reiniciar os sistemas”. Eu fiquei lá pensando “Que merda, parece o *reboot* do Windows: dê um control+alt+del e torça para dar certo”. Então acho que eu não ficaria totalmente descontente com uma máquina de finalidade única em um avião, isto é, uma máquina que só faz uma coisa e faz isso muito bem. Se estou sentado em uma máquina voadora, não quero que os pilotos se distraiam jogando Tetris ou que o avião pegue um vírus Stuxnet ou algo assim⁸.

Jérémie: Um avião não processa os seus dados pessoais, ele não tem controle algum sobre a sua vida.

Andy: Bom, uma máquina voadora tem controle sobre a minha vida por um tempo.

Jacob: Acho que um bom jeito de descrever o argumento de Cory é dizer que não existem mais carros, não existem mais aviões, não existem mais aparelhos auditivos; o que temos são computadores com quatro rodas, computadores com asas, computadores para ajudá-lo a escutar. E parte disso não é se eles são computadores de finalidade única ou não, é se podemos ou não verificar que eles realmente fazem o que dizem que fazem e se sabemos ou não dizer com que eficácia eles fazem isso. Muitas vezes as pessoas tentam argumentar que têm o direito de manter esse tipo de coisa em segredo, e então fazem computadores

complexos demais ou colocam obstáculos legais para nos impedir de entendê-los. Isso acaba se tornando um perigo para a sociedade, porque sabemos que as pessoas nem sempre agem tendo em vista os interesses de todos e também sabemos que as pessoas erram – não necessariamente com más intenções –, de forma que manter isso em segredo é muito perigoso em vários níveis diferentes, sendo que um deles é que somos todos imperfeitos. Isso é um fato. O acesso aos planos dos sistemas nos quais nossa vida se baseia explica em parte a importância do software livre, mas também explica a importância do hardware livre, que é capaz de aumentar a nossa liberdade de fazer investimentos sustentáveis, de melhorar os sistemas que usamos e de verificar se eles de fato estão funcionando como se espera.

Mas, além dessa liberdade, isso também explica a importância de entender esses sistemas, porque, quando não os entendemos, nos vemos diante de uma tendência geral de nos submeter à autoridade, a pessoas que os entendem ou que são capazes de controlá-los, mesmo sem compreender a essência da coisa. É por isso que vemos tanta badalação no que se refere à ciberguerra – porque algumas pessoas que parecem ser autoridades em relação à guerra começam a falar sobre a tecnologia como se a entendessem. Essas pessoas muitas vezes falam sobre a ciberguerra e nenhuma delas, nem uma sequer, fala sobre a construção da ciberpaz ou qualquer coisa relacionada à construção da paz. Elas só falam sobre a guerra porque é com isso que elas ganham, e elas tentam controlar a tecnologia e os processos legais como um meio de promover os próprios interesses. Então, quando não temos controle algum sobre a nossa tecnologia, essas pessoas a usam para seus próprios fins – mais especificamente, para a guerra. Essa é uma receita garantida para uma situação aterrorizante, e acho que foi isso que gerou o Stuxnet. Por outro lado, pessoas sensatas sugerem que, apesar de os Estados Unidos financiarem a guerra, táticas como essas de alguma forma podem impedir confrontos. Esse talvez seja um argumento sensato para um país que não esteja ativamente invadindo outras nações, mas que dificilmente se sustenta no contexto de uma nação envolvida em diversas invasões simultâneas e contínuas.

¹ Trata-se da manifestação realizada em 6 de abril de 2008 em defesa da greve coibida dos trabalhadores da indústria têxtil de Mahalla al-Kobra. Pouco antes da greve, foi criado um grupo no Facebook para o April 6 Youth Movement [Movimento dos Jovens de 6 de Abril] visando a encorajar os egípcios a realizar manifestações no Cairo e em outras cidades para coincidir com a ação da indústria têxtil em Mahalla. Os protestos acabaram não ocorrendo, e os administradores do grupo no Facebook, Esraa Abdel Fattah Ahmed Rashid e Ahmed Maher, foram presos, além de outros manifestantes. Maher foi torturado para revelar sua senha da rede social. O April 6 Youth Movement acabou influenciando a revolução egípcia de 2011. Ver David Wolman, “Cairo Activists Use Facebook to Rattle Regime”, *Wired*, 20 out. 2008, disponível em: <www.wired.com/techbiz/startups/magazine/16-11/ff_facebookegypt?currentPage=all>. Acesso em 23 out. 2012.

² De autoria anônima, o manual *Como protestar de forma inteligente* foi distribuído no início do levante de dezoito dias que derrubou o presidente Hosni Mubarak, disponível (em árabe) em: <<http://www.its time.it/Approfondimenti/EgyptianRevolutionManual.pdf>>. Trechos do documento foram traduzidos para o inglês e publicados sob o título “Egyptian Activists’ Action Plan: Translated”, *Atlantic*, 27 jan. 2011, disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2011/01/egyptian-activists-action-plan-translated/70388>>. Ambos os links foram acessados em 23 out. 2012.

³ O panóptico foi uma prisão concebida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham em 1787, projetada para possibilitar que um guarda pudesse vigiar em sigilo todos os prisioneiros ao mesmo tempo através de uma única linha de visão. Jeremy Bentham (org.: Miran Božovič), *The Panopticon Writings* (Londres, Verso, 1995), disponível em: <cartome.org/panopticon2.htm>.

Acesso em 22 out. 2012.

- ⁴ Johannes Gutenberg (1398-1468) foi um ourives alemão que inventou a prensa mecânica com tipos móveis, a qual despertou algumas das revoluções sociais mais expressivas da história da humanidade. A invenção da prensa tipográfica é considerada o análogo histórico mais próximo da invenção da internet.
- ^a Computador pessoal lançado pela empresa norte-americana Commodore em agosto de 1982. (N. T.)
- ⁵ John Gilmore é um dos pioneiros do movimento cypherpunk, fundador da Electronic Frontier Foundation e ativista em defesa das liberdades civis. A frase mencionada por Andy foi citada em Philip Elmer-Dewitt, “First Nation in Cyberspace”, *Time Magazine*, 6 dez. 1993. Ver ainda o site de John Gilmore: <www.toad.com/gnu>. Acesso em 22 out. 2012.
- ⁶ “As tecnologias patenteadas constituem quaisquer tipos de sistemas, ferramentas ou processos técnicos desenvolvidos por e para uma entidade privada específica [...]. As ideias desenvolvidas e submetidas pelos funcionários são normalmente consideradas parte da propriedade intelectual do empregador, permitindo, dessa forma, que sejam qualificadas como tecnologia proprietária”. Definição retirada de wiseGEEK: <www.wisegeek.com/what-is-proprietary-technology.htm>. Acesso em 22 out. 2012.
- ⁷ Ver o artigo baseado nessa palestra, ocorrida no Chaos Computer Congress em dezembro de 2011, em Cory Doctorow, “The Coming War on General-Purpose Computing”, *boingboing*, 10 jan. 2012, disponível em: <<http://boingboing.net/2012/01/10/lockdown.html>>. Acesso em 15 out. 2012.
- ⁸ O Stuxnet é um *worm* de computador extremamente sofisticado que, acredita-se, foi desenvolvido pelos Estados Unidos e por Israel para atacar equipamentos da Siemens supostamente utilizados pelo Irã para o enriquecimento de urânio. Para uma visão geral sobre o Stuxnet, ver: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Stuxnet>>. Ver também Josh Halliday, “WikiLeaks: US Advised to Sabotage Iran Nuclear Sites by German Thinktank”, *The Guardian*, 18 jan. 2011, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/jan/18/wikileaks-us-embassy-cable-iran-nuclear>>. O WikiLeaks divulgou um dos primeiros relatos dos efeitos que hoje se acredita terem sido decorrentes do Stuxnet – o acidente nuclear na usina de Natanz, no Irã. Ver Julian Assange, “Serious Nuclear Accident May Lay Behind Iranian Nuke Chief’s Mystery Resignation”, WikiLeaks, 17 jul. 2009, disponível em: <http://wikileaks.org/wiki/Serious_nuclear_accident_may_lay_behind_Iranian_nuke_chief%27s_mystery_resignation>. Evidências provenientes da empresa de inteligência global Stratfor, reveladas pelo WikiLeaks, sugerem o envolvimento israelense. Ver “Email-ID 185945, ‘The Global Intelligence Files’”, WikiLeaks, disponível em: <http://wikileaks.org/gifiles/docs/185945_re-alpha-s3-g3-israel-iran-barak-hails-munitions-blast-in.html>. Todos os links foram acessados em 16 out. 2012.

A MILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO

Julian: Atualmente tenho visto uma militarização do ciberespaço, no sentido de uma ocupação militar. Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular, que agora está imbuída na internet, nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. É como ter um soldado entre você e a sua mulher enquanto vocês estão trocando mensagens de texto. Todos nós vivemos sob uma lei marcial no que diz respeito às nossas comunicações, só não conseguimos enxergar os tanques – mas eles estão lá. Nesse sentido, a internet, que deveria ser um espaço civil, se transformou em um espaço militarizado. Mas ela é um espaço nosso, porque todos nós a utilizamos para nos comunicar uns com os outros, com nossa família, com o núcleo mais íntimo de nossa vida privada. Então, na prática, nossa vida privada entrou em uma zona militarizada. É como ter um soldado embaixo da cama. É uma militarização da vida civil.

Jacob: Pouco antes de eu vir para cá me pediram para orientar a equipe do Laboratório de Pesquisa de Segurança e Privacidade da Universidade de Washington no campeonato Collegiate Cyber Defense, da Bacia do Pacífico^a. Eles pediram a minha ajuda na última hora. Nós dedicamos um bom tempo competindo num evento de ciberguerra no qual a Spawar^b, um braço civil da Marinha norte-americana que inclui serviços de *pentesting* envolvendo *hacking* ofensivo e defensivo de computadores, jogou como a Equipe Vermelha¹. O que eles faziam era atacar todos os outros participantes e cada equipe devia defender seu sistema de computação, recebido no início do evento e do qual não possuía nenhum conhecimento prévio. Você começa sem saber que tipo de sistema precisará defender e nem como será feita a contagem dos pontos, de forma que tenta fazer tudo o que dá pra fazer, esperando um bom resultado.

Julian: Tem certeza de que isso é um jogo mesmo? Pode não ser um jogo!

Jacob: Não, você só recebe um monte de computadores e precisa protegê-los. Eles invadem e tomam o controle dos sistemas. É como uma versão da brincadeira “pique-bandeira” em uma conferência de *hackers* ou algo assim, e é interessante porque esses sujeitos têm muitas ferramentas, eles desenvolveram o próprio software².

Julian: Mas qual é o objetivo disso, do ponto de vista da Marinha dos Estados Unidos?

Jacob: Bom, eles só estão patrocinando o evento porque querem criar hoje os ciberguerreiros de amanhã. Por falar nisso, eu trouxe para você um bloco de notas da CIA, porque eles estavam lá recrutando pessoal. Tinha um sujeito chamado Charlie – o Charlie da CIA –, e ele explicou que, se alguém quisesse entrar na CIA, essa era uma grande oportunidade de trabalhar no mundo real. E o pessoal da Spawar também estava lá recrutando, assim como a Microsoft. A ideia era treinar todas aquelas pessoas, todas aquelas equipes, para participar do campeonato nacional, vencer e “defender a nação” e também poder se envolver no *hacking* ofensivo, como ciberguerreiros, e não só como ciberdefensores. A nossa pontuação no jogo foi algo como 4 mil pontos, que foi o somatório das equipes que ficaram em segundo, terceiro e quarto lugares. Na verdade, nossa pontuação foi até maior que a de todos eles juntos.

Julian: Sei, sei...

Jacob: Não foi graças a mim. Minha frase motivacional era algo do tipo: “Ei, sempre parece que não dá pra ficar mais escuro antes de escurecer mais”, e não acho que eu seja um orientador particularmente capaz – aqueles sujeitos eram realmente muito bons! Mas foi interessante porque a coisa toda era pensada em termos de guerra, então eles diziam: “Ei, queremos ouvir o seu grito de guerra”. E eu dizia: “O quê? Como assim?”. Era assim que eles falavam no almoço, por exemplo, quando fazíamos um intervalo na defesa dos sistemas. Eles viam tudo em termos de ataques a sistemas, em termos de guerra, de ciberguerra e da grandiosidade desse jeito de pensar. E é interessante notar que, tirando a equipe com a qual eu estava trabalhando, senti que muita gente lá estava tendo dificuldades, porque eles não estavam ensinando essas pessoas a usar a Arte da Guerra – era mais como o Sysadmin Cup, pessoas que defendem seus sistemas – e achei aquilo tudo meio nojento³. Foi bem estranho porque vi todas aquelas pessoas com formação em guerra e que vieram de uma perspectiva de guerra, mas que não estavam ensinando estratégia, e sim muito focadas na retórica de defender ou de atacar aqueles sistemas, e tudo o que elas estavam tentando fazer era instigar nas pessoas uma espécie de fervor patriota. Não estavam promovendo o pensamento criativo ou algum tipo de estrutura conceitual para a análise independente, eles estavam vendendo uma mentalidade automatizada, robotizada, de alguém que segue ordens para o bem da nação. Nunca tinha visto nada parecido antes. Fiquei perturbado com isso, e a maior parte da minha equipe teve dificuldade de engolir a ideia ou até mesmo de levá-la a sério.

Julian: Você acha que isso faz parte de um treinamento-padrão da Marinha dos Estados Unidos e que só agora eles estão tentando aplicar isso em outra esfera? Seria uma decisão *top-down* de cibercomando – uma decisão estratégica internacional – por parte dos Estados Unidos?

Andy: Acho que é mais como os nazistas, que organizavam aqueles acampamentos da juventude para treinar as crianças.

Jacob: *Sie können das sagen weil du bist Deutsche.* Você pode dizer isso porque é alemão. Não, não é isso. O envolvimento da Marinha dos Estados Unidos se explica só pelo fato de o governo norte-americano estar patrocinando o evento todo. Eles me pediram para orientar a equipe porque precisavam de alguém para fazer isso, e eu só concordei porque simpatizava com os sujeitos envolvidos, aqueles universitários. Mas tudo se resume ao fato de que o governo dos Estados Unidos está se empenhando muito em vender essa perspectiva do nacionalismo. Foi muito, muito esquisito participar daquele evento porque, de um lado, é legal poder saber como manter o seu sistema seguro e é legal entender a infraestrutura da qual a vida de todos nós depende; mas, de outro lado, eles não estavam lá tentando convencer as pessoas a entender a coisa, eles estavam tentando instigar nelas uma espécie de fervor para que elas se satisfizessem fazendo esse tipo de trabalho.

Andy: Infelizmente, o interesse dos Estados Unidos em manter os sistemas seguros é totalmente limitado, porque no fundo eles querem que os sistemas sejam vulneráveis para que possam ser mais facilmente controlados. A abordagem ao controle global da criptografia não chegou ao ponto que os Estados Unidos originalmente queriam, mais ou menos em 1998, quando o subsecretário de Comércio Internacional do Departamento de Comércio norte-americano David Aarons partiu em uma turnê mundial argumentando que o governo deveria ter acesso às senhas criptografadas de todas as pessoas⁴. Mas a criptografia ainda é vista como uma tecnologia “de dupla utilização”, e sua exportação na forma de produtos para o usuário final a muitos países é restrita por lei, conforme um acordo internacional, o chamado Acordo de Wassenaar⁵. Isso pode até parecer razoável no contexto de declarar países e suas ações como sendo “do mal”, mas revela a dimensão dos dois pesos e duas medidas, considerando que a tecnologia de vigilância nas telecomunicações até o momento não é limitada por medidas de controle da exportação⁶.

Julian: Andy, você passou anos desenvolvendo telefones criptográficos. Que tipo de vigilância em massa está sendo realizada nas telecomunicações? Qual é a última palavra em termos de serviços de inteligência do governo/indústria de vigilância em massa?

Andy: Armazenamento em massa – o armazenamento de todas as telecomunicações, todas as chamadas de voz, todo o tráfego de dados, todas as maneiras pelas quais se consomem os serviços de mensagens de texto (SMS), bem como conexões à internet – em algumas situações, pelo menos limitado a e-mails. Se você comparar o orçamento militar com o custo da vigilância e o custo dos ciberguerreiros, verá que os sistemas de armas convencionais custam muito dinheiro. Os ciberguerreiros ou a vigilância em massa são superbaratos em comparação com uma aeronave apenas. Uma aeronave militar custa mais ou menos...

Julian: Cerca de US\$ 100 milhões.

Andy: E a cada ano o armazenamento fica mais barato. Chegamos a fazer alguns cálculos no Chaos Computer Club: é possível armazenar todos os telefonemas feitos na Alemanha ao longo de um ano, com uma qualidade decente de voz, por cerca de 30 milhões de euros, incluindo despesas de administração. Então o armazenamento em si sairia por cerca de 8 milhões de euros⁷.

Julian: E há até algumas empresas, como a VASTech, da África do Sul, que chegam a vender esses sistemas por apenas US\$ 10 milhões por ano⁸. “Interceptaremos todas as suas ligações e armazenaremos todas as suas ligações interceptadas em massa.” Mas tem havido uma mudança nos últimos anos, onde antes se interceptavam todas as comunicações de um país ao outro, selecionando as pessoas que se desejava espionar e atribuindo-as a seres humanos, hoje se intercepta tudo e se armazena tudo permanentemente.

Andy: Para explicar de forma mais ou menos histórica, antigamente alguém era visado em virtude de sua posição diplomática ou por causa da empresa em que trabalhava, por ser suspeito de fazer algo ou por manter contato com pessoas que de fato faziam algo, e medidas de vigilância eram tomadas contra ele. Nos dias de hoje, é considerado muito mais eficiente dizer: “Vamos pegar tudo e esmiuçar depois”. Então eles de fato têm um armazenamento de longo prazo, e a melhor maneira de descrever essas duas eras da indústria de vigilância é em termos da abordagem “tática” e da abordagem “estratégica”. Uma abordagem tática seria algo como: “Nesse exato momento, nessa reunião, precisamos grampear esse lugar, precisamos plantar alguém com um microfone ou deixar sistemas de vigilância GSM (Global System for Mobile Communications [Sistema Global para Comunicações Móveis]) de prontidão em um carro para interceptar imediatamente o que as pessoas dizem sem precisar envolver a operadora da rede, sem precisar obter um mandado de busca ou algo parecido, sem a necessidade de nenhum procedimento legal... É só fazer”. Já a abordagem estratégica significa fazer por *default* – simplesmente gravar tudo e esmiuçar depois, por meio de sistemas analíticos.

Julian: Então, a interceptação estratégica é pegar tudo o que um satélite de telecomunicações está transmitindo, pegar tudo o que passa por um cabo de fibra óptica...

Andy: Porque nunca se sabe quando alguém é suspeito.

Jacob: Tem um caso nos Estados Unidos conhecido como NSA^c e AT&T, e também um segundo, o Hepting *versus* AT&T. Na cidade de Folsom, na Califórnia, Mark Klein, que trabalhou como técnico para a gigante das telecomunicações AT&T, revelou que a NSA, a agência de segurança nacional dos Estados Unidos, estava coletando todos os dados que havia conseguido convencer a AT&T a lhe dar. Eles simplesmente pegavam tudo a granel – dados e ligações de voz –, de modo que toda vez que atendi ao telefone ou me conectei à internet em São Francisco durante o período revelado por Mark Klein, sabemos que a NSA, em solo norte-

americano e contra os cidadãos norte-americanos, estava coletando tudo⁹. Estou quase certo de que eles usaram esse dados interceptados nas investigações que têm conduzido contra o povo norte-americano, o que levanta as mais interessantes questões constitucionais, uma vez que eles podem reter esse material para sempre.

Jérémie: Também temos o exemplo do Eagle, o sistema que a empresa francesa Amesys vendeu à Líbia de Gaddafi e que foi descrito no documento comercial como “mecanismo de interceptação de âmbito nacional”. É uma grande caixa que você simplesmente coloca em algum lugar e pode ouvir todas as comunicações do seu povo¹⁰.

Julian: Dez anos atrás isso parecia uma fantasia, parecia ser algo no qual só os paranoicos acreditavam, mas os custos da interceptação em massa caíram tanto que até um país como a Líbia, com relativamente poucos recursos, consegue fazer isso, utilizando-se de tecnologia francesa. Na verdade, a maioria dos países já chegou lá em termos de interceptação. O próximo grande salto será a eficiência da interpretação e da resposta ao que já está sendo interceptado e armazenado. Atualmente, em muitos lugares, já existe a interceptação estratégica de todo o tráfego que entra e sai do país, e o envolvimento em ações subsequentes – como bloquear automaticamente contas bancárias, enviar à polícia, marginalizar determinados grupos ou emancipar outros – é algo que já estamos na iminência de realizar. A Siemens está vendendo uma plataforma para agências de inteligência capaz de produzir ações automatizadas. Então, quando o alvo A estiver a determinada distância do alvo B de acordo com seus registros de interceptação por celular, e o alvo A receber um e-mail mencionando alguma coisa – uma palavra-chave –, a ação pode ser iniciada. Estamos muito perto disso.

^a O Collegiate Cyber Defense Competition é o maior campeonato universitário de ciberdefesa dos Estados Unidos. (N. T.)

^b Sigla para Space and Naval Warfare Systems Command, ou seja, Comando de Sistemas de Guerra Navais e Espaciais, numa tradução livre. (N. E.)

¹ *Pentesting*, abreviação de *penetration testing* [testes de penetração], é um termo da área da engenharia de segurança que se refere à condução de um ataque legalmente autorizado a um sistema ou rede de computadores, como um usuário não autorizado faria, para avaliar sua segurança. Pesquisadores de segurança costumam ser recrutados na comunidade *hacker* para conduzir testes de penetração em sistemas seguros.

² Pique-bandeira [*capture the flag*] é um jogo ao ar livre em que dois times devem proteger cada qual a sua bandeira. O objetivo é capturar a bandeira do outro time e levá-la à sua própria base. Em conferências de *hackers*, joga-se uma versão para computador dessa brincadeinha na qual os times atacam e defendem computadores e redes.

³ Sysadmin Cup é uma abreviatura de System Administrator Cup [Campeonato de Administradores de Sistemas]. Um administrador de sistemas é uma pessoa que trabalha em tecnologia da informação mantendo e operando um sistema ou rede de computadores. O que Jacob quis dizer é que o exercício foi como uma competição de administradores de sistemas.

⁴ USIS Washington File, “Aaron says encryption protects privacy, commerce”, 13 out. 1998, disponível em: <www.fas.org/irp/news/1998/10/98101306_clt.html>. Acesso em 21 out. 2012.

⁵ Ver o website do Acordo de Wassenaar em: <www.wassenaar.org>. Acesso em 21 out. 2012.

⁶ Referência às várias ocorrências das “Primeiras Crip togueras” dos anos 1990. Quando os ativistas cypherpunks começaram a distribuir robustas ferramentas criptográficas na forma de software livre, o governo norte-americano tomou medidas para impedir sua utilização eficaz. Eles classificaram a criptografia como uma munição e retriniram sua exportação; tentaram introduzir tecnologias concorrentes com falhas deliberadamente incorporadas para que os órgãos de manutenção da ordem

pública pudessem sempre decriptar as informações; e tentaram introduzir o controverso esquema “key escrow” [retenção de códigos privados]. Por um breve período após a virada do século, acreditou-se que essas tentativas tinham sido em grande parte derrotadas. No entanto, uma “Segunda Crip toguerra” está sendo travada neste exato momento, envolvendo iniciativas técnicas e legislativas visando a tornar ilegítima ou marginalizar de outras maneiras a utilização da criptografia.

- ⁷ O cálculo de amostragem se referiu aos 196,4 bilhões de minutos de ligações de telefonia fixa na Alemanha em 2010, digitalizados com um codec de voz de 8 Kbps, o que resultou em um volume de 11.784 Petabytes (Pb), arrendodados para 15 Pb. Presumindo custos aproximados de armazenamento de US\$ 500 mil para 1 Pb, os custos seriam de US\$ 7,5 milhões, ou cerca de € 6 milhões. Acrescente-se a isso os custos de uma configuração decente para um centro de dados e um razoável poder de processamento, conexões e mão de obra. Mesmo se todos os 101 bilhões de minutos de ligações de telefonia móvel na Alemanha realizadas em 2010 fossem incluídos, com 50 Pb e € 18,3 milhões adicionais, o custo continuaria sendo inferior ao de uma única aeronave militar, como a Eurofighter (€ 90 milhões) ou a F22 (US\$ 150 milhões).
- ⁸ Para saber mais sobre a VASTech, ver Buggedplanet: <buggedplanet.info/index.php?title=VASTECH>. Acesso em 21 out. 2012.
- ^c Sigla para National Security Agency, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. (N. T.)
- ⁹ O escândalo da vigilância nacional em massa sem ordem judicial realizada pela NSA é o caso mais importante do gênero na história dos Estados Unidos. O Foreign Intelligence Surveillance Act 1978 (Fisa) [Lei de Vigilância para a Coleta de Inteligência Estrangeira] tornou ilegal para órgãos norte-americanos espionar cidadãos do país sem um mandado judicial. Após o 11 de Setembro, a NSA passou a se envolver em transgressões em massa da Fisa, em uma ação autorizada por um decreto-lei sigiloso aprovado pelo presidente George W. Bush. A administração Bush alegou ter autoridade executiva para fazer isso sob os termos da legislação emergencial aprovada pelo Congresso em 2001: o Authorization for the Use of Military Force (AUMF) [Autorização para o Uso de Força Militar] e o Patriot Act. O programa de espionagem nacional sem ordem judicial da NSA – que envolveu a cooperação de empresas privadas, inclusive a AT&T – foi mantido em sigilo até 2005, quando foi exposto pelo *The New York Times*. Ver James Risen e Eric Lichtblau, “Bush Lets U.S. Spy on Callers Without Courts”, *The New York Times*, 16 dez. 2005, disponível em: <www.nytimes.com/2005/12/16/politics/16program.html?pagewanted=all>. Os jornalistas em questão foram contatados por um denunciante anônimo, que revelou a existência do programa de vigilância. Em 2004, o então editor-executivo do jornal, Bill Keller, atendeu à solicitação da administração Bush de segurar a história por um ano, até Bush ser reeleito. Em 2005, o *The New York Times* se apressou em publicar a história, quando foi informado de que o governo buscava aprovar uma possível liminar proibitiva ao estilo dos Pentagon Papers. A administração Bush negou qualquer ilegalidade no programa da NSA. O Departamento de Justiça iniciou uma investigação imediata para averiguar a fonte do vazamento, envolvendo 25 agentes federais e 5 promotores. Membros seniores do Partido Republicano exigiram que o periódico fosse acusado sob os termos do Espionage Act [Lei de Espionagem]. Na esteira do artigo, outros denunciantes procuraram a imprensa, apresentando um cenário detalhado do desrespeito às leis e do desperdício praticados nos níveis mais elevados da NSA. Uma série de ações coletivas foi levada a juízo por grupos de ativistas, como a American Civil Liberties Union (Aclu) e a Electronic Frontier Foundation (EFF). Em um desses casos, que ficou conhecido como Aclu *versus* NSA, a legitimidade dos pleiteantes foi contestada pelo fato de eles não terem como provar que foram pessoalmente espionados. Em outro caso, o Hepting *versus* AT&T, um denunciante da AT&T, Mark Klein, fez uma declaração sob juramento revelando a extensão da cooperação da empresa de telefonia com o programa de espionagem nacional. Ver a seção relativa ao caso Hepting *versus* AT&T na página da EFF: <www.eff.org/cases/hepting>. Mark Klein foi testemunha no caso Hepting *versus* AT&T. Um ex-funcionário da AT&T de Folsom, São Francisco, revelou sob juramento à EFF, no caso Hepting *versus* AT&T, a existência da “Sala 641A”, uma instalação de interceptação estratégica operada pela AT&T para a NSA que disponibilizava acesso a troncos de fibra óptica contendo tráfego em *backbones* de acesso à internet, possibilitando a vigilância de todo o conteúdo que passava pela instalação, tanto estrangeiro quanto nacional. Outro denunciante da NSA, William Binney, estimou a existência de até vinte instalações similares, todas posicionadas em pontos estratégicos da rede de telecomunicações dos Estados Unidos. A declaração de Klein proporcionou informações importantes sobre a natureza do programa de vigilância da NSA, confirmadas por denunciantes da própria agência. Este é um exemplo de “interceptação estratégica”: todo o tráfego de internet que passa pelos Estados Unidos é copiado e armazenado indefinidamente. Sabe-se com certeza que o tráfego nacional do país também é interceptado e armazenado, porque, de um ponto de vista de engenharia, considerando o enorme volume desse tráfego, seria impossível realizar uma triagem, para a qual um mandado judicial sob os termos do Fisa teria sido necessário. Atualmente, a interpretação legal oficial do Fisa sustenta que uma “interceptação” só ocorre quando uma comunicação nacional já interceptada e armazenada pela NSA é “acessada” no banco de dados da agência e que é somente nesse estágio que um mandado judicial seria necessário. Os cidadãos norte-americanos deveriam presumir que todas as suas telecomunicações (incluindo as de voz ou via mensagens de texto, e-mail e navegação na internet) estão sendo monitoradas e armazenadas permanentemente em centros de dados da NSA. Em 2008, em resposta a um enorme volume de processos judiciais litigiosos instaurados após o escândalo dos gramos de vigilância, o Congresso aprovou emendas à lei Fisa de 1978, que foram imediatamente sancionadas pelo presidente. Isso criou bases para conceder uma “imunidade retroativa”

extremamente controversa contra processos litigiosos contestando as violações do Fisa. O então senador Barack Obama, durante sua primeira campanha presidencial, incluiu a “transparência” em sua plataforma e prometeu que protegeria os denunciantes, mas, quando assumiu a presidência em 2009, seu Departamento de Justiça deu continuidade às políticas da administração Bush, derrubando o caso Hep ting e outros com base na “imunidade retroativa” concedida à AT&T. Apesar de a investigação conduzida pelo Departamento de Justiça para encontrar a fonte da história original do *The New York Times* não ter tido sucesso em revelar o denunciante, a averiguação acabou encontrando outros denunciantes que se apresentaram após a publicação do artigo original. Um deles foi Thomas Drake, ex-executivo sênior da NSA, que passou anos reclamando internamente aos Congressional Intelligence Oversight Committees [Comitês Congressionais de Supervisão da Inteligência] a respeito da corrupção e do desperdício praticados no programa “Trailblazer” da NSA. As queixas internas foram abafadas, e todos os funcionários do governo que se mostraram dispostos a investigá-las foram desencorajados. Após a publicação do referido artigo do *The New York Times*, Drake revelou a história do Trailblazer ao *The Baltimore Sun*. Ele foi acusado na Justiça em uma investigação do Grande Júri, nomeado um “inimigo do Estado” e denunciado sob os termos do Espionage Act. Ver Jane Mayer, “The Secret Sharer”, *The New Yorker*, 23 maio 2011, disponível em:

<www.newyorker.com/reporting/2011/05/23/110523fa_fact_mayer?currentPage=all>.

O processo contra Drake não conseguiu sobreviver ao intenso escrutínio por parte do público e foi abandonado em junho de 2011. Após sucessivas tentativas frustradas de obrigar Drake a aceitar um acordo judicial, o Departamento de Justiça contentou-se com sua admissão de culpa em relação a uma pequena infração. Drake recebeu um ano de suspensão condicional da pena. As consequências do escândalo da vigilância da NSA ainda se fazem sentir. A Aclu abriu um processo contestando a constitucionalidade das emendas de 2008 ao Fisa no caso Amnesty et. al. *versus* Clapper. Ver “Fisa Amendment Act Challenge”, *Aclu*, 24 set. 2012, disponível em: <<http://www.aclu.org/national-security/amnesty-et-al-v-clapper>>. No caso Jewel *versus* NSA, o EFF estava buscando dar um fim às ações de vigilância sem ordem judicial praticadas pela NSA. O processo foi suspenso em 2009, depois que a administração Obama alegou imunidade em virtude de segredos de segurança nacional. Ver a página do EFF a respeito em: <www.eff.org/cases/jewel>. Entretanto, a Ninth Circuit Court of Appeals [Tribunal do Nono Circuito] permitiu em 2011 a reabertura do caso, no qual Thomas Drake e dois outros denunciantes da NSA, William Binney e J. Kirk Wiebe, são testemunhas. A administração Obama – que venceu a campanha presidencial com uma plataforma de transparência de governo – levou a juízo mais denunciantes sob os termos do Espionage Act do que todas as administrações anteriores juntas. Todos os links desta nota foram acessados em 23 out. 2012.

¹⁰ Ver a seção sobre o sistema Eagle no Buggedplanet: <buggedplanet.info/index.php?title=AMESYS#Strategic_28.22Massive.22.29_Appliances>. Acesso em 22 out. 2012.

Anonymous sources



Synonymous with free speech

Logo do WikiLeaks. “Fontes anônimas. Sinônimo de liberdade de expressão.”

COMBATENDO A VIGILÂNCIA TOTAL COM AS LEIS DO HOMEM

Jérémie: Então agora se sabe com certeza que a tecnologia viabiliza a vigilância total de todas as comunicações. Temos, então, o outro lado da moeda, que é o que fazer com isso. Seria possível admitir algumas utilizações legítimas para a chamada vigilância tática – investigadores atrás de criminosos e de suas redes poderiam precisar usar, sob a supervisão da autoridade judicial, ferramentas como essas –, mas a questão é em que ponto traçar os limites para essa supervisão judicial, em que ponto traçar os limites para o controle que os cidadãos podem ter sobre a utilização dessas tecnologias. Essa é uma questão política. Quando entramos nessa discussão, temos políticos que são solicitados a apenas assinar um documento, sem entender a que tecnologia ele se refere, e acho que nós, como cidadãos, temos o papel não apenas de explicar como a tecnologia em geral funciona, inclusive aos governantes, como também de participar ativamente dos debates políticos referentes à utilização dessas tecnologias. Sei que na Alemanha houve um movimento massivo contra a retenção generalizada de dados que derrubou a chamada Lei de Retenção de Dados no tribunal constitutional¹. A revisão das Diretrizes de Retenção de Dados está sendo debatida na União Europeia².

Andy: Você está descrevendo a teoria do Estado democrático que, é claro, de fato precisa interceptar as comunicações de alguns criminosos aqui e ali, escutar seus telefonemas com base em uma decisão judicial, mediante uma rigorosa supervisão, a fim de garantir que isso seja feito da maneira adequada. O problema é que as autoridades precisam agir de acordo com a lei. Se não, de que servem as leis? Especialmente no caso dessa abordagem estratégica, os Estados democráticos da Europa estão construindo um número enorme de máquinas que lhes permitem agir exatamente fora da lei no que se refere à interceptação, porque eles não precisam de uma decisão judicial, eles podem simplesmente ligar as máquinas e interceptar os dados, e essa tecnologia não pode ser controlada.

Julian: Não existem, porém, duas abordagens para combater a vigilância em massa por parte do Estado, as leis da física e as leis do homem? A primeira utiliza as leis da física para

construir dispositivos que impeçam a interceptação. A segunda aplica controles democráticos por meio das leis para garantir os direitos das pessoas e tentar forçar uma prestação de contas em termos legislativos. Mas a interceptação estratégica não pode fazer parte disso, não pode ser restrita pela legislação. A interceptação estratégica implica interceptar *todo mundo*, independente de serem inocentes ou culpados. Precisamos lembrar que essa é a essência do *establishment* que executa esse tipo de vigilância. Sempre haverá uma falta de desejo político de expor a espionagem por parte do Estado. E a tecnologia é inherentemente tão complexa, e a sua utilização, na prática, tão secreta, que não pode haver uma supervisão democrática expressiva.

Andy: Ou você espiona o próprio Parlamento.

Julian: Mas isto – a máfia e os órgãos de inteligência estrangeira – são desculpas que as pessoas aceitarão para erigir um sistema como esse.

Jacob: Os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse: pornografia infantil, terrorismo, lavagem de dinheiro e a guerra contra certas drogas.

Julian: Uma vez que essa vigilância é construída, considerando que ela seja complexa, considerando que ela tenha sido concebida para operar em segredo, ela não pode ser regulada com políticas, não é? Acho que, tirando algumas nações muito pequenas, como a Islândia, se não houver condições revolucionárias, é simplesmente impossível controlar a interceptação em massa por meio da legislação e da política. Simplesmente não vai acontecer. É barato e fácil demais contornar a prestação de contas no âmbito da política e realizar a interceptação. Em 2008, os suecos aprovaram um projeto de lei relativo à interceptação, conhecido como FRA-lagen, que concedeu ao FRA, a agência sueca de análise de sinais, o direito de interceptar legalmente e em massa todas as comunicações que passarem pelo país e, com algumas restrições, retransmiti-las aos Estados Unidos³. Agora, como seria possível garantir o cumprimento dessas restrições uma vez montado um sistema de interceptação que, ainda por cima, é operado por um órgão secreto de espionagem? É impossível. E, com efeito, casos vieram à tona mostrando que o FRA transgrediu a lei em diversas ocasiões. Muitos países simplesmente ignoram as questões legais, sem ter nenhuma cobertura legislativa. Então nós temos muita sorte se, como no exemplo dos suecos, eles decidem, para se defender de possíveis acusações, legalizar-se por meio de mudanças na lei. E é o que está acontecendo na maioria dos países – realizam-se interceptações em massa enquanto propostas legislativas vão sendo lançadas para livrar a cara dos interceptadores.

Essa tecnologia é extremamente complexa. Por exemplo, nas discussões conduzidas na Austrália e no Reino Unido relativas à proposta legislativa que permitiria interceptar todos os metadados, a maioria das pessoas demonstra que desconhece o valor desses metadados e até mesmo o significado de tal palavra⁴. A interceptação dos metadados implica a necessidade de construir um sistema que intercepte fisicamente todos os dados e depois os jogue fora, mantendo apenas os metadados. Mas não é possível confiar em um sistema assim. Não há como saber se ele de fato está interceptando e armazenando todos os dados sem engenheiros

altamente capacitados com autorização de verificar exatamente o que está acontecendo, e não há interesse político nenhum em conceder esse tipo de acesso. O problema está se agravando porque a complexidade e o sigilo constituem uma mistura tóxica. Oculta pela complexidade. Oculta pelo sigilo. A não prestação de contas está incorporada ao sistema, é uma característica dele. É um arranjo perigoso.

Jérémie: Não estou dizendo que a abordagem política pode dar certo. Estou dizendo que essa é a teoria de como um sistema democrático funcionaria e, de fato, mesmo dentro dessa teoria existem os serviços secretos, que têm permissão de ir além das regras que se aplicam a forças policiais e investigadores convencionais. Então, mesmo se enquadrarmos adequadamente o comportamento dos investigadores convencionais, outras pessoas ou instituições poderiam usar essas tecnologias. Mas ainda temos de resolver uma questão concreta: se deveríamos ou não regulamentar apenas a compra e a propriedade dessas tecnologias, em vez de regulamentar sua utilização.

Julian: Estamos falando de kits de interceptação em massa que são capazes de interceptar metade de um país ou uma cidade.

Jérémie: Sim. Como uma arma nuclear: não é fácil vender uma arma nuclear, e alguns países podem querer construir uma, mas deparam com problemas. Quando falamos de sistemas de armamento, é a tecnologia que é regulamentada, e não a sua utilização. Penso que a discussão poderia ser redirecionada para verificar se essas tecnologias deveriam ou não ser consideradas como de guerra.

Jacob: Isso depende. Se essas tecnologias forem armas – e ninguém questiona que o equipamento de vigilância é uma arma em lugares como a Síria ou a Líbia –, elas miram as pessoas especificamente no campo político. A Amesys vigiou pessoas no Reino Unido utilizando equipamentos franceses cuja operação seria ilegal na França, e eles venderam esses equipamentos plenamente cientes disso⁵.

Andy: E eles jamais fariam isso, certo?

Jacob: Bom, a Amesys foi pega com os próprios documentos internos no The Spy Files [O Dossiê da Espionagem]⁶. Se formos falar em termos de armamentos, precisamos lembrar que não é como vender um caminhão a um país. É como vender a um país um caminhão acompanhado de um mecânico e de uma equipe para ir no caminhão mirando seletivamente nas pessoas e atirando nelas.

Julian: É como vender um exército de caminhões inteiro.

Andy: É interessante notar que a criptografia é regulamentada. Temos o Acordo de Wassenaar, que se aplica internacionalmente e impede a exportação de tecnologia de

criptografia, a qual ajuda na proteção contra a tecnologia de vigilância àqueles países considerados como sendo “do mal” ou, por qualquer razão, problemáticos. Mas, no caso de equipamentos de vigilância, você pode vendê-los internacionalmente. Não há restrições à exportação desses equipamentos. E eu diria que a razão para isso é simplesmente que até os governos democráticos têm um interesse próprio, que é o controle. E até mesmo se levar equipamentos de vigilância aos países considerados “do mal” você se beneficiará, porque ficará sabendo o que eles estão ouvindo, o que eles temem, quem são as pessoas mais importantes do país que se opõem ao governo, quem está organizando eventos políticos e assim por diante. Com isso você será capaz de prever os acontecimentos futuros, patrocinar ações e por aí vai. E aqui estamos nós, no meio desse jogo extremamente sujo que está acontecendo entre as nações, e é por isso que os sistemas de vigilância não são regulamentados.

Julian: Eu gostaria de explorar um pouco mais essa analogia da vigilância em massa como uma arma de destruição em massa. Foi constatado pela física que seria possível construir uma bomba atômica, e, quando ela foi construída, toda a geopolítica mudou, e a vida de muitas pessoas mudou – de maneiras diferentes, algumas positivas, talvez, mas outras beiraram o apocalipse. Um movimento regulatório impôs controles e até o momento esses controles têm nos poupado, com a exceção do Japão, da guerra nuclear. Mas é fácil saber em que situações essas armas estão ou não sendo usadas.

Com o aumento da sofisticação e a redução do custo da vigilância em massa nos últimos dez anos, chegamos a um estágio no qual a população humana dobra aproximadamente a cada 25 anos – mas a capacidade de vigilância dobra a cada 18 meses. A curva de crescimento da vigilância está dominando a curva de crescimento populacional. Não há como escapar diretamente disso. Estamos em um estágio no qual é possível comprar por apenas US\$ 10 milhões uma unidade para armazenar permanentemente os dados interceptados de um país de médio porte. Então me pergunto se não precisaríamos de uma reação equivalente. Essa é uma ameaça enorme e concreta à democracia e à liberdade de todo o planeta, e essa ameaça precisa de uma reação, como a ameaça da guerra atômica precisou de uma reação em massa, para tentar controlá-la enquanto ainda for possível.

Andy: Eu estava vendo como, na Líbia, o movimento democrático deparou com as estações de vigilância, que interceptaram dados e acabaram proporcionando evidências de que empresas ocidentais apoiam o regime Gaddafi na repressão de ações políticas. E, quando o novo governo assumiu o comando, essas mesmas instalações voltaram a operar como antes⁷. Então, apesar de concordar que seria uma boa ideia controlar a tecnologia, sou um pouco cético no que se refere aos interesses dos cidadãos contra os interesses dos poderosos. Eu nem os chamaria necessariamente de governos, porque qualquer um que tiver a possibilidade de ouvir todos os telefonemas pode fazer muitas coisas. Isso também pode envolver o mercado de ações, já que, economicamente, é possível se beneficiar muito quando se sabe o que está acontecendo.

Julian: Os países que possuem uma legislação regulando quais deveriam ser os alvos de suas principais agências de espionagem eletrônica – agências como a NSA dos Estados Unidos, o GCHQ (Government Communications Headquarters) do Reino Unido, o DSD (Defense Signals Directorate) da Austrália – alteraram essa legislação para incluir a inteligência econômica. Por exemplo, digamos que a Austrália e os Estados Unidos estejam competindo por um acordo comercial referente ao trigo. Eles bisbilhotam todas as pessoas envolvidas no acordo. Já faz um tempo que isso vem acontecendo, já faz pelo menos dez anos que o público sabe disso – mas ninguém se importa muito, porque estão todos fazendo, de qualquer maneira. Tudo começou com as negociações de armas, nas quais temos empresas como a Lockheed Martin, a Raytheon e a Northrup negociando armas ao mesmo tempo que estão envolvidas na construção de sistemas de interceptação em massa, porque esses grupos são próximos em termos de clientelismo. Eles recebiam favores dos amigos e acobertavam interceptações relativas a negociações de armas alegando se tratar de questões de segurança nacional. Mas agora isso se aplica a qualquer coisa que possa beneficiar economicamente um país, o que inclui praticamente tudo.

Jacob: Uma boa analogia que algumas pessoas mencionaram no Chaos Communication Congress em dezembro de 2011 foi o conceito de tratar a tecnologia de vigilância – em especial a tecnologia de vigilância tática, mas também a tecnologia de vigilância estratégica – como minas terrestres⁸. Considero essa ideia extremamente poderosa. O simples fato de ser possível não significa que seja inevitável seguirmos por esse caminho, tampouco que precisamos necessariamente chegar ao ponto de todas as pessoas do mundo serem monitoradas.

Mas alguns incentivos econômicos estão contra nós. Por exemplo, alguém me explicou que o sistema telefônico norueguês funciona basicamente por meio de um medidor que, dependendo da distância do telefonema, roda mais rápido ou mais devagar. Mas a companhia telefônica norueguesa não podia armazenar ou manter um registro dos metadados relativos aos telefonemas, como o número discado, devido especificamente a questões de privacidade decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Então é possível construir essa mesma tecnologia preservando a privacidade dos usuários, mas ao mesmo tempo possibilitando uma abordagem de mercado, o que ainda permite contribuições econômicas. No entanto, não temos como vencer com as tecnologias GSM (móveis), por exemplo. Atualmente, o modo como esses sistemas estão configurados, não apenas em termos de faturamento, mas também de arquitetura, implica uma ausência de privacidade no que diz respeito a localização e conteúdo.

Julian: Um celular é um dispositivo de monitoramento que também faz ligações.

Jacob: Isso mesmo. Por exemplo, se formos falar sobre qualquer pessoa do Terceiro Mundo que estiver sendo espionada, o que isso significa em termos concretos? Que seus sistemas telefônicos, isto é, sua conexão com o resto do mundo, são verdadeiros dispositivos de espionagem quando se opta por usar os dados coletados dessa forma.

Andy: Vi que países africanos estão ganhando toda uma infraestrutura de internet, incluindo cabos de fibra óptica e *switches* de *backbone*, de presente dos chineses.

Jacob: Um presente da ZTE ou algo assim⁹?

Andy: Sim, naturalmente os chineses têm interesse nos dados, de forma que não precisam ser pagos em dinheiro, eles recebem em dados, a nova moeda.

¹ “German Court Orders Stored Telecoms Data Deletion”, *BBC*, 2 mar. 2010, disponível em: <news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/8545772.stm>. Acesso em 15 out. 2012.

² A Diretriz 2006/24/EC do Conselho e do Parlamento Europeus requer que os Estados europeus armazenem os dados de telecomunicações dos cidadãos por seis a 24 meses. A aplicação dessa diretriz na legislação alemã foi considerada inconstitucional no país. Em maio de 2012, a Comissão da União Europeia submeteu a Alemanha ao Tribunal de Justiça Europeu por não observar a diretriz. Ver o comunicado à imprensa da Comissão em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-530_en.htm>. Acesso em 15 out. 2012.

³ Ver “Sweden Approves Wiretapping Law”, *BBC*, 19 jun. 2008, disponível em: <news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/7463333.stm>. Para saber mais sobre o FRA-lagen, ver o tópico a respeito na Wikipédia, em: <en.wikipedia.org/wiki/FRA_law>. Ambos os links foram acessados em 10 out. 2012.

⁴ O termo “metadados” significa “dados sobre os dados”. No contexto desta discussão, se refere a dados além do “conteúdo” da comunicação eletrônica. São as informações contidas, por assim dizer, na frente do envelope, e não o conteúdo da mensagem em si. A vigilância dos metadados não se direciona ao conteúdo do e-mail, mas sim a todas as informações relativas a ele – a quem e por quem o e-mail foi enviado, o endereço IP (e, portanto, a localização) de onde foi enviado, o horário e a data de envio etc. A questão, no entanto, é que a tecnologia utilizada para interceptar os metadados é a mesma tecnologia utilizada para interceptar o conteúdo. Se for concedido a alguém o direito de vigiar metadados, os equipamentos utilizados para esse fim também podem interceptar o conteúdo das comunicações. Além disso, a maioria das pessoas não percebe que “os metadados, em conjunto, constituem o conteúdo” – todos os metadados reunidos proporcionam um panorama incrivelmente detalhado das comunicações de uma pessoa.

⁵ A Amesys faz parte do grupo Bull, uma antiga concorrente da Dehomag (subsidiária da IBM) na venda de sistemas de cartões perfurados aos nazistas. Ver Edwin Black, *IBM and the Holocaust* (Nova York, Crown, 2001). Para saber mais sobre como Gaddafi espionou os libaneses no Reino Unido utilizando equipamentos de vigilância da Amesys, ver “Exclusive: How Gaddafi Spied on the Fathers of the New Libya”, *OWNI.eu*, 1º dez. 2011, disponível em: <<http://owni.eu/2011/12/01/exclusive-how-gaddafi-spied-on-the-fathers-of-the-newlibya>>. Acesso em 22 out. 2012.

⁶ O WikiLeaks começou a divulgar os The Spy Files em dezembro de 2011, expondo a extensão da vigilância em massa. Os arquivos podem ser acessados em: <<http://wikileaks.org/the-spyfiles.html>>.

⁷ Para mais detalhes, ver Buggedplanet, em: <buggedplanet.info/index.php?title=LY>.

⁸ O Chaos Communication Congress é um encontro internacional anual de *hackers*, organizado pelo Chaos Computer Club.

⁹ Referência à empresa ZTE, uma das duas fabricantes chinesas (a outra é a Huawei) de aparelhos eletrônicos suspeitas de conter “*backdoors*” [falhas de segurança, no caso, intencionais]. Jacob insinua que tal “presente” de infraestrutura de comunicações tenha seu custo – isto é, tornar-se suscetível à vigilância chinesa.



“Assange livre” grafitado no Largo da Batata, em São Paulo.

ESPIONAGEM PELO SETOR PRIVADO

Jérémie: A vigilância patrocinada pelo Estado é de fato um grande problema, que põe em risco a própria estrutura de todas as democracias e seu funcionamento, mas também há a vigilância privada e a potencial coleta de dados em massa por parte do setor privado. Basta dar uma olhada no Google. Se você for um usuário-padrão, o Google sabe com quem você se comunica, quem você conhece, o que está pesquisando e, possivelmente, sua preferência sexual, sua religião e suas crenças filosóficas.

Andy: Eles sabem mais sobre você do que você mesmo.

Jérémie: Mais do que a sua mãe e talvez mais do que você mesmo. O Google sabe quando você está on-line e quando não está.

Andy: Vocês sabem que busca fizeram dois anos, três dias e quatro horas atrás? Vocês não sabem, mas o Google sim.

Jérémie: Na verdade, tento não usar mais o Google justamente por essas razões.

Jacob: É como o Kill Your Television do século XXI ¹. Um protesto eficaz, exceto pelo fato de que o efeito da rede o impede de funcionar². Desligue sua TV, cara.

Jérémie: Bom, não é bem um protesto, é mais um jeito pessoal de ver as coisas.

Andy: Vi belas imagens filmadas de pessoas jogando televisores do terceiro andar de suas casas.

Jérémie: Não é só a vigilância patrocinada pelo Estado, é a questão da privacidade, o modo como as empresas terceirizadas lidam com os dados e até que ponto as pessoas sabem o que é feito com eles. Eu não uso o Facebook, então não sei dizer muito a respeito. Mas agora, com o Facebook, dá para ver o comportamento dos usuários, que ficam felizes em divulgar qualquer

tipo de dado pessoal, e será que é justo culpá-los por não saber qual é o limite entre privacidade e publicidade? Alguns anos atrás, antes das tecnologias digitais, as pessoas famosas eram as celebridades, os políticos ou os jornalistas, mas hoje qualquer pessoa tem potencial para a vida pública, basta clicar no botão “publicar”. “Publicar” significa tornar algo público, permitir acesso a esses dados ao resto do mundo – e, é claro, quando vemos adolescentes postando fotos de si mesmos bêbados ou algo assim, eles podem não ter a noção de que isso pode ser acessado pelo resto do mundo, potencialmente por muito, muito tempo. O Facebook ganha dinheiro reduzindo a distinção dessa linha entre privacidade, amigos e publicidade. E eles também armazenam os dados que você acredita serem restritos aos seus amigos e às pessoas que você ama. Então, não importa o grau de publicidade que você gostaria de atribuir a seus dados, a cada vez que você clica no botão “publicar”, dá esses dados primeiro ao Facebook, e em seguida permite o acesso a outros usuários.

Julian: Até a fronteira entre o setor público e o privado deixou de ser tão clara. Se olharmos a expansão do setor de terceirizados para as Forças Armadas do Ocidente ao longo dos últimos dez anos, a NSA, que foi a maior agência de espionagem do mundo, tinha em seus livros contábeis dez terceirizados principais com os quais trabalhava. Dois anos atrás, esse número tinha subido para mil. Então a fronteira entre o setor público e o privado de fato está cada vez mais nebulosa.

Jérémie: E dá para argumentar que as agências de espionagem dos Estados Unidos têm acesso a todos os dados armazenados pelo Google.

Julian: E têm mesmo.

Jérémie: E a todos os dados do Facebook; então, de certo modo, o Facebook e o Google podem ser considerados extensões dessas agências.

Julian: Você tem uma intimação do Google, Jake? O Google foi intimado a entregar informações relacionadas à sua conta? A Dynadot, o nosso serviço de registro de domínios na Califórnia, onde os cadastros do WikiLeaks.org são feitos, recebeu intimações relativas a dados do WikiLeaks. Foram intimações para a investigação secreta do Grande Júri sobre o WikiLeaks, solicitando registros financeiros, dados de login, entre outros, que acabaram sendo entregues³.

Jacob: Segundo o *Wall Street Journal*, o Twitter, o Google e a Sonic.net, três serviços que utilizei ou utilizei no passado, receberam uma citação 2703(d), uma forma incomum de intimação secreta⁴.

Julian: Sob os termos do Patriot Act⁵?

Jacob: Não. Sob o Stored Communications Act, basicamente. O *Wall Street Journal* diz que

esses serviços afirmaram que o governo queria os metadados, alegando ter o direito de acesso a eles sem a necessidade de apresentar um mandado. Atualmente está em discussão no judiciário o direito do governo de manter suas táticas em sigilo, não só do público, mas dos autos judiciais. Li a notícia no *Wall Street Journal* e fiquei sabendo junto com o resto do mundo.

Julian: Então o Google se submeteu à vontade do governo norte-americano na investigação do Grande Júri sobre o WikiLeaks quando foi intimado sobre seus registros – não da forma convencional, mas com um tipo especial de intimação secreta. Em 2011, porém, já havia sido divulgada a notícia de que o Twitter recebera várias intimações do mesmo Grande Júri, mas que recorrera para poder notificar as pessoas cujas contas foram incluídas nessas intimações – para anular a ordem de silêncio. Não tenho uma conta no Twitter, então não recebi nenhuma notificação, mas o meu nome e o de Bradley Manning – as informações procuradas – constam de todas as intimações. Jake, você tinha uma conta no Twitter, então o Twitter recebeu uma intimação para entregar os seus dados. O Google também, mas não brigou para torná-la pública⁵.

Jacob: Supostamente. Foi o que eu li no *Wall Street Journal*. Posso nem ter permissão de falar nada a respeito além do que li nesse jornal.

Julian: É por causa das ordens de silêncio? Isso não foi declarado inconstitucional?

Jacob: Talvez não. No caso do Twitter, foi a público que o nosso embargo à execução foi negado, no qual recorremos alegando que revelar esses dados ao governo causaria danos irreparáveis, já que eles jamais se esquecerão deles uma vez que os receberem. Eles disseram: “Tudo bem, mas seu embargo à execução foi indeferido, e o Twitter deve revelar os dados”. Estamos recorrendo especificamente no que se refere ao sigilo dos autos do processo – e eu não posso falar a respeito –, mas a princípio o tribunal alega que, na internet, você não pode ter uma expectativa de privacidade quando voluntariamente revela informações a um terceiro e, a propósito, todo mundo na internet é um terceiro.

Julian: Mesmo se uma organização como o Facebook ou o Twitter afirmar que não revelará as informações.

Jacob: Com certeza. E essa é a fronteira cada vez menos clara entre o setor público e o privado. Essa provavelmente é a questão mais importante a ser considerada aqui – que a NSA e o Google têm uma parceria de cibersegurança por razões de defesa nacional dos Estados Unidos.

Andy: Qualquer que seja o significado de “cibersegurança” nesse contexto. É um termo muito amplo.

Jacob: Eles estão tentando isentar tudo do Freedom of Information Act [Lei da Liberdade de Informações] para poder manter em segredo. E o governo norte-americano também alega ter o direito de emitir uma intimação administrativa, que é submetida a menos restrições que um mandado de busca e por meio da qual o terceiro em questão é impedido de informar o usuário a respeito, de forma que você não tem nenhum direito de apelar contra a medida, já que é o terceiro quem está diretamente envolvido e que também não tem nenhuma base constitucional para proteger os dados do usuário.

Julian: Sendo que o terceiro pode ser o Twitter, o Facebook ou o seu provedor de acesso à internet (ISP).

Jacob: Ou qualquer pessoa. Eles afirmaram se tratar de um “mapa de escala um para um”^b no que se refere à privacidade de dados bancários e telefônicos. Você divulga voluntariamente cada número discado à companhia telefônica. Vocês sabiam disso, não? Ao discar qualquer número de telefone, você está explicitamente dizendo: “Não tenho expectativa nenhuma de privacidade”. E a relação com as máquinas é ainda menos explícita. As pessoas não entendem como a internet funciona – nem como as redes telefônicas funcionam –, mas os tribunais têm cada vez mais proferido decisões como se elas soubessem e, no nosso caso do Twitter até agora, sobre o qual infelizmente não posso falar muito porque na verdade não moro em um país livre, eles têm alegado basicamente a mesma coisa⁶.

É uma maluquice imaginar que entregamos todos os nossos dados pessoais a essas empresas, e que elas se transformaram basicamente em uma polícia secreta privatizada. E, no caso do Facebook, chegamos a democratizar a vigilância. Em vez de pagar as pessoas, como o Stasi fazia na Alemanha Oriental, nós as recompensamos como uma cultura – agora elas vão para a cama. E divulgam as novidades aos amigos: “Sabia que a Fulana e o Fulano ficaram noivos?”, “Nossa, o Beltrano e a Beltrana terminaram”, “Ah, então já sei para quem ligar”.

Andy: Algumas pessoas conseguiram pressionar o Facebook para entregar todos os dados armazenados a respeito delas sob os termos da Legislação Europeia de Proteção de Dados. O menor volume de dados foi 350 MB e o maior, de aproximadamente 800 MB⁷. O interessante é que, com essa decisão legislativa, a estrutura de banco de dados do Facebook foi revelada. A cada vez que você faz o login com o número IP, tudo é armazenado, cada clique, cada horário, e também o número de vezes que você visita uma página, de forma que eles podem deduzir se você gostou ou não de uma página, e assim por diante. Mas isso revelou que o principal identificador da estrutura do banco de dados era a palavra “alvo”. Eles não chamam as pessoas de “assinantes”, “usuários” ou qualquer termo do gênero; eles as chamam de “alvos”, e aí você pode dizer: “Tudo bem, trata-se de um jargão de marketing”.

Julian: Mas é uma terminologia interna.

Andy: Sim, mas no sentido militar também poderia ser um alvo, ou poderia ser um alvo no sentido de um serviço de inteligência. Então é só uma questão de em que circunstâncias os

dados são utilizados.

Julian: Ok. É isso que torna a coisa tão aterrorizante.

Andy: Acho que isso é muito útil. Costumávamos dizer que, com o Facebook, o usuário não é o cliente. Na verdade, o usuário do Facebook é o produto, e os verdadeiros clientes são as empresas anunciantes. Essa é a explicação menos paranoica e mais inocente do que está acontecendo.

Mas o problema é que não é fácil culpar uma empresa por agir de acordo com as leis de seu país. Isso é considerado normal, ao passo que uma empresa que não cumpre as leis de seu país é considerada criminosa. Então fica meio estranho dizer: “Ei, olha só, eles estão agindo de acordo com as leis”. Que tipo de acusação é essa?

Jacob: Tenho de discordar de um ponto nesse argumento. Se você constrói um sistema que registra tudo sobre uma pessoa e sabe que está em um país que possui leis que o forçarão a revelar essas informações ao governo, então talvez você não devesse construir esse tipo de sistema. Essa é a diferença entre a abordagem de privacidade pela política e a abordagem de privacidade pelo design em relação à criação de sistemas seguros. Seria absolutamente negligente da parte de uma empresa tentar vigiar as pessoas sabendo que está em um país que explicitamente faz isso, seria absolutamente negligente se uma empresa como o Facebook instalasse servidores na Líbia de Gaddafi ou na Síria de Assad. E mesmo assim nenhuma dessas National Security Letters [Cartas de Segurança Nacional] que foram emitidas – acho que no ano passado ou dois anos atrás – se direcionaram ao combate do terrorismo. Umas 250 mil delas foram emitidas para tudo, menos para o terrorismo⁸. Então, cientes dessa realidade, tais empresas têm uma enorme responsabilidade ética decorrente do fato de estarem construindo esses sistemas e de terem tomado a decisão econômica de basicamente vender seus usuários. E isso nem é uma questão técnica. Não tem nada a ver com a tecnologia, é uma questão econômica. Eles decidiram que é mais importante colaborar com o Estado, vender seus usuários, violar a privacidade deles e participar do sistema de controle – ser recompensados por participar da cultura de vigilância, por participar da cultura de controle – do que resistir a ele, de forma que se tornaram parte disso. São cúmplices e devem prestar contas por isso.

Andy: A responsabilidade ética não é exatamente um argumento de vendas muito popular nos dias de hoje, não é mesmo?

¹ Kill Your Television é o nome de uma forma de protesto contra as comunicações em massa que estimula as pessoas a trocarem a televisão por atividades sociais.

² “Efeito da rede” é o impacto que alguém realizando uma atividade tem sobre a probabilidade de outra pessoa realizá-la.

³ Para saber mais a respeito da investigação do Grande Júri, ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.

⁴ De acordo com o *Wall Street Journal*: “O governo norte-americano obteve um tipo controverso de liminar secreta para forçar

o Google Inc. e a pequena provedora de internet Sonic.net Inc. a entregar informações das contas de e-mail do voluntário do WikiLeaks Jacob Appelbaum, de acordo com documentos analisados pelo *The Wall Street Journal* [...]. O caso WikiLeaks se transformou em um verdadeiro laboratório de experimentos para a interpretação da legislação no início deste ano, quando o Twitter entrou com um recurso de apelação da ordem judicial que determinava a entrega de dados das contas de simpatizantes do WikiLeaks, inclusive o senhor Appelbaum [...]. A ordem judicial buscava o ‘protocolo de internet’, ou IP, os endereços dos dispositivos a partir dos quais as pessoas logaram em suas contas. Um endereço IP é um número único atribuído a um dispositivo conectado à internet. A ordem judicial também buscava a obtenção dos endereços de e-mail dos destinatários das mensagens enviadas a partir dessas contas. A ordem judicial foi lacrada, mas o Twitter conquistou em juízo o direito de informar os assinantes solicitados [...]. As ordens judiciais analisadas pelo jornal buscavam o mesmo tipo de informação que o Twitter foi solicitado a entregar. A ordem judicial sigilosa do Google é datada de 4 de janeiro e exige que a gigante das buscas entregue os endereços IP a partir dos quais o senhor Appelbaum entrou em sua conta do gmail.com e os endereços de e-mail e endereços IP dos usuários com os quais ele se comunicou a partir de 1º de novembro de 2009. Não se sabe se o Google entrou com um recurso de apelação ou entregou os documentos. O mandado judicial secreto emitido para a Sonic data de 15 de abril e ordena que a empresa entregue o mesmo tipo de informações relativas à conta de e-mail do senhor Appelbaum a partir do dia 1º de novembro de 2009. No dia 31 de agosto, o tribunal concordou em remover o lacre do mandado da Sonic e disponibilizar uma cópia ao senhor Appelbaum”. Ver Julia Angwin, “Secret Orders Target Email”, *Wall Street Journal*, 9 out. 2011, disponível em:

<online.wsj.com/article/SB10001424052970203476804576613284007315072.html>. Acesso em 11 out. 2012. Para mais detalhes, ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.

- a Lei norte-americana promulgada em 2001 pelo então presidente George W. Bush, em resposta aos ataques de 11 de Setembro. O acrônimo significa “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001”, algo como Lei para Unir e Fortalecer a América Proporcionando as Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo, de 2001. (N. T.)
- 5 Cf. Peter Beaumont, “WikiLeaks Demands Google and Facebook Unseal US Subpoenas”, *The Guardian*, 8 jan. 2011, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/2011/jan/08/wikileaks-calls-google-facebook-us-subpoenas>>. Acesso em 16 out. 2012. Para mais detalhes, ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- b Provável referência ao conto intitulado “Do rigor na ciência”, de Jorge Luis Borges, no qual o autor imagina um mapa tão minucioso que teria exatamente o mesmo tamanho do território. (N. T.)
- 6 Ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- 7 Para mais detalhes, ver a página *Europe versus Facebook*, em: <www.europe-v-facebook.org/EN/Data_Pool/data_pool.html>. Acesso em 24 out. 2012.
- 8 Uma National Security Letter (NSL) é uma carta de um órgão federal dos Estados Unidos exigindo a entrega de “dados de não conteúdo” ou “metadados”, como registros de transações financeiras ou de IP, ou contatos de contas de e-mails. Se alguém recebe uma NSL, deve entregar os dados solicitados ou enfrentar uma ação judicial. Uma NSL não requer autorização de um tribunal, podendo ser emitida diretamente por um órgão federal. Por essa razão, uma NSL é similar a uma “intimação administrativa” – uma ordem de entregar informações que requer apenas supervisão administrativa, não judicial. Com base nisso, é possível argumentar que as NSLs violam as proteções garantidas pela Quarta Emenda contra a busca e a apreensão arbitrárias. As NSLs também contêm um “componente de ordem de silêncio”, o que significa que, se a pessoa que a recebeu falar a respeito com alguém, configura-se um delito penal. Com base nisso, é possível argumentar que as NSLs violam as proteções da Primeira Emenda relativas à liberdade de expressão. No caso *Doe versus Gonzales*, a provisão de ordem de silêncio das NSLs foi declarada inconstitucional. A lei foi então alterada para conceder ao destinatário de uma NSL os direitos de contestá-la em juízo, o que convenceu o Second Circuit Court [Tribunal do Segundo Circuito] de que a prática das NSLs não pode mais ser considerada inconstitucional. As NSLs continuam a ser criticadas por grupos de defesa das liberdades civis e contestadas em juízo. A utilização de NSLs aumentou muito após a aprovação do Patriot Act em 2001. Os destinatários das NSLs normalmente são provedores de serviço, como provedores de internet ou instituições financeiras, e os dados buscados normalmente se referem aos seus clientes – e o destinatário não pode informá-los de que seus registros foram exigidos pelas NSLs. Apesar de os destinatários terem o direito de contestar as NSLs em juízo, a provisão de ordem de silêncio impede que os alvos finais sejam informados sobre a NSL, impedindo assim que eles apelem em juízo. Para ilustrar a dificuldade de justificar isso, ver um vídeo da assessora jurídica do FBI tentando responder à pergunta feita por Jacob Appelbaum, “Como posso apelar em juízo se o terceiro é impedido de me informar que fui objeto de uma NSL emitida por vocês?”, disponível em: <youtu.be/dTuxoLDnmJU> (também encontrado em Privacy SOS: <privacysos.org/node/727>). A resposta – “Em algumas circunstâncias precisamos recorrer a isso” – é arrepiante. De acordo com a Electronic Frontier Foundation, “De todos os perigosos poderes de vigilância do governo que foram expandidos pelo Patriot Act nos Estados Unidos, o poder da

National Security Letter (NSL) sob os termos do 18 U.S.C. § 2709, expandidos pela seção 505 do Patriot, é um dos mais aterrorizantes e invasivos. Essas cartas entregues a prestadores de serviços de comunicações como companhias telefônicas e provedores de internet permitem que o FBI exija em sigilo dados referentes às comunicações privadas e às atividades na internet de cidadãos norte-americanos comuns sem qualquer supervisão ou análise judicial prévia. Os destinatários das NSLs são sujeitos a uma provisão de ordem de silêncio que os proíbe de revelar a existência das cartas a colegas, amigos e até parentes, e revelar isso ao público em geral está absolutamente fora de questão”. Ver “National Security Letters”, disponível em: <www.eff.org/issues/national-securityletters>, Ver também a coletânea de documentos da Electronic Frontier Foundation referente às NSF emitidas sob os termos do Freedom of Information Act, disponível em: <>. Todos os links foram acessados em 23 out. 2012.

COMBATENDO A VIGILÂNCIA TOTAL COM AS LEIS DA FÍSICA

Jérémie: Uma questão que pode ser levantada neste ponto é: qual é a solução para o usuário individual ou para a sociedade como um todo? Temos as soluções técnicas – serviços descentralizados, cada um hospedando os próprios dados, criptografia, usuários confiando nos provedores próximos a eles, que os ajudam com serviços de dados criptografados e assim por diante. E temos as opções políticas, sobre as quais já falamos. No presente momento, não sei se é possível responder à questão de qual dessas duas abordagens é a melhor. Acho que precisamos desenvolver ambas paralelamente. Precisamos de um software livre que todo mundo possa entender, que todo mundo possa modificar e que todo mundo possa examinar para verificar o que ele está fazendo. Acho que o software livre constitui uma das bases para uma sociedade on-line livre, para termos o potencial de sempre controlar a máquina, não permitindo que ela nos controle. Precisamos de uma criptografia robusta para nos certificar de que ninguém mais possa ter acesso a dados que desejamos manter privados. Precisamos de ferramentas de comunicação como o Tor ou como o Cryptophone para ser possível nos comunicar só com as pessoas com as quais queremos nos comunicar. Mas o poder do Estado e o poder de algumas empresas podem sempre exceder o poder dos *geeks* que somos e a nossa capacidade de criar e disseminar essas tecnologias. Também podemos precisar, enquanto construímos essas tecnologias, que as leis e as ferramentas estejam nas mãos dos cidadãos, para sermos capazes de controlar o que está sendo feito com a tecnologia – mesmo que nem sempre em tempo real –, e precisamos ser capazes de punir os grupos que utilizam a tecnologia de maneiras antiéticas e de forma a violar a privacidade dos cidadãos.

Julian: Gostaria de comentar sobre o que entendo como uma diferença entre a perspectiva cypherpunk norte-americana e a europeia. A Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos concede aos cidadãos do país o direito de portar armas. Um dia desses eu estava assistindo a um filme que um amigo fez sobre o direito de portar armas nos Estados Unidos, e em uma loja de armas tinha uma placa que dizia: “Democracy, locked and loaded”^a. É assim que se garante que não teremos regimes totalitaristas – as pessoas estão armadas e, caso se irritem o suficiente, simplesmente pegam suas armas e retomam o controle pela força. É

interessante refletir se esse argumento continua válido nos dias de hoje, devido à evolução dos tipos de armamentos que tem ocorrido nos últimos trinta anos. De acordo com essa declaração, a codificação – comunicar-se em códigos criptográficos secretos para evitar a espionagem por parte do governo – de fato poderia ser considerada uma arma. Lutamos uma grande guerra nos anos 1990 para tentar disponibilizar a criptografia a todos, uma guerra que, em grande parte, vencemos¹.

Jacob: No Ocidente.

Julian: Vencemos em grande parte no Ocidente, e a criptografia está incorporada a todos os navegadores, apesar de eles possivelmente estarem sendo invadidos e subvertidos de diferentes maneiras². A ideia é que não é possível acreditar às cegas que um governo de fato implementará as políticas que afirma estar implementando, de forma que devemos proporcionar as ferramentas básicas, isto é, as ferramentas criptográficas que nós controlamos, como uma espécie de uso da força, no sentido de que, se os códigos forem robustos, um governo, por mais que tente, não conseguirá interceptar diretamente nossas comunicações.

Jacob: A força de praticamente todas as autoridades modernas provém da violência ou da ameaça de violência. É preciso reconhecer que, com a criptografia, nem toda a violência do mundo poderá resolver uma equação matemática.

Julian: Exatamente.

Jacob: Essa é a chave. Isso não significa que você não poderá ser torturado, que eles não poderão tentar grampear sua casa ou arruiná-la de alguma forma, mas significa que, se eles depararem com uma mensagem criptografada, por mais autoridade que tiverem por trás de tudo o que fazem, não conseguirão resolver o problema matemático. Mas é difícil para as pessoas não técnicas entenderem isso, e é disso que elas precisam ser convencidas. É claro que seria outra história se pudéssemos resolver todos esses problemas matemáticos, já que, se todo mundo fosse capaz de resolvê-los, o governo também conseguaria.

Julian: Mas não dá para negar a realidade de que, da mesma forma como é possível construir bombas atômicas, existem problemas matemáticos que você pode criar que nem o Estado mais poderoso será capaz de solucionar. Acho que a ideia era incrivelmente atraente para os libertários californianos e outros que acreditavam nesse tipo de abordagem representada pela “democracia pronta para atirar”, por se tratar de um jeito bastante intelectual de fazer a coisa – um pequeno grupo de pessoas munido da criptografia e resistindo a todo o poder das maiores potências do mundo.

Então, há uma propriedade do universo que favorece a privacidade, porque alguns algoritmos de criptografia jamais poderão ser quebrados por qualquer governo. Há outros que seria difícil até para a NSA quebrar. Sabemos disso porque eles recomendam que esses algoritmos sejam utilizados por terceiros trabalhando para as Forças Armadas dos Estados

Unidos para a proteção das comunicações militares ultrassegredas norte-americanas e, se eles pudessem ser quebrados, em pouco tempo os russos e os chineses acessariam esses dados, com graves consequências para quem tivesse tomado a decisão de recomendar um código vulnerável. Então esses códigos são relativamente bons agora, e nós confiamos bastante neles. Infelizmente não dá para confiar na máquina na qual eles são rodados, o que é um problema. Mas isso não leva à interceptação em massa, e sim a vigiar os computadores de pessoas específicas. A menos que você seja um especialista em segurança, é muito difícil proteger um computador. Mas a criptografia pode resolver o problema da interceptação em massa que ameaça a civilização do mundo inteiro. A vigilância de pessoas específicas não é a maior ameaça.

Mesmo assim, acredito que estamos lidando com forças econômicas e políticas incrivelmente poderosas, como Jérémie disse, e provavelmente o que vai acontecer é que as eficiências naturais das tecnologias de vigilância, em comparação com o número de seres humanos, nos levarão aos poucos a nos transformar em uma sociedade de vigilância totalitária global – e, com o termo “totalitária”, quero dizer uma vigilância total. E talvez tenhamos os últimos sobreviventes livres, aqueles que sabem usar a criptografia para se defender dessa vigilância total, e alguns outros que sumirão do mapa, que se isolarão totalmente, neoludistas que vão viver numa caverna ou aborígenes tradicionais que não contarão com nenhuma das eficácia de uma economia moderna, de forma que terão uma capacidade de ação bastante limitada. É claro que qualquer pessoa pode ficar fora da internet, mas aí é muito difícil exercer alguma influência. Com essa atitude, opta-se por não ser influente. É a mesma coisa no caso dos celulares: você pode escolher não ter um celular, mas isso reduz a sua influência. Não é um bom caminho.

Jérémie: Se analisarmos o problema da perspectiva do mercado, estou convencido de que existe um mercado de privacidade em grande parte inexplorado, então é possível que venhamos a testemunhar um ímpeto econômico que levará as empresas a desenvolver ferramentas que proporcionem aos usuários a capacidade individual de controlar os próprios dados e comunicações. Talvez esse seja um caminho para resolver o problema. Não sei se isso por si só funcionaria, mas pode acontecer, e talvez não saibamos ainda.

Julian: A criptografia estará em tudo. Ela está sendo utilizada por grandes organizações em toda parte, avançando lentamente na direção de cidades-Estado interligadas em rede. Se formos pensar em vias de comunicação na internet – rápidos fluxos transnacionais de dinheiro, organizações transnacionais, interconexões entre subpartes de organizações –, todos esses fluxos de comunicação passam por canais de comunicação não confiáveis. É como um organismo sem pele. Temos organizações e Estados com fronteiras cada vez mais indistintas entre si, com cada rede de influência global competindo entre si por vantagens. E seus fluxos de comunicação estão expostos a oportunistas, Estados concorrentes e assim por diante. Assim, novas redes estão sendo construídas além da internet, redes privadas virtuais, cuja privacidade é protegida pela criptografia. É essa base de poder industrial que está impedindo que a criptografia seja banida.

Por exemplo, se olharmos um celular da Blackberry, vemos que ele tem um sistema de criptografia embutido para ser utilizado na rede da Blackberry. A Research In Motion, empresa canadense que opera a rede, é capaz de decriptar o tráfego de usuários comuns e possui centros de dados no Canadá e no Reino Unido, pelo menos, de forma que a aliança das agências anglo-americanas de inteligência pode ter acesso às comunicações realizadas de um Blackberry ao outro no mundo inteiro. Mas as grandes empresas estão usando a criptografia de maneiras mais seguras. Os governos ocidentais não ligaram muito para isso até que a onda se propagou das empresas e atingiu os indivíduos, e então testemunhamos exatamente as mesmas reações políticas hostis que vimos no Egito de Mubarak³.

Acho que a única defesa eficaz contra a iminente distopia da vigilância é aquela em que cada um toma medidas para proteger a própria privacidade, porque os grupos capazes de interceptar tudo não têm incentivo algum para reduzir o próprio controle. Uma analogia histórica seria o modo como as pessoas descobriram que precisavam lavar as mãos. Essa mudança exigiu a consolidação e depois a popularização da teoria dos germes da doença e demandou o enraizamento da paranoia em relação ao alastramento da doença por meio de alguma coisa na nossa mão que não podia ser vista, da mesma forma como não dá para ver a interceptação em massa. Quando esse conhecimento se propagou o suficiente, os fabricantes de sabonete se puseram a fabricar produtos que as pessoas consumiam para aliviar o medo. É necessário instilar medo nas pessoas para que elas compreendam o problema antes de uma demanda suficiente ser criada para solucioná-lo.

Também temos o problema do outro lado da equação, representado por programas que alegam ser seguros, que alegam ter uma criptografia incorporada, mas que muitas vezes não passam de fraudes, porque a criptografia é complexa e a fraude pode se ocultar na complexidade⁴.

Então as pessoas precisarão pensar a respeito. A única questão é saber a qual desses dois lados do problema elas voltarão sua atenção. Ou elas vão pensar “Preciso tomar cuidado com o que digo, preciso me conformar” a cada momento, a cada interação, ou elas pensarão “Preciso dominar os pequenos componentes dessa tecnologia e instalar programas para me proteger para que eu possa expressar livremente o que penso e me comunicar livremente com os meus amigos e com as pessoas com quem me importo”. Se as pessoas não adotarem a segunda abordagem, teremos uma propagação universal do politicamente correto, porque os autocensores estarão presentes até quando se comunicarem com os melhores amigos, e essas pessoas se afastarão da atuação política no mundo.

^a Em tradução livre, seria algo como “Democracia pronta para atirar”. (N. T.)

¹ A respeito das “Primeiras Cripoguerras” dos anos 1990, ver nota 6, p. 59 deste livro.

² Referência ao SSL/TLS, um protocolo criptográfico atualmente incorporado como padrão em todos os navegadores da internet, usado para garantir uma navegação segura – por exemplo, sempre que um navegador é utilizado para acessar serviços bancários on-line.

³ Dentre muitos exemplos, ver “Blackberry, Twitter Probed in London Riots”, *Bloomberg*, 9 ago. 2011, disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2011-08-09/blackberry-messages-probed-in-u-k-rioting-as-policesay-looting->>

[organized.html](#)>. Acesso em 16 out. 2012.

- ⁴ Por exemplo, um membro do grupo LulzSec que expôs vulnerabilidades nas práticas de segurança da Sony ao divulgar dados pessoais de clientes foi detido depois que sua identidade foi descoberta por meio de dados entregues pelo site de proxy HideMyAss.com, em observância a um mandado judicial emitido nos Estados Unidos. Ver “Lulzsec Hacker Pleads Guilty over Sony Attack”, BBC, 15 out. 2012, disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-19949624>>. Acesso em 15 out. 2012.



Julian Assange e o filósofo esloveno Slavoj Žižek participam de debate com o escritor David Horowitz, em episódio da série *The World Tomorrow* [O Mundo Amanhã].

INTERNET E POLÍTICA

Jérémie: É interessante ver o poder dos *hackers* – “*hackers*” no sentido original do termo, não no sentido de criminosos. Um *hacker* é um entusiasta da tecnologia, alguém que gosta de saber como ela funciona, não para se ver preso nisso, e sim para fazer do mundo um lugar melhor. Imagino que, quando vocês tinham cinco ou sete anos, vocês pegavam uma chave de fenda e tentavam abrir os aparelhos para ver o que tinham dentro. Isso é o que é ser um *hacker*, e os *hackers* criaram a internet por várias razões – inclusive porque era divertido. Eles a desenvolveram e disponibilizaram essa tecnologia para o mundo todo. Empresas como o Google e o Facebook viram uma oportunidade de criar modelos de negócios com base na coleta de dados pessoais dos usuários. Mas os *hackers* ainda têm uma forma de poder nas mãos, e meu maior interesse nos dias de hoje é vê-los conquistando cada vez mais poder, até nas arenas políticas. Os Estados Unidos aprovaram a Sopa (Stop Online Piracy Act [Lei de Combate à Pirataria On-line]) e a Pipa (Protect IP Act [Lei de Prevenção a Ameaças On-line à Criatividade Econômica e ao Roubo de Propriedade Intelectual]), uma agressiva legislação de direitos autorais que basicamente dá a Hollywood o poder de restringir o acesso a qualquer empresa on-line e de censurar a internet¹.

Julian: E bloqueios bancários, como os que estão sendo impostos ao WikiLeaks².

Jérémie: Exatamente. O que as instituições bancárias fizeram com o WikiLeaks estava se tornando o método-padrão para combater os malvados piratas do *copyright* que estão matando Hollywood. E testemunhamos a enorme manifestação da sociedade civil na internet – e não só nos Estados Unidos, não teria dado certo se só os cidadãos norte-americanos se manifestassem contra a Sopa e a Pipa. A manifestação contou com pessoas do mundo todo, e os *hackers* tiveram um papel fundamental, proporcionando ferramentas para ajudá-las a participar do debate público.

Julian: Ajudando a construir a campanha.

Jérémie: Não foi o Tumblr (ou algum site parecido) que montou uma página inicial

permitindo ao usuário cadastrar um número de telefone para que eles ligassem de volta e o colocassem em contato com alguém do Congresso? E então o usuário podia dizer: “Acho que essa lei é uma grande sacanagem”.

Jacob: A internet foi usada em sua própria defesa.

Jérémie: Acho que nós *hackers* somos responsáveis pelas ferramentas que construímos e disponibilizamos para o resto do mundo, e pode ser que estejamos testemunhando o início da prática eficiente dessa responsabilidade, quando tais ferramentas são usadas coletivamente. Hoje, na União Europeia, há o debate sobre o Acta (Anti-Counterfeiting Trade Agreement [Acordo Comercial Antifalsificação]), um tratado multinacional que serviu de modelo para a Sopa e para a Pipa³. Acabei de ir ao Parlamento europeu, onde nós, como indivíduos – indivíduos barbudos e fedidos –, demos uma verdadeira aula a um comitê parlamentar. Nós lhes mostramos artigos sobre as regras de conduta do Parlamento europeu que eles aparentemente estavam vendo pela primeira vez e os instruímos sobre como eles deveriam se comportar. Depois foi realizada uma votação e nós ganhamos de 21 votos contra 5, o que empurrou o relator britânico para o canto do ringue. Essa foi uma pequena parte de uma pequena questão processual na tentativa de derrubar o Acta, esse acordo global monstruoso que foi elaborado pelas nossas costas para contornar a própria democracia. Mas nós, como cidadãos, temos o poder de matar esse monstro – com facilidade, com as ferramentas da internet, com as listas de discussão, os *wikis* e os fóruns de bate-papo, entre outros –, e acho que podemos estar testemunhando o despertar da maturidade da internet, sua entrada na adolescência e a evolução das maneiras pelas quais ela pode ser utilizada pela sociedade em geral para tentar promover mudanças. Acho que nós *hackers* temos esse papel incrivelmente importante de orientar as pessoas usando o nosso conhecimento técnico e alertá-las “Em vez de usar o Facebook ou o Google vocês deveriam usar esta tecnologia, que permite que vocês controlem sua própria privacidade” –, e esses dois grupos se articulam muito bem, ou pelo menos podem se articular muito bem. Isso é um pouco de otimismo.

Julian: Jake, sobre essa radicalização política da jovem internet, você passou os dois últimos anos viajando pelo mundo para falar especialmente sobre o Tor, para conversar com pessoas que desejam o anonimato, que desejam a privacidade em relação ao próprio governo, e deve ter visto esse fenômeno em muitos países. Dá para dizer que ele é expressivo?

Jacob: Sem dúvida. Acho que é absolutamente expressivo. O principal exemplo que me vem imediatamente à mente foi uma visita à Tunísia. Fui à Tunísia depois da queda do regime de Ben Ali e conversamos sobre o Tor em uma aula de ciências da computação, que contou com a participação de um pessoal bastante técnico da universidade, e uma moça levantou a mão e perguntou: “Mas e os ‘bandidos’?”. E ela se pôs a citar os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse: lavagem de dinheiro, drogas, terrorismo e pornografia infantil. “E os bandidos?” Essas quatro “ameaças” são sempre enfatizadas e usadas como argumento para derrubar tecnologias de preservação da privacidade, porque ninguém questiona que são grupos que devem ser

derrotados. Então eu perguntei para a turma: “Quem aqui já viu a página Ammar 404?”. Essa foi uma página de censura implantada pelo regime de Ben Ali antes e durante a revolução para bloquear o acesso. Todas as pessoas da sala, incluindo o professor do curso, levantaram a mão – exceto a moça que havia feito a pergunta. Eu olhei para ela e disse: “Olhe para todas essas pessoas ao seu redor. Todos os seus colegas de turma. Você acha mesmo que fazia sentido oprimir toda esta sala para combater tais fantasmas?”. E ela me respondeu: “Pensando bem, acho que também vou levantar a mão”.

Estou resumindo bastante a discussão, mas basicamente as pessoas que conhecem esse contexto estão bem cientes do que realmente importa. Isso tem o poder de mudar as coisas por completo. E está acontecendo no mundo inteiro, o tempo todo – mas normalmente acontece com atraso, quero dizer, só depois que passa é que as pessoas percebem que poderiam ter usado a tecnologia, só em retrospecto é que elas dizem: “Ah, na verdade não é só uma questão de impedir os bandidos, porque na prática eu acabo fazendo parte do grupo dos bandidos quando o que eu digo desagrada os poderosos”. E podemos ver que está havendo um despertar.

Mas não é correto dizer que isso só aconteceu nos últimos um ou dois anos. Desculpe fazer isso com você, Julian, mas você faz parte da radicalização da minha geração. Pensando desse jeito, sou meio que um cypherpunk de terceira geração. O trabalho que você e Ralf Weinmann desenvolveram com o sistema de arquivos *rubberhose* foi parte da minha inspiração para trabalhar com sistemas criptográficos. Desenvolvi o sistema M.A.I.D. de arquivos criptográficos como uma resposta a certos fenômenos, como o aumento dos poderes regulamentares investigativos no Reino Unido, onde o Estado basicamente decidiu que a regulamentação negativa é a solução para a criptografia, o que o habilita a pegar a senha de qualquer pessoa⁴. Naturalmente, no caso de Julian, o sistema foi criado porque os regimes opressores torturariam pessoas em busca de uma senha, de forma que, com o sistema, você estaria apto a revelar senhas diferentes se estivesse sob tortura⁵. Já o meu sistema de arquivos criptográficos, o M.A.I.D., foi desenvolvido tendo em vista um sistema jurídico no qual o acusado tem o direito de permanecer em silêncio, mas pode provar, se forçado, que está dizendo a verdade sem a violação do sigilo. Quando vi o trabalho de Julian, percebi que era possível utilizar a tecnologia para dar às pessoas comuns uma maior autonomia para mudar o mundo. Voltando lá no passado, para a velha lista de discussão Cypherpunk da época de Tim May, um de seus fundadores, e lendo os antigos posts de Julian na lista, aí está o que levou toda uma geração a se radicalizar ainda mais, porque as pessoas perceberam que não estavam mais atomizadas, que poderiam dedicar parte de seu tempo a escrever um software com potencial para dar poder a milhares de pessoas⁵.

Só que isso tudo acabou tendo algumas consequências inesperadas, porque o pessoal que criou o Google originalmente não pretendia criar o Google, a maior máquina de vigilância que já existiu. Mas foi o que acabou acontecendo e, assim que as pessoas começarem a perceber isso, eles vão começar a enviar aquelas National Security Letters, não é verdade?

Jérémie: Acho que há três pontos cruciais no que você acabou de dizer.

Jacob: Só três?

Jérémie: Entre outros.

Andy: Então me deixe acrescentar um quarto ponto, pode ser?

Jacob: Você ainda nem sabe quais são os três primeiros.

Jérémie: Vejo três pontos misturados aí. Não que eles devessem ser considerados separadamente, mas um deles é representado pelos regimes autoritários e seu poder nesta era de tecnologias digitais. No caso do regime de Ben Ali – e isso é igualmente claro em tantos outros regimes hoje em dia –, eles têm o poder de decidir o que as pessoas podem saber ou não, além de com quem elas podem se comunicar. Esse é um poder enorme, para o qual deve haver resistência. E a internet – a internet livre – constitui uma ferramenta de resistência. O segundo ponto é o desenvolvimento de ferramentas e de melhorias tecnológicas, a fim de tentar contornar problemas como a censura. Mas estou falando basicamente de desenvolver ferramentas que façam parte de uma infraestrutura que nos ajude a derrubar os ditadores. E a terceira questão é a narrativa política que você evocou com os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse, os pretextos que são utilizados todos os dias pelos políticos na mídia: “Será que vamos todos morrer vítimas do terrorismo? Por isso é que precisamos do Patriot Act”; “A pornografia infantil está por toda parte”; “A internet foi tomada por ‘pedonazistas’, e é por isso que precisamos da censura”.

Jacob: Pedonazistas?

Jérémie: É, pedonazistas – tanto que o domínio pedo-nazi.com já foi reservado. “Os artistas vão morrer e, com eles, o cinema também morrerá. Logo, precisamos dar a Hollywood o poder de censurar a internet”, e por aí vai. Acho que também nesse caso a internet é uma ferramenta, um antídoto contra as narrativas políticas, que por sua vez dependem da emotividade e dos ciclos extremamente curtos das notícias na mídia – as informações surgem e desaparecem em 24 horas, sendo substituídas por novas. Com a internet, tenho a impressão de que estamos construindo o que chamo de ciclo da internet. Como a internet nunca esquece, podemos passar anos desenvolvendo dossiês, dia após dia, os quais podemos elaborar, analisar. É o que temos feito nos últimos três anos com o Acta. Novamente, o WikiLeaks foi uma inspiração para nós, porque a primeira versão que vazou do Acta foi revelada pela organização em 2008⁶.

Julian: É, nós pegamos o documento.

Jérémie: E nós também revelamos duas versões. Tivemos acesso a cinco versões do texto em três anos e o destrinchamos parágrafo por parágrafo, linha por linha, analisando quem fez o quê, qual indústria está pedindo o quê, e envolvemos consultores jurídicos e especialistas

em tecnologia na elaboração de uma versão diferente da narrativa política oficial, que sustenta que “precisamos do Acta para salvar a cultura e proteger as criancinhas de remédios falsificados” e assim por diante. Com isso elaboramos nossa própria linha política usando o ciclo da internet, com uma análise precisa, com trabalho duro, conectando pessoas para participar disso.

Julian: É verdade, e acho que essa visão do Acta convenceu o público.

Jérémie: Pelo menos por enquanto.

Julian: Acho que essa se tornará a visão histórica. Mas, nos bastidores, esse Anti-Counterfeiting Trade Agreement, originado da indústria norte-americana dos direitos autorais, na verdade tem sido utilizado em inúmeros tratados bilaterais na tentativa de criar um novo regime internacional determinando o que é ou não legal no que se refere à publicação de informações e quais mecanismos existem para impedir as pessoas de publicar vários tipos de material. Isso acaba cristalizando uma versão mais rigorosa do sistema DMCA norte-americano, o Digital Millennium Copyright Act [Lei dos Direitos Autorais do Milênio Digital], que determina que, se você enviar uma carta a alguém exigindo que algo seja retirado da internet, eles precisam atender à sua solicitação, e existe uma espécie de processo de duas semanas durante o qual eles podem contra-argumentar, mas, por se tratar de um processo dispendioso para qualquer provedor da internet, eles optam por retirar imediatamente as informações e deixam que o autor ou a pessoa que fez o *upload* das informações arque com os custos da contra-argumentação. As consequências disso têm sido bastante graves nos Estados Unidos, com a retirada de um volume enorme de conteúdo. A cientologia abusou dessa medida e levou à remoção de literalmente milhares de vídeos do YouTube⁷.

Então vamos supor que o Acta seja rejeitado no Parlamento europeu, mesmo que temporariamente. Ainda assim, as principais consequências do Acta parecem estar ocorrendo de qualquer maneira – tivemos o debate democrático, o acordo foi demonizado na esfera pública, nossa narrativa prevaleceu, mas, por trás do pano, estão sendo firmados tratados bilaterais secretos, que levam aos mesmos resultados, simplesmente subvertendo o processo democrático. Por exemplo, o WikiLeaks teve acesso ao novo acordo de livre-comércio entre a União Europeia e a Índia – e o divulgou –, no qual encontramos grandes trechos do Acta incorporados⁸. Isso tem ocorrido em vários outros acordos e regulamentações. A cabeça do Acta pode ter sido cortada, mas o corpo se dividirá e se imiscuirá em tudo, na ordem internacional sob a forma desses tratados bilaterais. Então, vocês podem até comemorar suas vitórias democráticas em público, na superfície, mas as coisas continuam sendo feitas nos bastidores. Por isso eu não acredito que uma reforma política ou legislativa seja o caminho, mas também não podemos dar folga ao adversário, porque isso só aceleraria o processo. Então é importante ficar de olho neles, de várias maneiras, da mesma forma como estamos de olho no Acta. Isso os desacelera. Mas nem mesmo uma vitória legislativa no parlamento impede essa atividade por baixo dos panos.

Jacob: Acho interessante notar que o Roger Dingledine – um dos criadores do Tor, que eu diria que é tipo um mentor para mim e que me levou a refletir muito sobre como contornar a censura e preservar o anonimato on-line – fala sobre como, por exemplo, os *firewalls* não são apenas tecnicamente bem-sucedidos – e é importante entendermos a tecnologia que há por trás deles se quisermos desenvolver um meio de resistência –, mas também socialmente bem-sucedidos. As pessoas que estão lutando contra o Acta estão usando a tecnologia que lhes possibilita resistir, mas na verdade o que precisamos entender aqui é a ação de cidadãos comuns, e não os jargões técnicos. O que importa é as pessoas de fato se envolverem em mudar essa narrativa enquanto ainda têm esse poder, e o mais importante, na verdade, é o aspecto humano. O WikiLeaks revelou documentos que viabilizam isso, e o compartilhamento de informações é importante, mas as pessoas que pegam essas informações e fazem alguma coisa com elas também o são. Porque pelo menos dá para argumentar que muitos de nós vivemos em uma democracia, que somos livres, que somos supostamente governados pelo consenso. Então, se todo mundo souber o que está acontecendo e não consentir, fica muito difícil ignorar tal fato e aprovar leis sem o consentimento dos governados.

Jérémie: A ideia é aumentar os custos políticos das más tomadas de decisão, e isso pode ser feito coletivamente, com a internet livre, desde que a tenhamos.

Jacob: Mas também daria para fazer isso sem a rede, porque tivemos, historicamente, sociedades livres pré-internet. Só que era economicamente mais dispendioso, era mais difícil em alguns aspectos, e na verdade é isso que faz com que o movimento *peer-to-peer* seja tão importante⁹.

Andy: Acho que o quarto ponto é o fato de que a dimensão da arquitetura dos sistemas descentralizados constitui um elemento essencial que também deve ser disponibilizado à população, porque agora temos essa computação centralizada em nuvem¹⁰.

Julian: O Facebook é completamente centralizado. O Twitter é completamente centralizado. O Google é completamente centralizado. Tudo nos Estados Unidos. Tudo controlável pelos grupos que controlam as forças repressoras. É igualzinho à censura iniciada quando o WikiLeaks lançou o Cablegate e a Amazon removeu nosso site de seus servidores¹¹.

Andy: E temos a computação em nuvem proporcionando incentivos econômicos para que as empresas implementem maneiras mais baratas de processar seus dados nos chamados centros internacionais de dados operados por corporações norte-americanas – o que significa submetê-los às jurisdições dos Estados Unidos, da mesma forma como ocorre com as empresas de pagamento e assim por diante.

Julian: Essa transição para a computação em nuvem tem uma tendência bastante preocupante. Enormes *clusters* de servidores têm sido montados em uma única localização,

porque é mais eficiente padronizar tanto o controle do ambiente quanto o sistema de pagamento. É uma técnica competitiva, já que amontoá-los em um único local sai mais barato do que ter servidores espalhados. A maior parte das comunicações que ocorrem na internet, exceto o *streaming* de filmes, é realizada entre servidores, então sai mais barato instalá-los juntos. Com isso, acabamos tendo esses enormes amontoados de servidores de comunicação. Faz sentido para o Google, por exemplo, instalar seus servidores perto de grandes provedores de conteúdo, ou vice-versa, já que as páginas são indexadas pelo Google para possibilitar as buscas. Então, nos Estados Unidos, há galpões enormes cheios até o teto com servidores de muitas empresas diferentes. É nesses locais que a NSA instala alguns de seus pontos de interceptação. A internet poderia existir sem essa centralização, não é que tal tecnologia seja impossível, é só que é simplesmente mais eficiente centralizar tudo. Na competição econômica, a versão centralizada vence.

Andy: Apesar de ser muito importante entender o ponto de vista da arquitetura – infraestruturas centralizadas facilitam o controle central e o abuso do poder –, esse fenômeno também é como matar o mercadinho da esquina com um conceito de varejo centralizado.

Julian: E abrir uma multinacional enorme como a Safeway^b.

Andy: É, do mesmo jeito que aconteceu com os supermercados. É muito importante conservar uma abordagem de infraestrutura descentralizada. Na época em que participei da Icann (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), que determina e regulamenta os nomes de domínio on-line, aprendi uma lição com Vince Cerf, que inventou pelo menos parte do protocolo TCP/IP – o protocolo de comunicação fundamental da internet. Ele costumava dizer: “Quer saber? Uma coisa boa dos governos é que eles nunca são no singular, eles são sempre no plural”. Então, mesmo entre os governos, também há aqueles que querem ter o próprio poder descentralizado, diferentes facções lutando entre si. É isso que, por fim, vai nos salvar do Grande Irmão, porque muitos deles vão querer ser o Grande Irmão e vão acabar lutando uns com os outros.

Julian: Acho que não, Andy. Acho que elites nacionais competindo umas com as outras são uma coisa do passado. Hoje elas estão se unindo e se alavancando.

Andy: É, eles estão se unindo, você tem razão – e agora não estou tão certo de que isso realmente vai salvar a nossa pele –, mas ainda há a possibilidade de manter a nossa própria identidade. Precisamos nos ater à nossa própria infraestrutura, essa é a lição mais importante a ser aprendida aqui – que, se quisermos nos opor ao Estado da vigilância, ao Grande Irmão, precisamos analisar o que ele é, se ele é de fato uma união de Estados centrais que dizem: “Ei, se nos unirmos, poderemos ganhar ainda mais”. E precisamos saber qual é o nosso papel nisso, que é justamente nos manter descentralizados, ter a nossa própria infraestrutura, não depender da computação em nuvem e outros absurdos do gênero, mas fazer as coisas do nosso jeito.

Julian: Mas podemos ter esse domínio da técnica. Se for verdade que é mais fácil usar o Twitter do que abrir o seu próprio Twitter, se for verdade que é mais fácil usar o Facebook do que o Diaspora¹² ou alguma outra opção, se for verdade que a computação em nuvem é mais barata, então essas técnicas e serviços vão, de fato, dominar. Não é uma questão de dizer que deveríamos abrir nossos próprios serviços locais, porque tais serviços simplesmente não serão competitivos e só serão utilizados por uma pequena minoria. Precisamos de algo melhor do que dizer que deveríamos ter uma versão barata do Facebook e esperar que as pessoas a utilizem.

Andy: Bom, retomando a história da Igreja católica, estamos voltando à época na qual existia apenas um grande distribuidor de livros, se pensarmos que a Amazon está tentando controlar toda a cadeia de suprimento de e-books, então precisaríamos manter nossas próprias instalações de impressão/publicação. Isso pode soar meio extremo, mas já vimos o que essas empresas são capazes de fazer se elas ou os órgãos públicos dos quais elas dependem em suas jurisdições quiserem impedir alguma coisa. E acho que o próximo passo naturalmente será o fato de que precisaremos ter o nosso próprio dinheiro, de forma que, mesmo que eles não gostem do fato de apoiarmos o WikiLeaks ou qualquer outra coisa, poderemos continuar agindo sem depender de uma infraestrutura central na qual tudo passa por uma jurisdição.

Jérémie: Eu concordo com o Andy. Acho que essa arquitetura é importante e fundamental para tudo o que defendemos. Mas é nosso dever e nossa responsabilidade – como *hackers* que entendem essa realidade, como técnicos que desenvolvem e exploram a internet todos os dias – divulgar essa mensagem ao público. E talvez esse seja um caminho para conquistar a simpatia das gerações mais jovens. Acho que é por isso que as guerras dos direitos autorais são tão relevantes, porque, com as tecnologias *peer-to-peer*, desde a criação do Napster em 1999, as pessoas sacaram que, ao compartilhar arquivos...

Julian: Você é um criminoso.

Jérémie: Não, você cria uma cultura melhor.

Julian: Não, você é um criminoso.

Jérémie: Essa é a narrativa, mas, se você criar uma cultura melhor para si mesmo, todo mundo vai usar o Napster¹³.

Andy: A história da humanidade e a história da cultura são histórias de ideias copiadas, alteradas e processadas, e é hipocrisia chamar isso de roubo.

Jérémie: Isso mesmo, isso mesmo! A cultura deve ser compartilhada.

Julian: Bom, no Ocidente, desde os anos 1950, o que temos é uma cultura industrial. Nossa cultura se transformou em um produto industrial.

Jérémie: Estamos alimentando o troll aqui porque ele está brincando de advogado do diabo – e está se saindo muito bem.

Jacob: Não estou convencido. Tudo isso não passa de uma grande cascata.

Jérémie: E é cascata. Na narrativa política eles chamam isso de roubo, mas quero esclarecer que todo mundo que usou o Napster em 1999 virou fã de música e passou a ir a shows e divulgar os artistas aos amigos: “Você precisa ouvir essa banda, precisa ir a esse show”, e assim por diante. Isso deu às pessoas um exemplo prático de como a tecnologia *peer-to-peer* descentralizava a arquitetura. Na verdade, na época, o Napster era um pouco centralizado, mas serviu para propagar a ideia de uma arquitetura descentralizada. Todo mundo tinha um exemplo prático de uma arquitetura descentralizada beneficiando a sociedade, e compartilhar a cultura é exatamente a mesma coisa que compartilhar o conhecimento. Quando falamos de contornar a censura ou combater as narrativas políticas para criar um sistema democrático e uma sociedade melhor, estamos falando de compartilhar conhecimento.

Então temos exemplos de serviços descentralizados e de compartilhamento interpessoal que são capazes de melhorar as coisas, e o contraexemplo disso é o papel do advogado do diabo que Julian encarnou, no qual a indústria chega dizendo: “Ah, isso é roubo, isso está matando todo mundo, matando os atores, matando Hollywood, matando o cinema, matando gatinhos, e tudo mais”. Eles venceram batalhas no passado e agora nós podemos estar prestes a vencer a batalha do Acta. E, mais uma vez, preciso discordar desse advogado do diabo que Julian encarnou. O Acta tem sido o maior exemplo, até agora, de como enganar a democracia, de como é possível não dar a mínima para o parlamento e as instituições internacionais, para a opinião pública, e impor medidas inaceitáveis pela porta dos fundos. Se conseguirmos derrubar o Acta, teremos estabelecido um precedente e então teremos a oportunidade de trabalhar tendo em vista interesses positivos, teremos a oportunidade de dizer: “O Acta acabou, agora vamos fazer algo que realmente favoreça o público”. É isso que estamos tentando fazer, e alguns membros do Parlamento europeu agora entendem que, quando as pessoas compartilham as coisas, quando compartilham arquivos sem visar ao lucro, elas não deveriam ser presas, não deveriam ser punidas. Acho que, se conseguirmos essa vitória, teremos um sólido argumento para expor ao resto do mundo que o compartilhamento do conhecimento e das informações melhora as coisas, que precisamos promovê-lo e não combatê-lo e que qualquer tentativa – seja ela legislativa, seja proveniente de um ditador ou de uma empresa – de minar tal capacidade de compartilhar informações e conhecimento de maneira descentralizada deve ser combatida – e ponto final. Acho que isso nos fortaleceria.

Julian: E o que dizer do debate sobre a Pipa/Sopa nos Estados Unidos? Essa é uma nova legislação proposta no Congresso norte-americano visando a criar embargos financeiros e bloqueios na internet para beneficiar as indústrias do país.

Jacob: Ela foi criada especificamente para atacar o WikiLeaks e tudo o que se relaciona ao WikiLeaks ou seja parecido com ele.

Julian: No Congresso, o bloqueio bancário foi mencionado especificamente como uma ferramenta eficaz¹⁴.

Jérémie: E eles estão prestes a dar essa ferramenta a Hollywood.

Julian: Então tivemos uma grande manifestação pública para protestar contra essa legislação, e o Google, a Wikipédia e várias outras organizações acabaram se unindo aos protestos. Mas eu não pensei: “Tudo bem, que lindo, nós vencemos essa batalha”. Aquilo me aterrorizou, porque de repente o Google se viu como um ator político, e não como um mero distribuidor de informações, e pareceu ter um poder tremendo, enorme, sobre o Congresso.

Jérémie: O Google foi só uma pequena parte da coalizão anti-Sopa e anti-Pipa.

Jacob: É, e espera aí, acho que o Tumblr causou mais impacto do que o Google.

Andy: O Tumblr, a Wikipédia e um número enorme de ações individuais, ações muito pequenas, de que pouca gente ouviu falar, fizeram a diferença. Milhares dessas ações foram promovidas em paralelo – indo na mesma direção – e, repito, esse foi um exemplo de uma ação política descentralizada. Foi um movimento político descentralizado que testemunhamos. O Google pode ter sido o maior ator que você notou entre outros.

Julian: Bom, foi isso que o Congresso disse que notou.

Jacob: Só vejo um problema no que você disse, Jérémie, porque com isso você está basicamente promovendo a ideia de uma vanguarda política. Não acho que tenha sido de propósito, mas só queria esclarecer que o movimento *peer-to-peer* é explicitamente contra tal vanguarda. É a ideia de que somos todos colegas [*peers*] e podemos compartilhar coisas uns com os outros; podemos prestar diferentes serviços ou podemos proporcionar diferentes funcionalidades. Ross Anderson um dia me disse: “Quando entrei no movimento *peer-to-peer*, cinquenta anos atrás...”, o que achei um jeito fantástico de começar uma frase. Enfim, ele me explicou que queria garantir que a imprensa tipográfica jamais fosse “desinventada”. Isso porque, à medida que começamos a centralizar os serviços, a centralizar o controle de sistemas de informação, acabamos por “desinventar” a imprensa tipográfica, no sentido de que a *Encyclopedia Britannica* não faz mais livros impressos, mas somente CDs – se você não tiver um computador capaz de ler esses CDs, não tem acesso a esse conhecimento. Agora, no caso da *Encyclopedia Britannica*, isso não faz muita diferença, porque temos a Wikipédia e muitas outras fontes de material. Mas não acho que a sociedade esteja pronta para isso.

Andy: Não sei se a Wikipédia é um recurso tão bom assim. Não confio em nenhuma página que eu mesmo não tenha reescrito.

Jacob: Mas é exatamente como a *Encyclopædia Britannica*. É só uma fonte dentre várias, e o que importa é a verificação dos dados. Eu só quis dizer que não deveríamos promover essa ideia de uma vanguarda, porque isso é muito perigoso.

Julian: Mas espere aí. Por quê? Eu sou um pouco de vanguarda. Qual é o problema?

Jérémie: Não estou falando das vanguardas, só estou dizendo que agora temos novas ferramentas. Nós mencionamos a prensa tipográfica. Outro visionário e amigo meu, Benjamin Bayart, talvez menos conhecido no mundo não francófono, disse: “A prensa tipográfica ensinou as pessoas a ler; a internet ensinou as pessoas a escrever”¹⁵. Isso é algo muito novo, é uma nova capacidade que possibilita que qualquer um escreva e se expresse.

Andy: Sim, mas a filtragem está se tornando ainda mais importante nos dias de hoje.

Jérémie: É verdade, porque hoje todo mundo tem voz, e muita gente só fala besteira. Como diz o acadêmico e ativista Larry Lessig – e, eu suponho, tantos outros professores também –, ensinamos as pessoas a escrever, mas, quando os alunos entregam os trabalhos, mais de 99% são um lixo, e mesmo assim nós os ensinamos a escrever¹⁶. Então, é claro que as pessoas vão falar muita bobagem na internet – isso é óbvio. Mas poder usar essa capacidade de se expressar em público faz com que as pessoas tenham de elaborar seus discursos, e isso, com o tempo, as capacita cada vez mais a participar de discussões complexas. E todos esses fenômenos que estamos descrevendo se desenvolvem ao redor da complexidade projetada, que precisamos segmentar em partes pequenas para sermos capazes de entender e discutir com calma. Não é uma questão de vanguarda política, e sim de canalizar, através do sistema político, essa nova capacidade de nos expressar que está em nossas mãos, de divulgar as nossas ideias, de participar do processo de compartilhamento do conhecimento sem precisarmos nos afiliar a nenhum partido político, sem sermos membros de alguma empresa de mídia ou de qualquer estrutura centralizada que seja (sem os quais não era possível se expressar no passado).

¹ Sopa é a abreviatura de Stop Online Piracy Act [Lei de Combate à Pirataria On-line] e Pipa, de Protect Intellectual Property Act [Lei de Prevenção a Ameaças On-line Reais à Criatividade Econômica e de Roubo de Propriedade Intelectual]. Ambas são leis propostas nos Estados Unidos que ficaram mundialmente conhecidas no início de 2012. Trata-se de expressões legislativas transparentes do desejo da indústria de conteúdo, representada por entidades como a Recording Industry Association of America, de garantir globalmente a aplicação das leis de propriedade intelectual com o maior rigor possível, em resposta à livre distribuição de conteúdo cultural na internet. Ambas as leis propuseram amplos e rigorosos poderes de censura da rede a órgãos norte-americanos de manutenção da ordem, que ameaçaram “quebrar a internet” e foram alvo da ira de parcelas substanciais da comunidade on-line internacional, provocando uma intensa reação de atores industriais com interesse na internet livre e aberta. No início de 2012, Reddit, Wikipédia e vários milhares de outros sites interromperam seus

serviços em protesto a essas leis, instigando uma intensa pressão do público contra os representantes do governo. Outros prestadores de serviços on-line, como o Google, encorajaram as petições. Em consequência, as duas leis foram suspensas e serão sujeitas a reconsideração e debate para decidir se de fato representam a melhor abordagem para o problema da propriedade intelectual na internet. O episódio é considerado a primeira grande revelação do poder do *lobby* da indústria da internet sobre as determinações do Congresso norte-americano.

- 2 Ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- 3 Acta é a abreviatura de Anti-Counterfeiting Trade Agreement [Acordo Comercial Antifalsificação], um tratado internacional multilateral negociado em sigilo ao longo de anos, sob a liderança dos Estados Unidos e do Japão, e que institui, entre outras determinações, novas obrigações draconianas visando a proteger a propriedade intelectual. Esboços iniciais do acordo foram revelados ao público em 2008 depois de terem vazado por meio do WikiLeaks, provocando enormes protestos dos ativistas e defensores da cultura livre na internet. Ver a seção do Acta no WikiLeaks, em: <wikileaks.org/wiki/Category:ACTA>. Comunicados diplomáticos norte-americanos compartilhados com a La Quadrature Du Net pelo WikiLeaks no início de 2011 demonstraram que o Acta foi negociado em sigilo para que a criação de rigorosíssimas regras de administração de IPs – que posteriormente poderiam ser impostas à força aos países mais pobres excluídos do acordo – avançasse rapidamente. Ver “WikiLeaks Cables Shine Light on Acta History”, La Quadrature Du Net, 3 fev. 2011, disponível em: <<http://www.laquadrature.net/en/wikileaks-cables-shine-light-on-acta-history>>. Acesso em 23 out. 2012. Em julho de 2012, após uma campanha liderada pela La Quadrature Du Net e por Jérémie Zimmermann, o Acta foi derrubado no Parlamento europeu.
- 4 O M.A.I.D., (Mutually) Assured Information Destruction [Destruição de Informações (Mutuamente) Assegurada], é “uma estrutura que proporciona um *key escrow* remoto e uma autenticação comprovável, com uma codificação de *distress* [aviso de perigo] opcional. O sistema destrói automaticamente chaves criptográficas caso determinado limite de tempo configurável pelo usuário expire”. Ver: <www.noisebridge.net/wiki/M.A.I.D>. Legislações como a Regulation of Investigatory Powers Act [Lei de Regulação dos Poderes Investigativos] de 2000, ou Ripa, fazem do Reino Unido um regime bastante hostil à criptografia. Sob os termos da Ripa, é possível obrigar as pessoas a decifrar dados ou entregar senhas mediante a solicitação de policiais, sem nenhuma supervisão judicial. Recusar-se a cumprir tal ordem pode resultar em uma acusação criminal. Em um julgamento resultante, se o réu alegar que se esqueceu da senha, ele será sujeito à inversão do ônus da prova – para evitar ser condenado, o réu deve provar que se esqueceu da senha. Juristas argumentam que isso equivaleria, na prática, a uma admissão de culpa. Comparativamente, apesar de haver muito litígio referente às mesmas questões nos Estados Unidos e a situação estar muito longe do ideal, a evocação da Primeira e da Quarta Emendas em circunstâncias similares tem tido muito mais sucesso. Ver o relatório “Freedom from Suspicion, Surveillance Reform for a Digital Age”, publicado pela *Justice*, 4 nov 2011, disponível em: <www.justice.org.uk/resources.php/305/freedom-from-suspicion>. Para saber mais sobre o sistema de arquivos *rubberhose*, ver Suelette Dreyfus, *The Idiot Savants’ Guide to Rubberhose*, cit. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- a Referência à criptografia negável. (N. T.)
- 5 Um arquivo da antiga lista de discussão Cypherpunk pode ser baixado em: <<http://cryptome.org/cpunks/cpunks-92-98.zip>>. Tim May foi um dos membros fundadores dessa lista. Ver, de sua autoria, *Cyphernomicon*, uma seção de perguntas e respostas sobre a história e a filosofia dos cypherpunks, disponível em: <www.cypherpunks.to/faq/cyphernomicon/cyphernomicon.html>. Ambos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- 6 “Proposed US Acta Plurilateral Intellectual Property Trade Agreement (2007)”, WikiLeaks, 22 maio 2008, disponível em: <wikileaks.org/wiki/Proposed_US_ACTA_multi-lateral_intellectual_property_trade_agreement_%282007%29>. Acesso em 21 out. 2012.
- 7 Cf. Electronic Frontier Foundation, “Massive Takedown of Anti-Scientology Videos on YouTube”, 5 set. 2008, disponível em: <<http://www.eff.org/deeplinks/2008/09/massive-takedown-anti-scientology-videos-youtube>>. Acesso em 16 out. 2012.
- 8 Cf. WikiLeaks, “EU-India Free Trade Agreement draft, 24 Feb 2009”, 23 jun. 2009, disponível em: <wikileaks.org/wiki/EU-India_Free_Trade_Agreement_draft,_24_Feb_2009>. Acesso em 21 out. 2012.
- 9 O termo *peer-to-peer*, ou P2P, se refere a uma rede na qual cada computador pode atuar como um cliente ou como um servidor para todos os outros. Nesse sistema, cada computador pode, portanto, tanto fornecer quanto receber informações, possibilitando o rápido compartilhamento de conteúdo, como músicas, vídeos, documentos e qualquer outro tipo de informação digital.
- 10 A computação em nuvem se refere a uma situação em que muitas das funções tradicionalmente realizadas por um computador, como o armazenamento de dados (inclusive dados dos usuários para aplicações diversas), hospedagem e execução de software, bem como o fornecimento do poder de processamento necessário para rodá-lo, são realizadas remotamente, fora do computador, “na nuvem” – em geral por empresas que oferecem serviços de computação em nuvem pela internet. Em vez de um computador pessoal completo, tudo o que o usuário precisa é de um dispositivo capaz de

acessar a internet, que promove todo o resto. A metáfora “na nuvem” mascara o fato de que todos os dados e metadados dos usuários ficam armazenados em um computador remoto em algum centro de dados, muito provavelmente controlado por uma grande empresa como a Amazon e, portanto, no lugar de o usuário ter o controle total sobre seus dados, alguém detém esse controle.

- 11 Ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- b Inaugurado em 1915 justamente como um “mercadinho de esquina” no interior de Idaho, o hipermercado Safeway possui hoje uma rede de nada menos que 1.678 lojas, espalhadas pelos Estados Unidos e pelo Canadá. (N. T.)
- 12 O Diaspora é uma rede social que possibilita ao usuário atuar como o próprio servidor instalando o software homônimo, permitindo-lhe manter o controle dos próprios dados. Foi criado como uma alternativa ao Facebook, visando proteger a privacidade dos usuários. Além disso, o Diaspora não tem fins lucrativos e é de propriedade dos usuários: <diasporaproject.org>.
- 13 O Napster original (1999-2001) foi um serviço *peer-to-peer* pioneiro de compartilhamento de música. Ele se tornou incrivelmente popular, mas logo foi fechado por ações judiciais, acusado, pela Recording Industry Association of America, de infringir as leis de direitos autorais. Depois de o serviço pedir falência, o nome Napster foi comprado e usado para abrir uma loja on-line de músicas.
- 14 Ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- 15 Benjamin Bayart é o presidente da French Data Network, o mais antigo provedor de internet ativo da França e um defensor da neutralidade da rede e do software livre. Ver sua entrada na Wikipédia (em francês): <fr.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Bayart>. Acesso em 15 out. 2012.
- 16 Lawrence “Larry” Lessig é um acadêmico e ativista norte-americano mais conhecido por suas opiniões sobre os direitos autorais e a cultura livre. Ver seu blog pessoal: <lessig.tumblr.com>. Acesso em 15 out. 2012.

INTERNET E ECONOMIA

Julian: Eu gostaria de analisar três liberdades básicas. Quando entrevistei o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah...

Jacob: Cadê o maldito ataque de *drones*? O que está acontecendo por lá?^a

Julian: Bom, ele está numa espécie de prisão domiciliar também, porque não pode sair de seu esconderijo secreto.

Jacob: Acho que eu não faria essa comparação. Por favor, não faça essa comparação.

Julian: Há a questão de o Hezbollah ter se tornado ou não um Estado, de se teria os ingredientes para tanto. Os comunicados diplomáticos norte-americanos mencionam isso, que o Hezbollah desenvolveu a própria rede de fibra óptica no sul do Líbano¹. O grupo, de fato, possui os três principais ingredientes de um Estado: controle sobre as forças armadas em determinada região, controle sobre uma infraestrutura de comunicações e controle sobre uma infraestrutura financeira. E também podemos pensar nesses elementos como três liberdades básicas: a liberdade de circulação, isto é, a capacidade de transitar de um lugar ao outro sem ser atacado por forças armadas; a liberdade de pensamento e a liberdade de comunicação, que é inerente à primeira^b – se você for ameaçado por falar em público, o único jeito de proteger o seu direito de se comunicar é fazê-lo em particular –; e, por fim, a liberdade de interação econômica, que também se relaciona intimamente (tal qual a liberdade de comunicação) à privacidade das interações econômicas. Então vamos falar um pouco sobre essas ideias, pensando que desde os anos 1990 os cypherpunks vêm tentando proporcionar essa terceira liberdade tão importante, a liberdade de interação econômica.

Jérémie: Mas por que se limitar a apenas três liberdades? A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia inclui mais.

Julian: A privacidade passa a ser importante ou do ponto de vista comunitário, segundo o

qual as pessoas precisam dela para se comunicar e pensar livremente, ou do ponto de vista econômico, segundo o qual as pessoas precisam da privacidade para interagir economicamente. Então acho que sim, há mais liberdades derivadas, mas essas – as três primeiras que mencionei – são as fundamentais, das quais as outras derivam.

Jérémie: Bom, há uma definição legal para a liberdade fundamental.

Julian: Mas eu li a Carta Europeia e posso dizer que é um verdadeiro caos no que se refere a consenso.

Jérémie: Sim, de fato, tanto que os lobistas conseguiram incluir a propriedade intelectual nela.

Julian: Todo tipo de maluquice.

Andy: Mas acho que podemos todos concordar em um ponto, o de que o sistema monetário, a infraestrutura econômica para o intercâmbio monetário, está num estado lastimável. E até uma pessoa que só tem uma conta no eBay concordaria com isso sem pestanejar, porque o que o Paypal, a Visa e o MasterCard estão fazendo, na prática, é forçar uma situação de monopólio. Os comunicados diplomáticos norte-americanos aos quais o WikiLeaks teve acesso também revelavam que o governo russo tentou negociar para que os pagamentos de seus cidadãos à Visa e ao MasterCard realizados dentro da Rússia fossem processados no próprio país, e ambas as empresas se recusaram².

Julian: Sim, o poder combinado da embaixada dos Estados Unidos e da Visa foi suficiente para impedir até mesmo a Rússia de implementar o próprio sistema nacional de pagamento de cartões no país.

Andy: O que significa que até os pagamentos feitos por cidadãos russos em lojas russas serão processados em centros de dados norte-americanos. E isso quer dizer que o governo dos Estados Unidos terá um controle jurisdicional sobre isso, ou pelo menos uma ideia do que está se passando.

Julian: Pois é, e aí, quando Putin sair para comprar uma Coca-Cola, trinta segundos depois Washington já estará sabendo.

Andy: E essa, naturalmente, é uma situação bastante insatisfatória, independente de eu gostar ou não dos Estados Unidos. É extremamente perigoso armazenar todos os pagamentos em uma localização central, porque isso é um verdadeiro convite para todo tipo de utilização desses dados.

Jacob: Um dos pontos fundamentais que os cypherpunks reconheceram é o fato de a

arquitetura efetivamente determinar a situação política, de forma que, se tivermos uma arquitetura centralizada, mesmo que as melhores pessoas do mundo estejam no controle dela, essa centralização é um verdadeiro ímã de pessoas mal-intencionadas, que usam o poder de maneiras que os designers originais jamais usariam. E é importante saber que a motivação para isso é monetária.

Julian: É o que acontece com os poços de petróleo na Arábia Saudita, a maldição do petróleo.

Jacob: Dá para ver, por toda parte, especialmente nos sistemas financeiros, que, na prática, mesmo que as pessoas tenham as melhores intenções, isso não faz diferença. A arquitetura é a verdade. É a verdade da internet no que se refere às comunicações. São os chamados sistemas de interceptação legal, que não passam de um termo bonito para dizer “espionagem”...

Julian: Interceptação legal é um eufemismo.

Jacob: Com certeza, assim como assassinato legal.

Andy: Ou tortura legal.

Jacob: Vocês ouviram falar dos ataques legais de *drones* a cidadãos norte-americanos autorizados pelo presidente Obama? Quando ele matou o filho de dezesseis anos de Anwar al-Awlaki no Iêmen, aquilo foi um assassinato legal, ou um assassinato seletivo, nos termos deles³. A chamada interceptação legal é exatamente a mesma coisa – basta colocar a palavra “legal” depois de qualquer substantivo e de repente a coisa se legitima só porque o Estado se envolve nesse tipo de ação. Mas na verdade é a arquitetura do Estado que permite que eles façam isso tudo, é a arquitetura das leis e a arquitetura da tecnologia, bem como a dos sistemas financeiros.

Os cypherpunks queriam criar sistemas que nos permitissem pagar uns aos outros de maneira verdadeiramente livre, na qual a interferência seria impossível. Como as moedas chaumianas, as moedas eletrônicas criadas de acordo com as especificações de David Chaum, o criador do eCash, uma moeda eletrônica completamente anônima – apesar de ser possível argumentar que elas são mais centralizadas do que seria necessário. A ideia é poder criar moedas anônimas, em oposição a Visa/MasterCard, que representam uma moeda possível de ser rastreada. Apesar de se basearem em uma autoridade central, as moedas chaumianas usam protocolos criptográficos concebidos por David Chaum para garantir o anonimato das transações⁴.

Julian: Então seria basicamente um dinheiro eletrônico, mas sem, digamos, o número de série nas notas.

Jacob: Ou com números de série que permitam validar a moeda, mas sem deixar que

ninguém saiba que Julian pagou Andy ou qual foi o valor dessa transação.

Jérémie: Na prática, é a recriação do dinheiro no mundo digital.

Julian: É de extrema importância criar uma moeda eletrônica justamente porque o controle dos meios de pagamento constitui um dos três ingredientes do Estado, como eu estava dizendo em relação ao Hezbollah. Se retirarmos o monopólio estatal dos meios de interação econômica, removeremos um dos três principais ingredientes do Estado. No modelo do Estado como uma máfia, no qual o Estado não passa de um esquema de extorsão, ele tira o dinheiro das pessoas de todas as maneiras possíveis. É importante para o Estado poder controlar os fluxos monetários, possibilitando assim a arrecadação de dinheiro, mas também para simplesmente controlar o que as pessoas fazem – dando incentivos aqui, removendo acolá, banindo completamente determinadas atividades, organizações ou interações entre certas organizações. Assim, por exemplo, no caso do extraordinário bloqueio financeiro contra o WikiLeaks, não foi o livre-mercado que tomou essa decisão, porque, afinal, não estamos em um livre-mercado – a regulamentação governamental concedeu a determinados atores financeiros o *status* de reis e não permite que outros entrem no mercado. A liberdade econômica foi violada por um grupo de elite com o poder de influenciar tanto a legislação quanto os princípios envolvidos na atuação desses bancos⁵.

Andy: É triste dizer, mas esse é o problema insolúvel do mundo eletrônico atualmente. Duas companhias de crédito, ambas com uma infraestrutura eletrônica de autorização centralizada nos Estados Unidos – o que implica acesso aos dados na jurisdição norte-americana –, controlam a maioria dos pagamentos em cartão de crédito do planeta. Empresas como o Paypal, que também atuam sob a jurisdição norte-americana, aplicam as políticas do país, seja bloqueando a venda de charutos cubanos por parte de varejistas on-line alemães ou os pagamentos ao WikiLeaks em jurisdições não norte-americanas. Isso significa que o governo dos Estados Unidos tem acesso aos dados, além da opção de impor controles aos pagamentos internacionais. Apesar de os cidadãos norte-americanos poderem argumentar que essa é a melhor democracia que o dinheiro pode comprar, para os cidadãos europeus isso simplesmente “não tem preço”.

Julian: No nosso mundo tradicional, tivemos a liberdade de circulação em certa extensão, em alguns casos não muito expressiva.

Jacob: Tem certeza, Julian? Acho que a nossa liberdade de circulação é um exemplo clássico de quão livres somos.

Julian: Bom, o Reino Unido acabou de anunciar que colocará 100 mil pessoas por ano na minha situação⁶. Então acho que eles não estão ligando muito para isso.

Jacob: Foi por essa razão que os fundadores do meu país atiraram nos ingleses. Nós

atiramos nos ingleses por uma razão. E essa razão se mantém até hoje! A tirania é concreta.

Jérémie: Não vamos levar isso para o lado pessoal.

Andy: O que o seu país, os Estados Unidos, está fazendo agora é privatizar as prisões e negociar contratos, de forma a garantir uma taxa de ocupação de 90% às empresas privadas que passaram a administrar essas prisões, que antes eram públicas⁷. Bom, e o que dizer disso? O capitalismo chegou ao cúmulo do absurdo.

Julian: E aí existem mais pessoas nas prisões norte-americanas do que na União Soviética.

Jacob: Isso é uma falácia, porque, se eu discordo de alguma coisa que seja errada, você pode sugerir que faço parte de algo igualmente errado. Não estou sugerindo meu país seja perfeito. Mas acho que os Estados Unidos são incríveis em vários aspectos, especificamente no que se refere à retórica dos fundadores...

Julian: A retórica dos fundadores tem passado por um processo claro de dissolução nos últimos dez anos.

Jacob: Não vamos esquecer que grande parte da percepção sobre a retórica dos fundadores é mítica e devemos tomar cuidado para não idolatrá-los. Então, sim, é claro. Tudo o que eu quis dizer com o meu comentário sobre a tirania britânica e a situação que Julian foi forçado a viver é que isso na verdade é uma coisa cultural. É aqui que entra a sociedade e é aqui que ela assume uma enorme importância. É muito difícil para a tecnologia suplantar isso. E as questões financeiras são o ponto mais perigoso para se lidar. A pessoa que criou a outra moeda eletrônica, o bitcoin, teve suas razões para querer manter o anonimato – você não vai querer ser a pessoa que inventou a primeira moeda eletrônica realmente eficaz⁸.

Julian: Os caras que criaram o e-gold acabaram sendo processados criminalmente nos Estados Unidos⁹.

Jacob: Isso tudo é incrivelmente frustrante.

Julian: Eu queria retomar as três liberdades fundamentais: a liberdade de comunicação, a liberdade de circulação e a liberdade de interação econômica. Se olharmos para a transição da nossa sociedade global para a internet, quando fizemos essa transição a liberdade de circulação pessoal permaneceu basicamente inalterada. A liberdade de comunicação foi enormemente expandida em alguns aspectos, no sentido de que agora podemos nos comunicar com um número muito maior de pessoas; por outro lado, ela também foi enormemente reduzida, porque não temos mais privacidade e as nossas comunicações podem ser interceptadas, armazenadas e, como resultado, usadas contra nós. Então a interação elementar que temos fisicamente com as pessoas acabou se degradando.

Andy: A privacidade é possível, mas tem seu custo.

Julian: Nossas interações econômicas sofreram exatamente as mesmas consequências. Então, em uma interação econômica tradicional, quem fica sabendo disso? As pessoas que te viram ir ao mercado. Hoje, quem fica sabendo da sua interação econômica? Se você compra alguma coisa do seu vizinho com seu cartão Visa, uma transação que poderia ter sido feita em um mercado tradicional de maneira quase completamente privada, quem fica sabendo?

Jacob: Todo mundo.

Julian: Todo mundo fica sabendo. Todas as principais potências ocidentais compartilham dados e os armazenam para sempre, então todas elas ficam sabendo a respeito.

Andy: Julian, não que o que você está dizendo esteja errado, mas não me parece que você faz uma distinção clara entre a liberdade de comunicação e a liberdade de interação econômica, porque a internet que temos hoje é a infraestrutura para todas as nossas interações, sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas...

Jacob: E sem dúvida a liberdade de circulação.

Andy: Não importa qual seja a arquitetura de comunicação, o dinheiro não passa de bits. Essa é só uma utilização da internet. Então, se o sistema econômico se baseia na infraestrutura eletrônica, essa arquitetura acaba refletindo o modo como o dinheiro flui, como ele é controlado, como ele é centralizado e assim por diante. No começo, talvez ninguém tenha pensado que a internet seria a infraestrutura para tudo, mas a lógica econômica disse: “Bom, sai mais barato fazer isso pela internet”. Os bancos e as empresas de cartão de crédito tinham caixas eletrônicos com interface X.25, que há dez ou vinte anos era uma rede separada, e agora é tudo TCP/IP, porque sai mais barato ¹⁰. Então a arquitetura da tecnologia está se transformando em um fator fundamental, capaz de afetar todas as outras áreas, e é isso que precisamos repensar. Quero dizer, se quisermos uma forma de economia descentralizada para lidar com nossos pagamentos, precisamos ter algum controle dessa infraestrutura.

Jacob: O bitcoin é basicamente uma moeda eletrônica.

Andy: Sem nenhuma inflação.

Jacob: Isso tende a ser feito de maneira descentralizada, então, em vez de ter um Banco Central, temos um bando de pessoas no mundo inteiro que decidem em consenso qual é a realidade e qual é o câmbio atual.

Julian: E existem alguns programas de computador para facilitar isso.

Jacob: Gostaria de explicar isso sem ser técnico demais. Estamos falando de uma moeda eletrônica que é mais como uma mercadoria do que como uma moeda, no sentido de que são as pessoas que determinam qual é a cotação do euro para o bitcoin ou vice-versa. Então é um pouco como o ouro nesse sentido, e existe também o custo de “minerar” os bitcoins, um processo no qual você faz uma busca em um computador para encontrá-los, e a ideia é que essa complexidade computacional é vinculada ao valor da coisa. Então, dito de forma simples, é um jeito de eu enviar dinheiro ao Julian e do Julian confirmar o recebimento sem que o Andy possa interferir ou impedir a transação. Mas o conceito também tem seus problemas – na verdade, não se trata de uma moeda completamente anônima, o que é péssimo, na minha opinião.

Julian: É um híbrido bastante interessante, já que os usuários são completamente privados e é muito fácil criar uma conta, mas as transações feitas por toda a economia do bitcoin são completamente públicas. E é assim que funciona; tem de ser assim, para que todos possam concordar que uma transação foi efetivada, que a conta que fez o pagamento agora tem menos dinheiro do que antes e que a conta de destino agora tem mais dinheiro. Essa é uma das poucas maneiras de operar um sistema monetário distribuído que não requer um servidor central, o que seria um alvo atraente para um controle repressor. A grande inovação do bitcoin é sua distribuição e os algoritmos que a possibilitam, baseados na premissa de que não se pode confiar em nenhuma parte, por assim dizer, da rede bancária do bitcoin. Em vez disso, a confiança é distribuída. E a observância das regras não é imposta por meio de leis, regulamentações ou auditorias, mas sim pela dificuldade computacional criptográfica pela qual cada parte dessa rede deve passar para provar que realmente está fazendo o que alega fazer. Então a observância da honestidade no sistema “bancário” do bitcoin está imbuída em sua própria arquitetura. A computação se traduz em custos de eletricidade para cada agência do banco Bitcoin, de forma que é possível atribuir o custo de cometer uma fraude em termos de preços de energia elétrica. O trabalho necessário para cometer uma fraude é configurado para ser maior em termos de custos de eletricidade do que o benefício econômico resultante dessa fraude. É uma coisa muito inovadora, não porque essas ideias não tenham sido exploradas antes (estudiosos vêm teorizando sobre isso há mais de vinte anos), mas porque na prática o bitcoin conseguiu o equilíbrio certo e incluiu uma ideia bastante inovadora para comprovar um verdadeiro consenso global em relação às transações na economia bitcoin, mesmo presumindo que muitos bancos foram fraudulentos e que qualquer pessoa poderia abrir um banco.

Naturalmente, como qualquer outra moeda, é preciso comprá-la de alguém, com trabalho ou trocando bitcoins por outra moeda – alguns grupos de câmbio internacional fazem isso. Há também outras limitações. A transação leva cerca de dez minutos – dez minutos de processamento computacional entre a entrega da moeda e aquele que a recebeu verificar que há um consenso global de que a transação de fato ocorreu. É exatamente como o dinheiro vivo, com todos os problemas de roubo que ele tem. Mas também com todos os benefícios:

uma vez que você tem certeza de que foi pago, o cheque não pode mais ser cancelado, o banco não pode mais sustá-lo. As relações das forças repressoras são rompidas. Por outro lado, você precisa guardar bem o seu dinheiro. Acho que esse é o maior problema. Mas é relativamente fácil criar camadas adicionais de segurança, criar contas de caução para guardar seus bitcoins em um serviço especificamente criado para mantê-los seguros ou contratar um seguro contra roubo.

Jacob: É interessante notar que, se o pessoal que criou o bitcoin tornasse compulsória a utilização do Tor, para que usuário não criasse uma conta mas sim alguns identificadores criptográficos, seria possível manter o anonimato em termos de localização, caso o design incorporasse mecanismos para que tudo passasse pelo Tor, mesmo com identificadores de longo prazo que possibilitessem identificar os usuários e suas transações.

Jérémie: Sem entrar nas questões técnicas, seria possível concordar que o bitcoin conta com excelentes conceitos, embora existam algumas falhas. Ele tem uma natureza deflacionária, porque o dinheiro tende a desaparecer do Bitcoin e, portanto, o sistema não poderá funcionar no longo prazo. Mas estabelece conceitos que podem ser melhorados. Eu diria que o sistema provavelmente está na versão 0.7 ou 0.8.

Jacob: É algo como o David Chaum reinventado¹¹.

Andy: Eu diria que o bitcoin foi a melhor tentativa nos últimos dez anos de criar uma moeda digital.

Julian: Eles praticamente acertaram no equilíbrio. Acho que o bitcoin vai sobreviver. É uma moeda eficiente, dá para abrir uma conta em dez segundos e não há despesas indiretas para a transferência de dinheiro além do custo da conexão com a internet e alguns minutos de energia elétrica. É um conceito altamente competitivo em comparação com quase todas as outras formas de transferência de moeda. Acho que o bitcoin vai prosperar. Vejam o que aconteceu depois de vários furtos no Bitcoin e da decorrente repercussão negativa na imprensa no verão de 2011, que derrubou a taxa de câmbio para três dólares norte-americanos¹². O bitcoin se recuperou aos poucos e hoje está valendo doze dólares. Ele não se recuperou de repente, mas em uma curva gradual que parece refletir uma ampla demanda pela moeda. Suspeito que muito da demanda seja para pagar pequenas vendas de drogas, maconha pelo correio e assim por diante¹³. Mas o bitcoin tem poucos custos indiretos. Vários provedores de internet, especialmente em locais de difícil acesso aos serviços de cartão de crédito, como a antiga União Soviética, estão começando a usá-lo.

Se ele continuar a crescer, isso levará a sérias ações repressivas. Isso não destruirá o bitcoin, porque a criptografia impede qualquer ataque simples por parte das forças repressoras, mas os serviços de câmbio internacional para a conversão do bitcoin podem ser vigiados com muito mais facilidade. Por outro lado, essas interações podem ser feitas em qualquer lugar do mundo, então seria preciso envolver um bom número de jurisdições para acabar com as

transações de forma definitiva, e o mercado negro tem sua própria lógica de câmbio. Acho que o que o bitcoin precisa fazer é tentar ser adotado pelos provedores de internet e pela indústria de serviços na internet, para comprar aqueles joguinhos do Facebook, por exemplo, porque o sistema é tão eficiente que, se ele for bem aceito por uma variedade de indústrias, elas formarão um *lobby* para impedir que ele seja banido. É um pouco o jeito como a criptografia foi adotada. Costumavam classificá-la como comércio de armas – e alguns de nós fomos rotulados como comerciantes armas –, mas uma vez que a criptografia foi incorporada aos navegadores e aos bancos, formou-se um *lobby* poderoso o suficiente para impedir que ela fosse banida – apesar de eu ter de admitir que outros ataques estão sendo preparados.

Jacob: O problema é que as considerações relativas à privacidade estão equivocadas. Vamos ser sinceros. É errado sugerir que os fatores econômicos da situação são diferentes com e sem a internet. Para vir para cá, comprei libras esterlinas e tive de informar meu número da previdência social, que me identifica nos Estados Unidos. Tive de informar meu nome, vincular a transação a uma conta bancária e dar dinheiro a eles, que por sua vez registraram todos os números de série e relataram todas essas informações ao governo federal. Então esse é o correspondente. Na verdade, é mais difícil obter moeda estrangeira nos Estados Unidos porque estamos muito distantes do resto do mundo. Mas existe essa tendência histórica de controlar a moeda, e não é só na internet que vemos esse controle. Na verdade, até onde sei, alguns caixas eletrônicos de bancos registram os números de série das notas e as rastreiam para analisar o fluxo do dinheiro, ver onde ele foi gasto e quem o gastou.

Se analisarmos esses sistemas em comparação com a internet, a migração para a rede não melhorou a privacidade – na verdade, ela continua tão vulnerável quanto antes. Então, penso que é muito importante analisar as tendências do mundo pré-internet e ver para onde estamos avançando. Aí vemos que, se você tiver muito dinheiro, pode pagar para manter sua privacidade, mas, do contrário, é quase certo que não terá privacidade alguma. E a situação é ainda pior na internet. Um sistema como o Bitcoin representa um passo na direção certa porque, quando combinado com um canal de comunicações anônimas – como, por exemplo, o Tor –, seria possível enviar bitcoins ao WikiLeaks por meio do Tor, e uma pessoa observando essa transação só veria um usuário do Tor enviando bitcoins e você recebendo esse bitcoin. É possível fazer isso – e, em certos aspectos, é muito melhor do que o dinheiro.

Julian: Todos nós falamos sobre a privacidade das comunicações e o direito de divulgar informações. É fácil entender isso – a questão tem uma longa história, e os jornalistas adoram falar a respeito, porque estão protegendo os próprios interesses assim. Mas, se compararmos esse valor com o valor da privacidade e da liberdade de interação econômica, a cada vez que a CIA vê uma interação econômica, eles sabem que ela está sendo feita entre tal e tal pessoa ou empresa, desse local para aquele, e também sabem o valor e a importância da interação. Então, será que a liberdade de interação econômica, ou a privacidade nessas interações, não é mais importante que a liberdade de expressão, já que são as interações econômicas que de fato fundamentam toda a estrutura da sociedade?

Jacob: Elas estão inherentemente ligadas. Acho que é possível ver a diferença entre os cypherpunks norte-americanos e os europeus nesse ponto, porque a maioria dos cypherpunks dos Estados Unidos diria que ambas são exatamente a mesma coisa. Porque seria possível argumentar que, em uma sociedade de livre-mercado, as pessoas agem de acordo com os próprios interesses, em vez de ficar só no discurso.

Julian: O dinheiro é colocado onde o poder está.

Jacob: Isso mesmo. Não estou dizendo que isso seja certo, é quase a atitude justa para a questão, mas talvez não seja o que queremos. Talvez queiramos um capitalismo socialmente limitado, por exemplo.

Julian: Olhando de uma simples perspectiva de inteligência... Suponha que você tenha uma verba de 10 milhões de dólares para o serviço de inteligência. Você pode espionar os emails das pessoas ou ter uma vigilância total das interações econômicas delas. O que você escolheria fazer?

Andy: Bom, nos dias de hoje eles diriam: “Tudo bem, podemos simplesmente forçar as empresas de pagamento e os bancos a usar a internet, e assim teremos os dois”. E foi o que eles fizeram. Então a questão é que não tem como fugir diretamente disso. Podemos tomar medidas como usar o Tor para proteger nossas comunicações, podemos criptografar nossos telefonemas ou enviar mensagens por vias seguras. Já no caso do dinheiro, é muito mais complicado, envolve coisas como leis de lavagem de dinheiro e assim por diante, e eles nos dirão que o tráfico de drogas e as organizações terroristas estão abusando da infraestrutura para fazer o mal.

Jacob: São os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse.

Andy: Na verdade eu me interessaria muito em ter mais transparência para saber como as empresas de vigilância e o governo estão investindo nessa área. A questão é: o que compramos quando proporcionamos um anonimato total só para o sistema monetário? O que de fato aconteceria? Acho que isso poderia levar a áreas interessantes nas quais as pessoas dirão: “Bom, quer saber? Eu posso me manifestar, posso ir ao parlamento, mas também posso simplesmente comprar alguns políticos...”.

Jérémie: Você está descrevendo os Estados Unidos, certo?

Jacob: Não tem nada de anônimo nisso.

Andy: Não sei ao certo se isso se limita aos Estados Unidos. Na Alemanha, nós não chamamos isso de corrupção, mas sim de fundações que compram quadros pintados pelas esposas dos políticos, de forma que a coisa chegou ao comércio de arte e a outras áreas. Então

podemos ter nomes melhores para o fenômeno. Talvez na França vocês chamem de “festa entre amigos”, enquanto outros países chamem de “contratação de prostitutas”.

Jérémie: Nos Estados Unidos a situação é especial, porque o vínculo entre o sistema político e o dinheiro é muito estreito. Larry Lessig disse, depois de dez anos trabalhando com direitos autorais, que desistiu de tentar consertá-los (embora nunca tenha desistido por completo) porque descobriu que o problema não estava no desconhecimento por parte dos políticos no que se refere a uma boa política de direitos autorais, mas no fato de que havia um número enorme de vínculos com os atores industriais que vinham forçando um regime equivocado para os direitos autorais¹⁴. O problema é muito concreto.

Julian: Tem certeza de que isso é um problema, Jérémie? Pode até ser bom que essas indústrias sejam produtivas...

Andy: Lá vem o advogado do diabo de novo...

Jacob: Vamos ver se desta vez ele consegue terminar a frase sem cair na risada. Pode mandar bala, mestre dos trolls!

Julian: Essas indústrias produtivas, que produzem riqueza para a sociedade como um todo, usam uma parte do dinheiro para se certificar de que vão continuar sendo produtivas, derrubando leis sem sentido provenientes da máquina de criação de mitos políticos alimentada pela badalação. E a melhor maneira de fazer isso é, de fato, comprar congressistas para pegar a mão de obra de sua indústria produtiva e usá-la para mudar as leis – e, assim, preservar a natureza produtiva da indústria.

Jacob: Esperem aí. Deixem comigo. Prontos? Prontos? Ái vai, estão prontos? A resposta é não.

Julian: Por quê?

Jacob: Por várias razões, mas, para começar, estamos diante de um ciclo de *feedback* extremamente negativo. Por exemplo, acredito que um dos maiores doadores de campanhas políticas no estado da Califórnia seja o sindicato dos agentes penitenciários, e parte da razão disso é que eles querem fazer *lobby* por leis mais rigorosas, não por se importarem com o estado de direito, mas porque isso leva a incentivos trabalhistas¹⁵. Então, considerando que essas pessoas estão fazendo *lobby* para construir mais prisões, para prender mais pessoas, para que as sentenças sejam mais longas, o que elas estão fazendo na prática? Estão usando o benefício que recebem por um trabalho (supostamente) positivo para expandir o monopólio que o Estado lhes concede.

Julian: Então eles só estão usando o sistema para transferir a riqueza de indústrias

realmente produtivas a indústrias improdutivas?

Jacob: Daria para resumir assim.

Julian: Mas talvez esse seja apenas um pequeno fator. Todo sistema é passível de abuso. Talvez esses caronistas envolvidos na transferência de riqueza sejam apenas um pequeno elemento e, na verdade, a maior parte do *lobby*, a maior parte da influência no Congresso seja proveniente de indústrias produtivas querendo se certificar de que as leis sejam mantidas para que continuem lhes possibilitando ser produtivas.

Jacob: Mas é muito fácil mensurar isso, porque basta ver quais pessoas desejam obter o maior lucro possível e restringir as liberdades alheias para criar uma situação na qual elas mesmas não teriam condições de chegar onde estão agora. Quando elas fazem esse tipo de coisa, você sabe que algo deu errado e elas só estão protegendo o que têm, que basicamente conseguiram por meio da exploração – normalmente apelando às emoções das pessoas quando dizem: “Gente, precisamos impedir os terroristas, precisamos impedir a pornografia infantil e a lavagem de dinheiro, precisamos lutar na guerra contra as drogas”. Talvez essas propostas sejam totalmente razoáveis no contexto em que são originalmente apresentadas, e normalmente o são, porque em geral concordamos que esses fatores são ruins, que há um grave componente em cada um deles.

Andy: Eu gostaria de retomar o tema dos direitos autorais e dar outro exemplo – os sérios problemas que surgiram com o advento dos carros. As empresas de transporte de passageiros que utilizavam cavalos temiam que isso acabaria com os negócios, o que era verdade e fazia muito sentido. Fui convidado para dar uma palestra na associação alemã da indústria cinematográfica e antes de mim um professor de uma universidade de Berlim deu uma palestra bastante polida sobre a evolução da humanidade e o desenvolvimento da cultura, dizendo que a chave é copiar ideias e reprocessá-las, da mesma forma como a essência dos filmes é pegar temas e expressá-los na linguagem dramatúrgica. Depois de quarenta minutos o moderador o interrompeu rudemente dizendo: “Certo, então, depois de o senhor ter acabado de afirmar que deveríamos legalizar o furto, vamos ver o que o sujeito do Chaos Computer Club tem a dizer”. E eu fiquei pensando: “Mas que merda! Se eu disser o que realmente penso, eles não vão me deixar sair daqui vivo!”. Então algumas indústrias simplesmente adotam uma abordagem para os negócios que não ajuda em nada a evolução. É egoísta assumir essa atitude antievolutiva, promovendo o monopolismo. Quando as fitas cassete foram lançadas, também se pensou que seria o fim da indústria fonográfica. E o que aconteceu foi o contrário, a indústria fonográfica teve uma explosão de prosperidade. A questão é: qual é a política aqui? De que maneira positiva poderíamos elaborar essas coisas?

Julian: Eu me pergunto se não seria possível padronizar essa prática nos Estados Unidos e formalizá-la de forma que possamos simplesmente comprar senadores e votos no Senado.

Jérémie: Não, não, não.

Andy: Vamos supor que tenhamos o dinheiro.

Julian: Sim, e que tudo seja aberto e cada comprador vá a um leilão.

Andy: Mas a indústria armamentista ainda teria mais dinheiro.

Julian: Não, acho que não. Acho que o complexo militar-industrial seria relativamente marginalizado, porque sua capacidade de operar entre quatro paredes em um sistema fechado à licitação no mercado geral na verdade é maior que a das outras indústrias.

Jacob: O sistema tem uma desigualdade fundamental.

Jérémie: De um ponto de vista econômico liberal e antimonopolista, quando você diz: “Vamos permitir que os atores dominantes decidam quais serão as políticas”, posso responder com o exemplo da história da internet nos últimos quinze anos, quando a inovação era feita de baixo para cima, quando novas práticas surgiam do nada, quando dois sujeitos numa garagem inventavam uma tecnologia que acabava se espalhando.

Julian: Para praticamente tudo, para a Apple, para o Google, para o YouTube, para tudo.

Jérémie: Para tudo. Tudo o que aconteceu na internet simplesmente explodiu depois de ter passado meses ou anos sem ser conhecido, então não dá para prever qual será a próxima inovação, e a inovação avança muito mais rapidamente do que o processo de elaboração de políticas. Assim, quando você cria uma lei capaz de afetar o mercado hoje, afetar a intensidade do vínculo entre várias empresas e atores, se você fortalecer alguém que já é forte, pode impedir a aparição de um novo concorrente que poderia ter sido mais eficiente.

Julian: O mercado precisa ser regulado para ser livre.

Jérémie: É claro que é necessário combater os monopólios, e é necessário ter mais poder do que essas empresas para punir o mau comportamento, mas o meu argumento aqui é que as políticas precisam se adaptar à sociedade, e não o contrário. A guerra dos direitos autorais dá a impressão de que os legisladores tentam forçar a sociedade inteira a mudar para se adaptar a um contexto ditado, digamos, por Hollywood. “Muito bem, o que vocês estão fazendo com a nossa nova prática cultural é moralmente errado, então, se vocês não quiserem parar, vamos criar ferramentas legais para forçá-los a parar de fazer o que vocês consideram bom.” Não é assim que boas políticas são elaboradas. As boas políticas olham para o mundo e se adaptam a ele, para consertar o que está errado e viabilizar o que é bom. Estou convencido de que não é isso o que acontece quando damos aos atores industriais mais poderosos o poder de decidir as políticas.

Andy: Só estou tentando fazer com que a gente pense, de um jeito positivo, o que seria uma boa política. O que você acabou de elaborar, para mim, neste estágio, é um pouco complicado demais. Estou tentando simplificar um pouco. Tem um cara chamado Heinz von Foerster – o padrinho da cibernetica – que elaborou um conjunto de regras, e uma das regras era: “Sempre aja de modo a aumentar as opções”¹⁶. Então, com as políticas, com a tecnologia, com o que for, sempre faça o que levar a mais e não a menos opções.

Julian: Na estratégia do xadrez também.

Andy: Alguém falou aqui que o aumento da privacidade nas transações monetárias poderia ter um efeito negativo, então precisamos nos perguntar: o sistema monetário neste exato momento tem uma lógica específica, então como impedi-lo de assumir o controle de outras áreas? Porque o sistema monetário tem o poder – diferentemente do setor de comunicações – de afetar e restringir completamente as opções das pessoas em outras áreas. Se você puder contratar matadores de aluguel para fazer coisas específicas ou se puder comprar armas e entrar em guerra contra outros países, então você está limitando as opções que as pessoas têm de viver, de agir. Se eu investir em comunicações, mais pessoas terão mais opções. Se eu disponibilizar mais armas no mercado...

Jacob: Não, quanto maior for a sua capacidade de se envolver em atividades de vigilância, mais controle você terá.

Andy: O que é outro bom argumento para impor restrições ao mercado de armamentos, incluindo a tecnologia de vigilância das telecomunicações.

Jacob: É mesmo? Você quer restringir a minha capacidade de vender isso? Como você pensa em fazê-lo? Como você restringiria minha capacidade de transferir riqueza? E como você pensa em restringir minha capacidade de transferir riqueza pelas redes de comunicação? Uma das coisas mais ofensivas dos resgates financeiros nos Estados Unidos – que foram ofensivas para muita gente, por incontáveis razões – foi que eles demonstraram que a riqueza não passa de uma série de bits em um sistema computadorizado. Algumas pessoas, se souberem implorar direito, conseguem ganhar muitos desses bits, então o que isso quer dizer? Qual é o valor do sistema se você pode simplesmente burlá-lo e conseguir mais bits? E as pessoas que estão lá, lutando para sobreviver, são simplesmente ignoradas¹⁷.

Andy: Então você está dizendo que precisamos de um sistema econômico totalmente diferente? Porque nos dias de hoje o valor não é mais vinculado ao valor econômico.

Jacob: Não, estou dizendo que existe um valor econômico.

Andy: Você pode fazer coisas ruins e gerar dinheiro com isso, e pode fazer coisas boas e não

ganhar nenhum centavo.

Jacob: Bom, não é isso. O que estou dizendo é que não dá para desvincular a economia das comunicações. Não estou discutindo se precisamos ou não de um sistema econômico diferente. Não sou economista. Só estou dizendo que há algum valor nos sistemas de comunicação e na liberdade dessas comunicações, da mesma forma como há valor na liberdade de realizar escambos – eu tenho o direito de lhe dar algo em troca do seu trabalho, da mesma forma como tenho o direito de explicar uma ideia e você tem o direito de me dizer o que acha da minha ideia. Não dá para dizer que o sistema econômico existe em algum tipo de vácuo. O sistema de comunicação é diretamente vinculado a ele e é uma parte integral da sociedade.

Se formos seguir essa noção reducionista da liberdade, das três liberdades que Julian mencionou, isso é claramente vinculado à liberdade de circulação – hoje em dia não dá nem para comprar uma passagem de avião sem usar uma moeda rastreável, caso contrário a transação é imediatamente sinalizada. Se você entrar em um aeroporto e tentar comprar uma passagem para o mesmo dia com dinheiro vivo, você é imediatamente visado e será forçado a passar por revistas de segurança extra, não poderá voar sem identificação e, se tiver a infelicidade de comprar sua passagem com um cartão de crédito, eles registrarão tudo – desde o seu endereço IP até o seu navegador. Tive acesso aos dados do Freedom of Information Act para os meus registros no Immigration and Customs Enforcement [Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas] de alguns anos atrás, porque achei que talvez algum dia seria interessante analisar as diferenças. E lá estava o nome de Roger Dingledine, que me comprou uma passagem de avião para algum trabalho, o número do cartão de crédito dele, o endereço onde ele estava quando fez a compra, o navegador que ele usou e todos os detalhes sobre a passagem, tudo consolidado.

Julian: E isso tudo foi para o governo norte-americano, não foi só mantido no processador comercial?

Jacob: Exato. Os dados comerciais foram coletados, enviados ao governo e consolidados. E o que eu acho muito louco é que isso basicamente representa a fusão dessas três coisas das quais você estava falando. Meu direito de viajar livremente, minha liberdade de comprar uma passagem ou o direito de outra pessoa comprar a passagem para mim e a minha liberdade de efetivamente me expressar, já que eu estava viajando para dar uma palestra e, para isso, precisei fazer concessões nas outras duas esferas. E isso tudo acaba afetando minha liberdade de falar, especialmente quando fico sabendo mais tarde que eles coletam e consolidam todas essas informações.

^a Provável referência a um *drone* abatido por Israel no dia 12 de outubro de 2012, que Hassan Nasrallah posteriormente admitiu ter lançado. (N. T.)

- ¹ O WikiLeaks divulgou um grande volume de conteúdo fascinante sobre os comunicados diplomáticos norte-americanos. Para uma discussão interessante, consulte os registros oficiais listados a seguir (organizados por ID de referência do registro): 07BEIRUT1301, em <wikileaks.org/cable/2007/08/07BEIRUT1301.html>; 08BEIRUT490, em <wikileaks.org/cable/2008/04/08BEIRUT490.html>; 08BEIRUT505, em <wikileaks.org/cable/2008/04/08BEIRUT505.html>; 08BEIRUT523, em <wikileaks.org/cable/2008/04/08BEIRUT523.html>. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- ^b Também conhecida como liberdade de consciência, liberdade de opinião ou liberdade de ideia. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”. Não confundir com liberdade de expressão. (N. T.)
- ² Ver o registro oficial ID de referência 10MOSCOW228 no WikiLeaks, em: <wikileaks.org/cable/2010/02/10MOSCOW228.html>. Acesso em 24 out. 2012.
- ³ Para saber mais sobre como o processo legal e justo dos cidadãos norte-americanos Anwar al-Awlaki e seu filho Abdulrahman al-Awlaki foi eliminado, ver Glenn Greenwald, “The Due-Process-Free Assassination of U.S. Citizens is Now Reality” e “The Killing of Awlaki’s 16-Year-Old Son”, *Salon*, 30 set. e 20 out. 2011, disponíveis em: <www.salon.com/2011/09/30/awlaki_6> e <www.salon.com/2011/10/20/the_killing_of_awlakis_16_year_old.son>. “É literalmente impossível imaginar um repúdio mais violento dos fundamentos básicos da República do que o desenvolvimento de um órgão do Poder Executivo sigiloso e totalmente isento de prestar contas que simultaneamente coleta informações sobre todos os cidadãos e aplica uma ‘matriz de disposição’ para decidir como puni-los. Trata-se de uma distopia política clássica transformada em realidade”, Glenn Greenwald, “Obama Moves to Make the War on Terror Permanent”, *The Guardian*, 24 out. 2012, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/oct/24/obama-terrorism-kill-list>>. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- ⁴ Para saber mais a respeito, ver Roger Dingledine e Nick Mathewson (orgs.), *The Anonymity Bibliography: Selected Papers in Anonymity*, disponível em: <freehaven.net/anonbib>. Acesso em 24 out. 2012. A moeda chaumiana é emitida de modo centralizado, mas usa a criptografia para assegurar o anonimato das transações. Ela difere do bitcoin, outra moeda eletrônica (discutida a seguir) que também permite que todas as transações sejam públicas, mas não possui nenhuma autoridade central.
- ⁵ Para saber mais sobre o bloqueio bancário imposto ao WikiLeaks, leia a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- ⁶ Julian se refere aos planos do governo britânico de aumentar a utilização de tags eletrônicas. Ver Jamie Doward, “Over 100,000 Offenders to be Electronically Tagged”, *The Guardian*, 25 mar. 2012, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/society/2012/mar/25/prisons-and-probationcriminal-justice>>. Acesso em 22 out. 2012. No momento desta conversa, Julian estava em regime de prisão domiciliar aguardando o resultado de seu processo de extradição. Depois de ser submetido a um confinamento solitário sem nenhuma acusação formulada em dezembro 2010, a detenção de Julian foi convertida em prisão domiciliar depois de ele ter sido forçado a pagar uma fiança de mais de £300 mil. Uma condição para sua liberdade sob fiança foi seu confinamento em um endereço especificado em um horário definido, e o cumprimento de tal condição foi monitorado por uma tornezeleira eletrônica operada por uma empresa de segurança privada contratada pelo governo britânico. Julian foi forçado a se apresentar diariamente à polícia, em um horário determinado, por mais de 550 dias. No momento da publicação deste livro, Julian está confinado na embaixada equatoriana em Londres, cercado o tempo todo por policiais da London Metropolitan Police. Em junho de 2012, Julian entrou na embaixada em busca de asilo afirmando ser vítima de perseguição política por parte do governo norte-americano e seus aliados. O governo equatoriano lhe concedeu o asilo político em agosto de 2012.
- ⁷ Cf. Rachel Bloom, “Is CCA Trying to Take Over the World?”, *American Civil Liberties Union*, 21 fev. 2012, disponível em: <www.aclu.org/blog/prisoners-rights/cca-trying-take-over-world>; Guest Column, “Passing House Bill will Worsen Already Pressing Civil Rights Issue”, ANNARBOR.com, 2 ago. 2012, disponível em: <<http://www.ann Arbor.com/news/opinion/passing-house-bill-will-worsen-already-pressing-civil-rights-issue/>>. Ver também Paul Harris, “Goldman Sachs to Invest \$9.6m in New York Inmate Rehabilitation”, *The Guardian*, 2 ago. 2012, disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/society/2012/aug/02/goldman-sachs-invest-new-york-jail>>. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- ⁸ O bitcoin é a primeira implementação verdadeiramente bem-sucedida de um conceito cypherpunk clássico: a moeda digital criptográfica. O bitcoin é discutida extensivamente a seguir, mas uma excelente explicação introdutória de suas tecnologia e filosofia pode ser encontrada em Nicolas Mendoza, “Understanding Bitcoin”, Al Jazeera, 9 jun. 2012, disponível em: <www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/05/20125309437931677.html>. Acesso em 22 out. 2012. Ver ainda: <bitcoin.org>.
- ⁹ O e-gold foi a moeda digital de uma empresa de mesmo nome fundada em 1996. Os proprietários foram acusados pelo

Departamento de Justiça dos Estados Unidos de “conspiração para envolvimento em lavagem de dinheiro”. Eles se declararam culpados e receberam sentenças de liberdade condicional, prisão domiciliar e prestação de serviços comunitários. O juiz responsável pelo caso alegou por fim que eles mereciam sentenças lenientes, por não terem originalmente a intenção de se envolver em atividades ilegais. Ver Kim Zetter, “Bullion and Bandits: The Improbable Rise and Fall of E-Gold”, *Wired*, 9 jun. 2009, disponível em: <<http://www.wired.com/threatlevel/2009/06/e-gold/>>. Acesso em 22 out. 2012.

- 10 Antes da internet, a rede X.25 foi a principal rede global existente para a troca de dados, ao lado da rede telefônica. A emissão de faturas para a utilização do X.25 se baseava no volume de dados enviados e recebidos, não na duração da conexão, como acontece em uma rede telefônica. Gateways (chamados de PADs [*packet assemblers/disassemblers*, ou comutadores de pacotes]) possibilitavam se conectar à rede X.25 a partir da rede telefônica com a utilização de modems ou acopladores acústicos. Para mais detalhes, ver entrada relativa na Wikipédia: <en.wikipedia.org/wiki/X.25>. Acesso em 24 out. 2012.
- 11 David Chaum é criptógrafo e inventor de protocolos criptográficos. Foi pioneiro em tecnologias de moedas digitais e lançou o eCash, uma das primeiras moedas eletrônicas criptográficas anônimas.
- 12 Para saber mais sobre o efeito das notícias negativas na imprensa, ver Timothy B. Lee, “Bitcoin Implodes, Falls More than 90 Percent from June Peak”, Arstechnica, 18 out. 2011, disponível em: <<http://arstechnica.com/tech-policy/2011/10/bitcoin-implodes-down-more-than-90-percent-from-june-peak/>>. Acesso em 22 out. 2012.
- 13 Ver, por exemplo, Adrian Chen, “The Underground Website Where You Can Buy Any Drug Imaginable”, *Gawker*, 1º jun. 2011, disponível em: <gawker.com/5805928/the-underground-website-where-you-can-buy-any-drug-imaginable>. Acesso em 22 out. 2012.
- 14 O trabalho inicial de Lawrence Lessig sobre direitos autorais e cultura foi suplantado nos últimos anos por um maior interesse na corrupção da democracia norte-americana por meio de atividades de *lobby* no Congresso. Ver Lawrence Lessig, *The Lessig Wiki*, em: <wiki.lessig.org>. Ver também seu livro sobre direitos autorais e cultura, em idem, *Free Culture: The Nature and Future of Creativity* (Nova York, Penguin, 2004).
- 15 A California Correctional Peace Officers Association é um influente grupo de interesses especiais que rotineiramente doa quantias de sete dígitos nas eleições estaduais, apesar de não ser o maior doador das campanhas. Ver “California Reelin”, *The Economist*, 17 mar. 2011, disponível em: <www.economist.com/node/18359882>, e Tim Cavanaugh, “The Golden State’s Iron Bars”, *Reason*, jul. 2011, disponível em: <<http://reason.com/archives/2011/06/23/the-golden-states-iron-bars>>. Ver também a entrada referente à California Correctional Peace Officers Association no website *Follow The Money*, do National Institute for Money in State Politics: <www.followthemoney.org/database/topcontributor.phtml?u=3286&y=0>. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.
- 16 Heinz von Foerster (1911-2002) foi um cientista austro-americano e um dos criadores da cibernetica. Seu “imperativo ético” ou lema é “aja sempre de forma a aumentar o número de escolhas” ou, em alemão, “Handle stets so, daß die Anzahl der Wahlmöglichkeiten größer wird”.
- 17 Jacob atribui essa observação a John Gilmore.

CENSURA

Julian: Jake, você pode falar um pouco sobre como foi detido nos aeroportos norte-americanos e por que isso aconteceu?

Jacob: Eles alegaram que estavam me detendo porque “eu sei por quê”.

Julian: Mas eles não dizem a razão?

Andy: Posso tentar fazer um resumo, porque a segurança técnica e a segurança dos assuntos do governo são duas coisas completamente diferentes. É possível ter um sistema técnico totalmente seguro e mesmo assim o governo vai achar que não está bom, porque eles acham que segurança é quando eles podem vigiar, controlar, quando podem invadir a segurança técnica. O problema não era que o Jake estava tentando se aproximar das aeronaves para sequestrar-as, matar alguém ou qualquer coisa assim. O problema era o poder dele de afetar os assuntos do governo viajando a outros países, falando para pessoas e divulgando ideias. Esta é a coisa mais perigosa que pode acontecer aos governos nos dias de hoje – as pessoas terem ideias melhores que as políticas deles.

Jacob: Eu entendo totalmente que você está me elogiando, mas gostaria de observar que é muito pior que isso, porque eles coletam esses dados de todo mundo. Isso já acontecia antes de eu começar a fazer qualquer coisa interessante; bastava eu viajar que os próprios sistemas, a arquitetura, promoviam essa coleta de informações. Isso já acontecia antes de eu ser detido, antes de ser deportado do Líbano, antes de o governo norte-americano começar a se interessar por mim.

Andy: Talvez eles tenham previsto isso, talvez eles tenham visto isso antes de você.

Jacob: É claro que sim, em parte em função da coleta desses dados. Mas eles sempre me dão respostas diferentes. Normalmente dizem qualquer coisa como: “Porque nós podemos”. E eu digo: “Tudo bem, eu não questiono a autoridade de vocês – bom, na verdade, eu

questiono, mas não agora –, eu só quero saber por que isso está acontecendo comigo”. E agora as pessoas me dizem o tempo todo “Bom, não é óbvio? Você trabalha no Tor” ou “Você está ao lado do Julian, o que esperava?”. Acho isso fascinante, porque cada uma das diferentes pessoas que estão me detendo – em geral o pessoal do Customs and Border Protection and Immigration and Customs Enforcement nos Estados Unidos – me dá a mesma explicação, alega que o faz por ter a autoridade para isso, acima de qualquer outra coisa. Também ouvi disparates como “Ah, você por acaso se lembra dos ataques de 11 de Setembro? É por isso” ou “Porque queremos que você responda a algumas perguntas e é neste lugar que você tem menos direitos, pode ter certeza”.

E, nessa situação, eles negam o direito a um advogado, negam acesso a um banheiro – mas te dão água, algo para beber, tipo um diurético, para te convencer de que é melhor cooperar de algum jeito. Fazem isso para pressionar, por razões políticas. Eles me perguntaram o que eu acho da Guerra do Iraque, o que eu acho da Guerra no Afeganistão. Basicamente, a cada passo eles repetem as táticas usadas pelo FBI durante o Cointelpro (o amplo programa nacional de operações secretas conduzido entre 1956 e 1971)^a. Por exemplo, eles tentaram impor a autoridade de mudar realidades políticas à minha própria vida, pressionando-me não apenas para mudar essas realidades, mas também para lhes dar acesso especial ao que se passava na minha cabeça. E confiscaram minha propriedade. Prefiro não falar sobre tudo que aconteceu comigo porque estou numa zona cinzenta, muito nebulosa, e não sei direito se posso ou não falar a respeito. Tenho certeza de que isso já aconteceu com outras pessoas, mas nunca ouvi nada a respeito.

Eu estava no Aeroporto Internacional Pearson, em Toronto, voltando para casa após visitar minha família. Estava voltando para Seattle, onde morava na época, e eles me detiveram, me colocaram na triagem secundária, depois na terciária e, finalmente, em uma cela de detenção temporária. E me deixaram lá por tanto tempo que, quando finalmente fui liberado, havia perdido o voo. Mas é curioso, porque essas áreas de pré-detenção, tecnicamente, são solo norte-americano em pleno solo canadense, então ali há uma regra que diz que, se você perder o voo ou a espera for muito longa até o próximo, você deve ir embora. Portanto, na prática fui chutado para fora dos Estados Unidos ao ser detido por tanto tempo e tive de entrar no Canadá, atravessar o país num avião, alugar um carro e cruzar a fronteira por terra. E, quando cheguei à fronteira, eles perguntaram “Quanto tempo você ficou no Canadá?”, e eu respondi “Bom, cinco horas mais o tempo de detenção em Toronto”, então eu tinha ficado umas oito horas no país, e eles disseram “Bom, entre aqui, vamos ter de detê-lo de novo”. Então desmontaram o carro inteiro, pegaram meu computador, revistaram tudo que eu tinha e me detiveram. Eles me deixaram usar o banheiro depois de meia hora, então pode-se dizer que foram muito bonzinhos. Isso é chamado de exceção de vistoria na fronteira^b, e eles afirmam que esse tipo de comportamento decorre do poder que eles têm para tanto – e ninguém contesta esse poder¹.

Julian: Isso aconteceu com você, mas os chineses com quem conversei, quando falam do “Grande Firewall da China”... No Ocidente, falamos sobre isso em termos de censura, a qual impede cidadãos chineses de sair do país, de ler sobre o que é dito a respeito de seu governo

no lado ocidental e pelos dissidentes do país, pelo Falun Gong, pela BBC e, pra ser franco, na própria propaganda sobre a China, mas o que mais preocupa esses chineses não é a censura. O que os preocupa é que, para ter censura na internet, também deve haver vigilância na internet. Para checar o que alguém está vendo, para decidir se isso é permitido ou não, é preciso ver o que o cidadão está vendo e, se isso for possível, também é possível registrar tudo. E isso tem desencorajado muito a população – não o fato de eles estarem sendo censurados, mas o de saber que tudo o que leem é monitorado e registrado. Na verdade, isso se aplica a todos nós. É algo que muda as pessoas quando elas estão conscientes disso. Muda o comportamento delas, fazendo-as desanimar e desistir de protestar contra vários tipos de autoridade.

Jacob: Mas essa é a pior reação a esse tipo de influência. O assédio que eu sofro nas fronteiras, por exemplo, não é exclusividade minha. Todos os norte-americanos de ascendência árabe, desde o 11 de Setembro e até antes, também passam por isso. Só que eu me recuso a desperdiçar o privilégio de ter uma pele branca e portar um passaporte norte-americano e me recuso a ficar em silêncio sobre essa questão, porque o que eles estão fazendo é errado, eles estão abusando do poder que têm. E nós precisamos resistir a esse tipo de coisa, do mesmo jeito que alguns chineses corajosos resistem, como Isaac Mao, por exemplo². Ele tem se empenhado muito contra esse tipo de censura, porque a reação certa não é simplesmente se submeter a esse tipo de pressão só porque o governo afirma que tem o poder para tanto.

Jérémie: Mas, como eu disse, estamos falando de política, porque o que você está dizendo é basicamente que as pessoas deveriam lutar pelos seus direitos – mas as pessoas precisam antes entender o porquê disso e então poder se comunicar umas com as outras para fazê-lo. Tive a oportunidade de conversar com alguns chineses – e não sei se eles ocupavam algum cargo no governo ou se foram escolhidos para poder sair do país e conversar comigo –, mas, quando falávamos sobre a censura na internet, eles me disseram várias vezes: “Bom, isso é para o bem das pessoas. A censura existe, sim, porque sem ela haveria um comportamento extremista, haveria coisas de que nós não gostaríamos, então o governo toma essas medidas para garantir que tudo fique bem”.

Jacob: É o mesmo argumento para o tráfico de órgãos. Os órgãos não podem ser desperdiçados!

Jérémie: Se olharmos o modo como a censura chinesa está sendo conduzida, vemos, do ponto de vista técnico, que se trata de um dos sistemas mais avançados do mundo.

Jacob: Sem dúvida.

Jérémie: E ouvi dizer que, no Weibo – o equivalente chinês do Twitter –, o governo tem o poder de filtrar alguns *hashtags* para que eles não saiam de determinada província.

Jacob: É importante lembrar que, quando as pessoas falam sobre a censura na Ásia, elas gostam de se referir “aos outros”, como se isso só afetasse os cidadãos da “Outrolândia”. É muito importante saber que, quando se faz uma busca no Google nos Estados Unidos, são omitidos alguns resultados devido a requisitos legais. Tem uma diferença entre os dois casos – tanto no modo como são implementados como, é claro, na realidade social do como, do porquê e até do onde –, mas grande parte disso na verdade está na arquitetura. Por exemplo, na internet norte-americana, a coisa é muito descentralizada – é muito difícil implementar nos Estados Unidos uma censura ao estilo chinês.

Julian: Bom, grande parte disso é o Google, e é possível censurá-lo. Um monte de páginas que fazem referência ao WikiLeaks é censurado pelo Google.

Jacob: Sem dúvida. E, como os indexadores são livres, é possível fazer uma análise diferencial.

Julian: Sim, na teoria.

Jacob: Na teoria. Na prática, algumas pessoas estão trabalhando nesse tipo de detecção de censura analisando as diferenças de diversas perspectivas no mundo. Acho que é importante lembrar que a censura e a vigilância não são problemas “dos outros lugares” – os ocidentais adoram falar que os iranianos, os chineses e os norte-coreanos precisam de anonimato e liberdade, como se nós não precisássemos disso aqui – e, quando dizem “aqui”, elas normalmente se referem aos Estados Unidos. Mas na verdade não são só os regimes opressores, porque, se você estiver no alto escalão de qualquer regime, esse regime não é opressivo com você. Nós consideramos o Reino Unido um lugar maravilhoso, as pessoas em geral pensam na Suécia como um país maravilhoso, e mesmo assim dá para ver que, se você cai em desgraça aos olhos dos poderosos, não acaba numa posição favorável. Mas Julian ainda está vivo, certo? Então é claro que isso é um sinal de que estamos em um país livre, não é mesmo?

Julian: Eu dei duro para manter minha situação atual. Mas talvez fosse o caso de falarmos um pouco mais sobre a censura na internet no Ocidente. É um tema muito interessante. Se voltarmos a 1953 e analisarmos a grande enciclopédia soviética, que foi distribuída por toda parte, ela algumas vezes sofria emendas à medida que as políticas mudavam na União Soviética. Em 1953, Beria, o líder do NKVD, a polícia secreta soviética, morreu e caiu em desgraça política, e toda a seção sobre ele, que antes o descrevia em termos entusiásticos, foi excluída pelas autoridades da enciclopédia, por meio de uma emenda que deveria ser colada em todos os exemplares. É muito claro isso. Menciono esse exemplo porque ele foi tão óbvio e tão visível que acabou entrando na história. Enquanto isso, no Reino Unido, temos o *The Guardian* e outros grandes jornais retirando às escondidas artigos de seus arquivos na internet, sem nenhuma explicação. Você tenta procurar certas notícias agora – por exemplo, sobre o envolvimento do bilionário Nadhmi Auchi em atividades fraudulentas – e vem a

mensagem “Página não encontrada”. E esses artigos também foram retirados dos indexadores.

Deixe-me contar sobre o meu envolvimento na história de Nadhmi Auchi. Em 1990, o Iraque invadiu o Kuwait e isso levou à primeira Guerra do Golfo. O governo do Kuwait, então no exílio, precisava de dinheiro, inclusive para poder retornar ao país. então começou a vender vários ativos, até mesmo refinarias de petróleo fora do território kuwaitiano. O empresário Nadhmi Auchi, que emigrou do Iraque para o Reino Unido no início dos anos 1980 e uma figura importante no regime de Saddam Hussein, intermediou o negócio e foi acusado de desviar US\$ 118 milhões em comissões ilegais. Essa foi a maior investigação de corrupção da história europeia pós-guerra. Em 2003, Auchi foi condenado por fraude no que viria a se tornar conhecido como o escândalo da Elf Aquitaine. Mesmo assim, hoje ele tem mais de duzentas empresas registradas por meio de seu *holding* de Luxemburgo e outras tantas pertencentes a seu *holding* do Panamá. Ele está envolvido em contratos de telefonia celular no Iraque pós-guerra e em muitos outros negócios ao redor do mundo.³

Nos Estados Unidos, Tony Rezko, que ajudou a arrecadar fundos para a campanha de Barack Obama ao senado, era um colega de longa data de Auchi, que fora seu financista. Auchi e Rezko também se envolveram com o ex-governador de Illinois, Rod Blagojevich. Tanto Rezko quanto Blagojevich foram declarados culpados de corrupção, Rezko em 2008 e Blagojevich em 2010-2011 (depois que o FBI gravou um telefonema no qual ele tentava vender a cadeira que Obama deixara vaga no Senado). Em 2007-2008, quando Obama concorria para ser o candidato do Partido Democrata à presidência, a imprensa norte-americana começou a investigar seus contatos. Rezko foi investigado, e foram divulgados alguns vínculos entre ele e a compra da casa de Barack Obama. Em 2008, pouco antes de ser julgado, Rezko recebeu uma transferência de US\$ 3,5 milhões de Auchi que deveria ter sido informada ao tribunal, mas não foi – o que o levou à prisão. Com isso, o escrutínio da imprensa norte-americana se voltou a Auchi, e naquele momento ele instruiu seus advogados da firma de advocacia britânica Carter-Ruck a dar início a uma agressiva campanha contra grande parte das reportagens de 2003 sobre o escândalo da Elf Aquitaine e sobre sua condenação na França. A estratégia foi um sucesso. Ele atacou a imprensa britânica e até blogs norte-americanos, conseguindo retirar quase uma dúzia de artigos do ar, até onde sabemos. A maior parte desse material, incluindo arquivos de jornais britânicos, simplesmente sumiu. Foi como se nunca tivesse existido. Ninguém informou: “Recebemos uma petição judicial e decidimos remover os artigos”. Eles também sumiram com os indexadores. Mas o WikiLeaks conseguiu acesso a esses artigos e os disponibilizou novamente⁴.

Jacob: Eles apagam a história.

Julian: A história não apenas é alterada, como simplesmente deixa de existir. É a máxima de Orwell: “Quem controla o presente controla o passado, e quem controla o passado controla o futuro”. É a história sendo apagada no Ocidente sem que ninguém veja, e estamos falando só da censura pós-publicação. A autocensura pré-publicação é muito mais radical, mas difícil de detectar. Vimos isso no caso Cablegate, já que o WikiLeaks trabalha com diferentes parceiros de mídia ao redor do mundo, então dá para perceber quais deles censuram o nosso

conteúdo⁵.

Por exemplo, o *The New York Times* editou um registro oficial segundo o qual milhões de dólares haviam sido distribuídos para influenciar, em sigilo, libaneses politicamente prestigiosos por meio de empresas petrolíferas que operavam na Líbia. O registro oficial nem chegava a mencionar uma companhia de petróleo específica, mas o jornal simplesmente suprimiu o termo “companhias de serviços petrolíferos”⁶. Provavelmente o caso mais flagrante foi quando o *The New York Times* usou como fonte um registro oficial de 62 páginas sobre o programa de mísseis da Coreia do Norte no qual se especulava se eles venderam ou não mísseis aos iranianos e pinçou dois parágrafos para argumentar, em um artigo, que o Irã tinha mísseis capazes de atingir a Europa, sendo que o texto original completo argumentava justamente o contrário⁷.

O *The Guardian* editou um registro oficial sobre Yulia Tymoshenko, a ex-primeira-ministra da Ucrânia, que dizia que ela poderia estar escondendo sua fortuna em Londres⁸. O jornal omitiu alegações de que a elite cazaque em geral era corrupta – sem mencionar o nome de uma única pessoa – e uma alegação de que tanto a ENI, a companhia de energia italiana com operações no Cazaquistão, quanto a British Gas eram corruptas⁹. O *The Guardian* basicamente censurou quaisquer acusações no registro oficial contra pessoas ricas, a menos que tivesse algum interesse institucional contra tais pessoas¹⁰. Por exemplo, um registro oficial sobre o crime organizado na Bulgária fazia menção a um russo, e o *The Guardian* deu a entender que ele seria o mandante de tudo. Mas ele era só mais um nome em uma longa lista de organizações e indivíduos associados ao crime organizado búlgaro¹¹. O *Der Spiegel* censurou um parágrafo sobre a chanceler Angela Merkel – sem nenhuma preocupação com os direitos humanos, apenas uma preocupação política com relação a Merkel¹². E os exemplos estão longe de acabar por aqui¹³.

Andy: O que entendemos por liberdade de informações e livre fluxo de informações é, em certo sentido, um conceito novo e bastante radical se olharmos para o planeta Terra. Eu diria que não existe muita diferença entre a Europa e outros países. Bom, alguns países têm uma base democrática, o que significa que se pode ler e entender e talvez até combater legalmente a infraestrutura de censura – mas isso não significa que a censura não exista –, enquanto na Arábia Saudita ou na China isso seria muito mais difícil.

Julian: Minha experiência é que no Ocidente a coisa é muito mais sofisticada em termos do número de camadas de desonestidade e obscurecimento sobre o que está realmente acontecendo. Essas camadas existem para poder negar que a censura está sendo realizada. Podemos pensar na censura como uma pirâmide. É só a ponta dela que aparece na areia, e isso é proposital. A ponta é pública – calúnias, assassinatos de jornalistas, câmeras sendo apreendidas pelos militares e assim por diante –, é uma censura publicamente declarada. Mas esse é o menor componente. Abaixo da ponta, na camada seguinte, estão todas as pessoas que não querem estar na ponta, que se envolvem na autocensura para não acabar lá. Na camada subsequente estão todas as formas de aliciamento econômico ou clientelista que são direcionadas às pessoas para que elas escrevam sobre isso ou aquilo. A próxima camada é a da

economia pura – sobre o que vale economicamente a pena escrever, mesmo se não incluirmos os fatores econômicos das camadas anteriores da pirâmide. Então vem a camada em que está o preconceito dos leitores, que têm um nível de instrução limitado e que, por um lado, são fáceis de manipular com informações falsas e, por outro, não têm condições de entender verdades sofisticadas. A última camada é a da distribuição – algumas pessoas simplesmente não têm acesso a informações em uma determinada língua, por exemplo. Então essa seria a pirâmide da censura. As omissões do *The Guardian* no caso Cablegate são ações da segunda camada.

Agora, uma censura como essa pode ser negada porque é feita aos olhos de todos, ou porque não há nenhuma instrução para censurar uma alegação específica. Os jornalistas raramente são instruídos: “Não escreva nada sobre isso”, ou: “Evite falar sobre esse fato”. Mas sabem o que se espera deles porque conhecem os interesses dos grupos que querem apaziguar ou dos quais querem se aproximar. Se você se comportar, ganha um tapinha nas costas e uma recompensa, do contrário não terá nada disso. É muito simples. Eu gosto de dar o exemplo da censura tão óbvia que ocorreu na União Soviética, e tão divulgada no Ocidente – militares indo até a casa dos jornalistas no meio da noite para detê-los. Agora basta esperar e simplesmente tomar a casa do jornalista que caiu em desgraça e não consegue mais administrar as próprias dívidas. Hoje em dia, portanto, o método para tirar um jornalista de sua casa é tirando a casa do jornalista. As sociedades ocidentais se especializam na “lavagem da censura” e em estruturar os interesses dos poderosos de forma que qualquer discurso público que consiga passar pela triagem tenha muita dificuldade de afetar as verdadeiras relações de poder de uma sociedade altamente fiscalizada, porque essas relações estão escondidas embaixo de camadas e camadas de complexidade e sigilo.

Andy: Jérémie mencionou os pedonazistas.

Jacob: Lá vamos nós de volta aos pedonazistas...

Jérémie: Dois Cavaleiros num só.

Andy: Os pedonazistas basicamente resumiram os argumentos alemães, ou talvez parte dos argumentos europeus, a favor da censura. A Alemanha queria evitar tudo o que se parecesse com um discurso de ódio na internet devido à história do país e, é claro, as pessoas não vão objetar se alguém disser que é preciso restringir a rede por causa dos pedófilos. Além disso, um documento interno da Comissão Europeia sobre a retenção de dados argumentava: “Deveríamos falar mais sobre a pornografia infantil, e então as pessoas ficarão do nosso lado”¹⁴.

Julian: Você poderia falar um pouco mais a respeito? E se fôssemos censurar só uma coisa, digamos, só a pornografia infantil? Então, para evitar que as pessoas vejam pornografia infantil, precisaríamos vigiar tudo o que todo mundo faz na internet. Essa infraestrutura precisaria ser construída. Precisaríamos construir um sistema de espionagem e censura em massa para censurar só uma coisa.

Andy: Isso está nos detalhes da mecânica do sistema – o chamado sistema de pré-censura da Alemanha obriga os usuários a informar o nome da pessoa legalmente responsável por tudo que é publicado. Então, basicamente, se você publicar alguma coisa, seja em uma folha de papel ou na internet, sem dizer que é legalmente responsável pelo conteúdo, você já estará transgredindo a lei. Isso quer dizer que a responsabilidade é atribuída e, se alguém transgredir a lei distribuindo, digamos, pornografia infantil ou algum discurso de ódio, você pode simplesmente dizer: “Tudo bem, nós sabemos onde esse cara está, nós o pegaremos e tiraremos esse material da internet”.

Julian: Quer dizer, a gente censura a pessoa que publica o conteúdo, e não o leitor.

Andy: É. E isso envolve vigiar coisas específicas. Eu posso concordar que nem tudo precisa estar disponível o tempo todo porque, se a gente pensar, por exemplo, no discurso de ódio, isso pode implicar o endereço privado das pessoas, e daí por diante, o que poderia levar a situações com as quais eu não concordo.

Julian: Mas, Andy, essa é uma coisa tão alemã... Para fazer isso, para decidir o que será ou não aceitável, é preciso ter um comitê, fazer nomeações, ter um processo de nomeação...

Andy: Sim, tem toda essa palhaçada. Na Alemanha da Segunda Guerra Mundial, para tudo o que os nazistas fizeram na guerra, todas as mortes, todas as propriedades que eles confiscaram, eles emitiram um recibo, fizeram uma lista. Cada ato era burocrático. Você pode dizer que os alemães mataram muita gente sem justificativa alguma – o que é verdade –, mas eles fizeram tudo isso de um jeito burocrático. A Alemanha é assim.

Julian: Para ter alguém decidindo o que deve e o que não deve ser censurado, é preciso ter duas coisas. Em primeiro lugar, é preciso construir uma arquitetura técnica para executar a censura. É preciso construir uma máquina de censura de abrangência nacional para que o sistema seja eficaz. E, em segundo lugar, é preciso ter um comitê e uma burocracia para a censura. E esse comitê precisa ser secreto, porque seria completamente inútil se não o fosse – logo, é preciso ter uma justiça secreta.

Andy: Quer saber? Temos um bom princípio na Alemanha.

Jacob: Só um?

Andy: O princípio é que, se a aplicação de uma lei for impraticável, então ela não deve existir. Se uma lei não fizer sentido, como proibir moinhos de vento ou algo assim, a gente diz: “Ei, qual é? Pode esquecer!”. Nós, aqui, nos inspiramos na internet de antigamente, da época em que ela ainda estava crescendo no livre fluxo de informações, “livre” no sentido de ilimitado, no sentido de não bloqueado, não censurado, não filtrado. Então, se aplicarmos o

que sabemos sobre o livre fluxo de informações ao planeta – e, em termos gerais, isso tem sido feito –, vemos, é claro, os governos sendo afetados por isso e também a maneira como o poder tem sido empregado e de que forma a censura tem sido aplicada, seja ela uma pré-censura, uma pós-censura ou qualquer outro tipo de censura. Todos nós já ouvimos falar dos complicados conflitos que surgem disso. A questão é esclarecer o nosso conceito de um governo ou do futuro de uma Organização Pós-Governamental – talvez o WikiLeaks seja a primeira ou uma das primeiras OPGs –, porque não estou certo de que os governos constituem a resposta para resolver todos os problemas, como as questões ambientais.

Julian: Nem os governos sabem ao certo onde fica a fronteira entre o que é governo e o que não é. Hoje em dia, esse limite é bastante nebuloso. Os governos ocupam um espaço, mas o WikiLeaks ocupa parte do espaço da internet, que está imbuído no espaço real, mas o grau de complexidade entre o objeto incorporado e o espaço onde ele está incorporado dificulta uma distinção entre os dois. Então é por isso que temos essa ideia de um ciberespaço – aquela segundo a qual o ciberespaço é na verdade um outro mundo que existe em outro lugar. Isso acontece em virtude desse grau de desorientação, complexidade e universalidade. Quando lemos um artigo na internet em um local, é a mesma coisa que ler o mesmo artigo em outro local ou mesmo no futuro – esse é o elemento da universalidade. Então, nessa medida, na qualidade de uma organização que ocupa o ciberespaço e sabe como transitar com essas informações pelos elementos incorporados, talvez de fato sejamos uma organização pós-Estado, em função da falta de controle geográfico.

Não quero levar essa analogia longe demais, porque estou em prisão domiciliar. A força repressora dos Estados obviamente se aplica a todo o nosso pessoal, independente de eles serem conhecidos ou não. Mas o resto da imprensa gosta de dizer que somos uma organização de mídia apátrida, e eles estão certos no que se refere à importância da apatriadia. Eu costumava dizer: “O que vocês acham que a Newscorp é? É uma enorme multinacional”. Mesmo assim, a Newscorp é estruturada de um jeito tal que é possível chegar a seus componentes-chave, e é por isso que eles tiveram tantos problemas aqui no Reino Unido com o escândalo do *hacking* telefônico – e é por isso também que eles estão se empenhando tanto em puxar o saco das instituições norte-americanas. Mas, se o valor de uma organização estiver contido principalmente em suas informações, então ela, devido à criptografia, pode ser transnacional de um jeito bem difícil de impedir. O bloqueio financeiro nos foi imposto por uma razão: é mais difícil refrear nossas outras facetas organizacionais¹⁵.

Jacob: Se estivermos falando sobre isso em termos utópicos, seria interessante voltar um pouco mais. Você me perguntou sobre como eu fui assediado, sobre a censura no Ocidente, e eu falei sobre o programa de assassinato seletivo, de Obama, que eles alegam ser legal porque existe um processo e, então, isso acaba sendo adequado.

Julian: Bom, um processo secreto.

Jacob: Também é possível relacionar isso ao caso John Gilmore. John Gilmore entrou com

uma ação judicial para poder viajar anonimamente nos Estados Unidos, e o tribunal literalmente disse: “Olha, nós vamos consultar a lei, que é secreta. Nós vamos ler essa lei secreta e decidir se você pode ou não fazer isso”. E, quando leram essa lei secreta, descobriram que ele de fato poderia fazer o que queria, porque não havia nenhuma restrição quanto a isso. Gilmore nunca ficou sabendo que lei secreta era essa e, depois que venceu aquele processo, quando viram que a tal lei não era restritiva o suficiente nesse sentido, as *políticas* do US Transportation Security Administration [Departamento de Segurança dos Transportes dos Estados Unidos] e do Department of Homeland Security [Departamento de Segurança Nacional] foram alteradas¹⁶.

Julian: Eles aumentaram o rigor dessas políticas, então?

Jacob: Na prática, por meio da legislação da burocracia. Mas é importante notar que o programa de assassinato seletivo, o assédio enfrentado por certas pessoas nas fronteiras, a censura que encontramos na internet, a censura executada pelas empresas por exigência do governo ou de alguma corporação, tudo isso está ligado. E tudo isso é um reflexo do enorme poder do Estado nesses âmbitos. Isso acontece porque o poder se concentra nessas áreas e atrai pessoas que abusam dele ou que pressionam para que ele seja utilizado. E, mesmo nos eventuais casos legítimos, o que vemos é que o mundo estaria em melhores condições se não fosse essa centralização, se não fosse essa tendência ao autoritarismo.

O Ocidente não tem nada de especial em relação a isso, porque acontece que, se a gente tivesse um czar da cibersegurança, não seria diferente de um czar que participou das forças de segurança nacional de alguma outra nação cinquenta anos atrás. Estamos construindo o mesmo tipo de estruturas de controle autoritário que atraíram pessoas que queiram abusar delas, e tentamos fingir que a situação é diferente no Ocidente. Mas não é nem um pouco, porque temos um *continuum* da governança, que vai do autoritarismo ao libertarismo. Não estou falando no sentido de um partido político norte-americano, mas no sentido de que, nesse *continuum*, os Estados Unidos estão bem distantes da União Soviética em muitos, muitos aspectos, mas, por outro lado, estão muito mais próximos dela do que a Christiania, a pequena comunidade autônoma que fica no coração de Copenhague, na Dinamarca¹⁷. E acho que os Estados Unidos estão ainda mais longe do potencial mundo utópico de uma nova colônia em Marte, distanciada o máximo possível do totalitarismo e do autoritarismo. Sem isso, temos um sistema falho.

Jérémie: Como eu já disse, todos esses tópicos estão interligados. Quando falamos sobre concentração de poder também estamos falando sobre a arquitetura. E quando falamos sobre censura na internet, estamos falando sobre a centralização do poder para decidir o que as pessoas podem ou não acessar, e se a censura realizada pelo governo ou pelo setor privado seria ou não um uso indevido do poder. Posso dar um exemplo disso. Nossa website laquadrature.net passou várias semanas censurado no Reino Unido pela Orange^c britânica, porque foi incluído em uma lista de websites aos quais a Orange negava acesso a menores de dezoito anos. Talvez tenhamos mencionado o termo “pornografia infantil” ao nos opor a esse

tipo de legislação, ou talvez eles simplesmente não gostem de nós porque nos opomos à política deles contra a neutralidade da rede, por defendermos a promulgação de uma lei para impedi-los de discriminar as comunicações de seus usuários¹⁸. Nunca vamos saber. Mas estamos falando de um ator privado, um prestador de serviços, que estava se oferecendo para impedir as pessoas da possibilidade de acessar informações na internet. Eu vejo um risco enorme nisso, que vai além do poder que concedemos à Orange, ao governo da China ou a qualquer outro grupo.

Jacob: Um pequeno esclarecimento: quando você diz “privado” no Reino Unido, quer dizer que eles efetivamente são donos de toda a fiação, todos os cabos de fibra óptica e toda a infraestrutura ou que eles usam parte dos recursos do Estado? Como as redes de comunicação são licenciadas? Não há nenhum envolvimento do governo? O dever de diligência não se aplica a eles?

Jérémie: O licenciamento existe. Tanto o setor público como o privado estão alterando a arquitetura da internet de uma rede universal para uma balcanização composta de pequenas sub-redes. Mas o que estamos discutindo desde o início são todas as questões globais, independente de estarmos falando do colapso do sistema financeiro, da corrupção, de geopolítica, do setor de energia ou do meio ambiente. São todos problemas globais que a humanidade está enfrentando hoje e ainda temos nas mãos uma ferramenta global que nos viabiliza uma comunicação melhor, um melhor compartilhamento do conhecimento, uma melhor participação nos processos políticos e democráticos. Desconfio que uma internet universal global seja a única ferramenta que temos para lidar com esses problemas globais, e é por isso que essa batalha por uma internet livre é a batalha fundamental na qual todos nós temos a responsabilidade de lutar.

Andy: Concordo plenamente que precisamos garantir que a internet seja compreendida como uma rede universal com livre fluxo de informações, que precisamos não apenas definir isso muito bem, como também dar nome aos bois, esses prestadores de serviço que oferecem algo a que chamam de internet, mas que na verdade é totalmente diferente. Mas acho que ainda não respondemos à pergunta básica por trás de todo esse lance da filtragem. Gostaria de dar um exemplo do que acho que precisamos analisar. Há alguns anos, uns dez anos atrás, protestamos contra o chamado software de filtragem inteligente que a Siemens estava oferecendo. A Siemens é uma das maiores companhias de telecomunicações da Alemanha e fornece softwares de coleta de informações. Eles chegaram a vender esse sistema de filtragem a empresas para que, por exemplo, os funcionários não pudessem acessar sites de sindicatos trabalhistas para se informar sobre seus direitos, e assim por diante. Mas eles também bloquearam o site do Chaos Computer Club, o que nos irritou, e o rotularam de site de “conteúdo criminoso”, ou algo assim, e nós os processamos judicialmente por isso. Então, em uma feira comercial, decidimos organizar um enorme protesto, cercar os estandes da Siemens e controlar as pessoas que entrava ou saíam. O engraçado foi que anunciamos o protesto no nosso site para atrair o maior número de manifestantes possível pela internet e ainda assim o

pessoal do estande da Siemens foi pego de surpresa, porque eles também usavam o software de filtro, então só ficaram sabendo do protesto na hora.

Julian: O Pentágono implementou um sistema de filtragem para que qualquer e-mail que recebessem com a palavra WikiLeaks fosse filtrado. Então, no caso de Bradley Manning, a promotoria, ao trabalhar no caso, enviou e-mails para pessoas fora das Forças Armadas sobre o WikiLeaks, mas nunca chegou a receber as respostas, porque os e-mails contendo a palavra foram filtrados¹⁹. Os órgãos de segurança nacional podem estar dando corda para se enforcar.

Andy: O que nos traz de volta à questão realmente essencial: a informação de efeito negativo é uma verdade ou um mito? Quero dizer, do ponto de vista social, nós queremos uma internet censurada porque é melhor para a sociedade ou não? E, mesmo falando sobre a pornografia infantil, seria possível argumentar: “Espere aí, a pornografia infantil torna visível um problema, que é a violência contra crianças, e, para resolvê-lo, precisamos conhecer tal problema”.

Jacob: Então isso proporciona as provas do crime.

Julian: Na verdade, não... Isso possibilita a criação de um *lobby*.

Andy: Essa seria a abordagem mais radical, mas, se falarmos sobre nazistas, por exemplo, ainda seria necessário revelar sobre o que estamos falando. Os pais de família se perguntariam: “Bom, não seria melhor para a sociedade filtrar as coisas ruins e deixar só as coisas boas, ou isso só reduz a nossa capacidade de ver os problemas e resolvê-los?”.

Jérémie: Acho que a censura nunca deveria ser a solução. Quando falamos sobre pornografia infantil, nem deveríamos usar a palavra pornografia – trata-se de uma representação de cenas criminosas de abuso infantil. Uma coisa que pode ser feita é ir aos servidores, desabilitá-los e identificar as pessoas que fizeram o upload do conteúdo para poder chegar àqueles que o produziram, àqueles que primeiro abusaram das crianças. E, sempre que houver uma rede de pessoas, uma rede comercial ou algo assim por trás, ir lá e prender essa gente. E, quando aprovamos leis – temos uma lei na França que concede ao Ministério do Interior a autoridade administrativa de decidir quais websites bloquear –, tiramos um dos incentivos para os órgãos de investigação encontrarem esses criminosos, dizendo “Ah, mas nós já bloqueamos o acesso ao conteúdo ruim”, como se tampar os olhos de quem está vendo o problema efetivamente o resolvesse. Então, desse ponto de vista, acho que a situação é que todo mundo concorda que essas imagens deveriam ser simplesmente retiradas da internet.

Jacob: Desculpe, estou me contorcendo aqui. É tão frustrante para mim ouvir esse argumento. Sinto vontade de vomitar, porque o que você acabou de dizer foi: “Quero usar a minha posição de poder para impor a minha autoridade sobre os outros, quero apagar a história”. Talvez eu seja um extremista nesse caso – e em muitos outros, sei disso –, mas

preciso discordar aqui. Isso que você disse na verdade é um exemplo no qual apagar a história é um desserviço. Tudo que a internet fez foi trazer à tona essa epidemia de abuso infantil na sociedade. Foi isto que descobrimos com essa questão da pornografia infantil – prefiro chamar de exploração de crianças, nós passamos a enxergar evidências disso. Penso que encobrir ou apagar o problema não passa de maquiá-lo, porque, na verdade, a gente pode aprender muito sobre a sociedade como um todo. Por exemplo, podemos aprender – e é óbvio que eu jamais terei uma carreira na política depois de terminar esta frase, mas só para deixar claro – quem está produzindo esse material, e podemos saber mais sobre as pessoas que estão sendo vitimizadas. É impossível ignorar o problema. Isso significa que precisamos começar a procurar sua causa, os exploradores dessas crianças. Ironicamente, algumas tecnologias de vigilância poderiam ser úteis nesse caso, como o reconhecimento facial e a análise dos metadados das imagens. Apagar isso, garantir um mundo no qual é possível apagar algumas coisas e deixar outras, criar esses órgãos administrativos para a censura e o policiamento – é um caminho perigoso, que, como vimos, se voltou diretamente aos direitos autorais e a muitos outros sistemas.

O simples fato de ser uma causa nobre não significa que deveríamos pegar o caminho mais fácil, porque talvez devêssemos de fato tentar resolver esses crimes, talvez devêssemos tentar ajudar essas vítimas, mesmo que esse tipo de ajuda tenha um custo. Talvez, em vez de ignorar o problema, nós devêssemos olhar para o fato de que a sociedade como um todo tem esse grande problema e que ele se manifesta na internet de um jeito específico.

É como, por exemplo, quando a Polaroid criou a câmera Swinger, aquela que tira fotos instantâneas. As pessoas também começaram a tirar fotos abusivas com ela. Mas a resposta não é destruir ou policiar esse instrumento. É aqui que encontramos as evidências para entrar na justiça contra esses crimes. A solução não é enfraquecer esse instrumento nem tolher a sociedade como um todo. Porque aqui estamos nós, falando sobre os perpetradores da pornografia infantil, mas por que não falamos sobre a polícia? Em muitos países, é quase um hábito da polícia abusar das pessoas. Provavelmente há mais policiais abusivos na internet do que pornógrafos infantis.

Julian: Isso é quase certo.

Jacob: Nós sabemos que existem n policiais no mundo e sabemos que um número x desses policiais comete ou cometeu infrações éticas – normalmente infrações violentas. Basta dar uma olhada no movimento Occupy, por exemplo, para ver isso. Será que deveríamos censurar a internet só porque sabemos que alguns tiras são infratores? Será que deveríamos tolher a capacidade da polícia de fazer um bom trabalho?

Julian: Bom, também temos a questão da revitimização, que é quando a criança, mais tarde, na idade adulta, em seus contatos sociais, volta a ver imagens de abuso infantil.

Jacob: Enquanto esses tiras estiverem on-line, eu estou sendo revitimizado.

Julian: Você poderia dizer que ver uma imagem sua sendo espancado por um policial é uma forma de revitimização. Eu diria que a proteção da integridade da história do que realmente aconteceu no nosso mundo é mais importante, que a revitimização de fato acontece, mas, mesmo assim, instituir um regime de censura capaz de eliminar grandes partes da história resulta em não podermos lidar com o problema porque não temos como enxergá-lo. Nos anos 1990, atuei em uma consultoria sobre questões relativas à internet para policiais que caçavam pedófilos na Austrália, a Victorian Child Exploitation Unit [Unidade Contra a Exploração Infantil do Estado de Victoria]. Aqueles tiras não simpatizavam com sistemas de filtragem porque, quando as pessoas não conseguem ver que há pornografia infantil na internet, isso enfraquece o *lobby* que garante à polícia a verba para impedir o abuso de crianças.

Jérémie: O ponto em que nós concordamos – e acho que é o mais importante – é que, no fim das contas, é a responsabilidade individual das pessoas que gera o conteúdo, que gera as imagens de abuso infantil e coisas assim. É isso que realmente importa e que deveria ser o foco do trabalho dos tiras.

Jacob: Discordo. Não foi isso que eu disse.

Julian: Não, o Jérémie está falando de fazer, não de divulgar – tem uma diferença.

Jacob: Na verdade, o problema não é a produção do conteúdo. Só para esclarecer... Se, por exemplo, você abusou de uma criança e o Andy tirou uma foto para servir como prova do crime, não acho que o Andy deveria ser preso.

Jérémie: Não, são os abusadores, as pessoas que abusam. Vamos lá, pessoal! Isso é cumplicidade.

Andy: Mas algumas pessoas abusam das crianças para produzir as imagens, não é?

Jacob: É claro que sim.

Andy: E também pode ter um aspecto econômico nisso tudo.

Jacob: Concordo plenamente com isso, estou traçando uma distinção aqui. Se o conteúdo em si for um registro histórico que constitui a prova de um crime, é a prova de um crime gravíssimo, e não devemos perder de vista a questão da revitimização, mas o maior problema é a vitimização original, independente de alguém ter tirado ou não fotos disso.

Jérémie: É claro. Foi o que eu quis dizer.

Jacob: É quase irrelevante ter ou não imagens do abuso. Mesmo quando há imagens, é

muito importante manter o foco no que interessa, que é impedir o dano, impedir o abuso. Uma grande parte disso é garantir que haja provas e que as pessoas com acesso às ferramentas certas tenham o incentivo necessário para resolver esses crimes. Acho que isso é incrivelmente importante, e as pessoas perdem isso de vista porque o caminho mais fácil é fingir que o problema não existe e achar que, ao impedir as imagens, o abuso foi impedido. E não é bem assim.

Andy: E o problema é que hoje muita gente preferirá a solução fácil porque é muito chato admitir o que realmente está acontecendo na sociedade. Acho que nós temos uma chance de resolver um problema político porque não estamos tentando elaborar políticas que ignorem o problema ou façam com que ele se torne invisível. Em certo sentido, podemos estar falando de ciberpolítica, mas também é uma questão de como a sociedade lida com os problemas, e duvido muito que exista essa coisa de informações que causem danos diretamente. É claro que isso tem a ver com a capacidade de filtragem e também é verdade que eu não quero ver todas as fotos disponíveis na internet. Acho que algumas delas são simplesmente nojentas e perturbadoras, mas o mesmo pode ser dito da locadora de vídeos da esquina, que disponibiliza filmes de ficção horrendos. Então, a questão é: será que sou capaz de lidar com o que estou vendo, com o que estou processando, com o que estou lendo? Essa é a abordagem da filtragem. A propósito, Wau Holland, o fundador do Chaos Computer Club, disse uma coisa curiosa: “Quer saber? A filtragem deveria ser feita no usuário final e no dispositivo final desse usuário final”²⁰.

Julian: Então a filtragem deveria ser feita pelas pessoas que recebem as informações.

Andy: Deveria ser feita aqui. Aqui! [Aponta para a cabeça]

Julian: No cérebro.

Andy: No dispositivo final do usuário final, que é esta coisa que temos entre as orelhas. É aqui que deveria ser feita a filtragem, e não pelo governo em nome do povo. Se as pessoas não quiserem ver as coisas, bem, elas não são obrigadas. E nos dias de hoje temos as condições de filtrar um monte de coisas, em todo caso.

^a O Cointelpro (Counter Intelligence Program) [Programa de Contrainteligência] tinha por objetivo desestabilizar grupos de manifestantes de esquerda, ativistas e dissidentes políticos nos Estados Unidos por meio de atividades como interceptação de correspondência e comunicações, incêndios e assassinatos. (N. T.)

^b A “exceção de vistoria na fronteira” (*border search exception*) é um princípio do direito penal dos Estados Unidos que permite buscas e apreensões em fronteiras internacionais e seus equivalentes funcionais sem a necessidade de um mandado ou de uma causa provável. (N. T.)

¹ Para saber mais sobre o assédio de Jacob e de outras pessoas associadas ao WikiLeaks, ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.

² Isaac Mao é um blogueiro chinês, desenvolvedor de softwares e adepto do capital de risco. É cofundador da CNBlog.org e

membro do conselho do Tor Project.

- 3 Ver a página do WikiLeaks referente a Nadhmi Auchi, em: <wikileaks.org/wiki/Nadhmi_Auchi>. Acesso em 24 out. 2012.
- 4 Os artigos podem ser encontrados no WikiLeaks:
<wikileaks.org/wiki/Eight_stories_on_Obama_linked_billionaire_Nadhmi_Auchi_censored_from_the_Guardian,_Observer,_> Acesso em 24 out. 2012.
- 5 Os sites <cables.mrkva.eu/> e <cablegatesearch.net> proporcionam maneiras excelentes de comparar versões editadas de registros oficiais com as versões completas, para ver o que foi excluído pelos parceiros de mídia do WikiLeaks.
- 6 Cf. John Cook, “Qaddafi’s Son is Bisexual and Other Things the *New York Times* Doesn’t Want You to Know”, *Gawker*, 16 set. 2011, disponível em: <www.gawker.com/5840809/qaddafis-son-is-bisexual-and-other-things-the-new-yorktimes-doesnt-want-you-to-know-about>. O exemplo citado se refere ao registro oficial ID de referência 06TRIPOLI198, WikiLeaks, disponível em: <wikileaks.org/cable/2006/05/06TRIPOLI198.html>. As omissões podem ser visualizadas no website Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões, com as omissões ressaltadas em rosa:
<www.cablegatesearch.net/cable.php?id=06TRIPOLI198&version=1291757400>. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.
- 7 Para o registro original, ver o registro ID de referência 10STATE17263 no WikiLeaks:
<wikileaks.org/cable/2010/02/10STATE17263.html>. Para o artigo do *The New York Times*, ver William J. Broad, James Glanz e David E. Sanger “Iran Fortifies its Arsenal with the Aid of North Korea”, *The New York Times*, 29 nov. 2010, disponível em: <www.nytimes.com/2010/11/29/world/middleeast/29missiles.html?_r=0>. O mesmo registro oficial também foi utilizado por David Leigh para redigir o artigo “WikiLeaks Cables Expose Pakistan Nuclear Fears”, *The Guardian*, 30 nov. 2010, disponível em: <www.guardian.co.uk/world/2010/nov/30/wikileaks-cables-pakistan-nuclear-fears>. A versão editada do registro oficial publicada pelo jornal, sem incluir o número de referência do registro, o reduziu a apenas dois parágrafos referentes ao Paquistão. Ver “US Embassy Cables: XXXXXXXXXXXX”, *The Guardian*, 30 nov. 2010, disponível em: <www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/250573>. A extensão das omissões pode ser visualizada no website Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões, com as omissões do documento praticamente inteiro ressaltadas em rosa: <www.cablegatesearch.net/cable.php?id=10STATE17263&version=1291486260>. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.
- 8 Para o registro original, ver o registro ID de referência 08KYIV2414 no WikiLeaks:
<wikileaks.org/cable/2008/12/08KYIV2414.html>. Para a versão editada do jornal, ver “US Embassy Cables: Gas Supplies Linked to Russian Mafia”, *The Guardian*, 1º dez. 2010, disponível em: <www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/182121>. As omissões podem ser visualizadas no Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões, com as omissões ressaltadas em rosa: <www.cablegatesearch.net/cable.php?id=08KYIV2414&version=1291255260>. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.
- 9 Para o registro original, ver o registro ID de referência 10ASTANA72 no WikiLeaks, em:
<wikileaks.org/cable/2010/01/10ASTANA72.html>. Para a versão editada do jornal, veja “US Embassy Cables: Kazakhstan the Big Four”, *The Guardian*, 29 nov. 2010, disponível em: <www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/245167>. As omissões podem ser visualizadas no Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões, com as omissões ressaltadas em rosa: <www.cablegatesearch.net/cable.php?id=10ASTANA72&version=1291113360>. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.
- 10 Ver, por exemplo, o registro oficial ID de referência 09TRIPOLI413 sobre as corporações ocidentais de energia com operações na Líbia. A representação visual postada no Cablegatesearch, com as omissões do *The Guardian* ressaltadas em rosa, mostra que o jornal removeu todas as referências aos nomes das companhias de energia e de seus executivos, exceto referências à companhia de energia russa Gazprom. Apesar de parte do conteúdo ser de certa forma leniente em relação às empresas ocidentais, as omissões são elaboradas, e a versão editada mostra um panorama bastante diferente:
<www.cablegatesearch.net/cable.php?id=09TRIPOLI413&version=1296509820>. Acesso em 22 out. 2012.
- 11 Nesse exemplo, o registro oficial original continha 5.226 palavras. Já a versão editada publicada pelo *The Guardian* continha apenas 1.406. Para o registro original, ver o registro ID de referência 05SOFIA1207 no WikiLeaks:
<wikileaks.org/cable/2005/07/05SOFIA1207.html>. Para a versão editada do *The Guardian*, ver “US Embassy Cables: Organised Crime in Bulgaria”, 1º dez. 2010, disponível em: <www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/36013>. Para o artigo do jornal baseado no registro oficial, ver “WikiLeaks Cables: Russian Government ‘Using Mafia for its Dirty Work’”, *The Guardian*, 1º dez. 2010, disponível em:
<www.guardian.co.uk/world/2010/dec/01/wikileaks-cable-spain-russian-mafia>. A extensão das omissões é representada visualmente no Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões com as omissões ressaltadas em rosa: <www.cablegatesearch.net/cable.php?id=05SOFIA1207&version=1291757400>. Esse exemplo búlgaro é discutido pelo Bivol, um parceiro de mídia búlgaro do WikiLeaks, em “Unedited Cable from Sofia Shows the Total Invasion of the State by Organized crime (Update: Cable Comparison)”, *WL Central*, 18 mar. 2011, disponível em: <wlcentral.org/node/1480>. Ver

ainda “*The Guardian*: Redacting, Censoring or Lying?”, *WL Central*, 19 mar. 2012, disponível em: <wlcentral.org/node/1490>. Nas observações postadas abaixo dos dois artigos citados do *WL Central*, conferir o comentário de David Leigh, jornalista do *The Guardian*, e as respostas que se seguem. Todos os links foram acessados em 22 out. 2012.

- 12 Referência ao registro oficial ID de referência 09BERLIN1108. As omissões podem ser visualizadas no website Cablegatesearch, que mostra o histórico das revisões, com as omissões ressaltadas em rosa: <http://www.cablegatesearch.net/cable.php?id=09BERLIN1108&version=1291380660>. Acesso em 22 out. 2012.
- 13 Para mais exemplos, ver <www.cabledrum.net/pages/censorship.php>.
- 14 “Interceptação de telecomunicações. A presidência proporcionou informações sobre a situação atual [...] lembrando a repercussão negativa com a qual a questão foi recebida na imprensa [...]. Considerando esse cenário, a presidência reconheceu que o progresso em relação a essa questão tem se mostrado extremamente lento [...]. Várias delegações recomendaram cautela na elaboração de um comunicado à imprensa, observando que isso poderia provocar uma reação em cadeia e intensificar a repercussão negativa. A comissão, apesar de declarar que não houve mudança em sua posição, informou às delegações que uma maneira possível de evitar o impasse seria seguir uma estratégia similar àquela usada para lidar com a questão da pornografia infantil na internet. Apesar de reconhecer se tratar de um tópico diferente, a questão também tem uma dimensão de interceptação”, Comissão Europeia, reunião do Police Co-Operation Working Group [Grupo de Trabalho em Cooperação Policial] para discutir a interceptação das telecomunicações, 13-14 out. 1999, disponível em: <www.quintessenz.at/doqs/00010002292/1999_10_13_Police%20Cooperation%20Working%20Group%20mixed%20co>. Acesso em 24 out. 2012.
- 15 Ver a seção “Observações sobre as várias tentativas de perseguição ao WikiLeaks e às pessoas a ele associadas”, na p. 37 deste livro.
- 16 Referência ao caso *Gilmore versus Gonzales*, 435 F.3d 1125 (9th Cir. 2006). John Gilmore, um dos primeiros cypherpunks, levou o caso até a Corte Suprema dos Estados Unidos para revelar o conteúdo de uma lei secreta – uma diretriz de segurança – que restringia os direitos dos cidadãos de viajar de avião sem identificação. Além de contestar a constitucionalidade da disposição, Gilmore questionou o fato de que a disposição em si era sigilosa e não poderia ser revelada, apesar da obrigatoriedade de seu cumprimento por parte dos cidadãos. O tribunal consultou a referida diretriz de segurança a portas cerradas e decidiu contra Gilmore em sua contestação da constitucionalidade. Entretanto, o conteúdo da lei nunca foi revelado ao longo de todo o processo judicial. Ver o caso *Gilmore versus Gonzales* em PapersPlease.org, disponível em: <papersplease.org/gilmore/facts.html>. Acesso em 22 out. 2012.
- 17 A Christiania é uma área que se declarou autônoma na cidade de Copenhague, na Dinamarca. Originalmente um quartel militar, a área foi ocupada nos anos 1970 por uma comunidade em grande parte coletivista/anarquista e conseguiu constituir um *status legal* sem igual no país.
- c Multinacional francesa de telecomunicações. (N. T.)
- 18 O princípio da “neutralidade da rede” requer que os provedores de internet sejam impedidos (por lei, como normalmente se argumenta) de restringir o acesso de seus usuários a redes participantes da internet, inclusive a restrição de conteúdo. Ver a página da Electronic Frontier Foundation sobre a neutralidade da rede: <www.eff.org/issues/net-neutrality>. Acesso em 24 out. 2012.
- 19 Cf. Josh Gerstein. “Blocking WikiLeaks Emails Trips Up Bradley Manning Prosecution”, *Politico*, 15 mar. 2012, disponível em: <<http://www.politico.com/blogs/under-the-radar/2012/03/blocking-wikileaks-emails-trips-up-bradley-manning-117573.html>>. Acesso em 21 out. 2012.
- 20 Para saber mais sobre Wau Holland, ver a página *Wau Holland Stiftung*, em: <www.wauland.de>.



Julian Assange entrevista o presidente do Equador, Rafael Correa, em episódio da série *The World Tomorrow* [O Mundo Amanhã], gravada na embaixada equatoriana em Londres.

PRIVACIDADE PARA OS FRACOS, TRANSPARÊNCIA PARA OS PODEROSOS

Julian: Andy, eu conversei recentemente com o presidente da Tunísia e perguntei sobre o que seria feito com os registros de inteligência do regime do ditador Ben Ali – o equivalente da Tunísia aos arquivos do Stasi –, e ele disse que, apesar de serem bastante interessantes, os órgãos de inteligência são um problema, são perigosos, e que ele precisaria fechá-los um por um. Mas, no que se refere a esses arquivos, ele achava que seria melhor para a coesão da sociedade tunisiana mantê-los em sigilo, para evitar uma onda de caça às bruxas. Você viu a queda do Stasi na Alemanha Oriental, poderia falar um pouco sobre esses arquivos e o que você acha dessa abertura de arquivos de segurança?

Andy: A Alemanha tem aquele que é provavelmente o órgão de inteligência mais bem documentado do planeta, ou pelo menos um deles. Todos os documentos do Staatssicherheit da Alemanha Oriental – manuais, documentos processuais, materiais de treinamento, estudos internos – são mais ou menos públicos. “Mais ou menos” significa que nem todos são fáceis de acessar, mas muito deles o são, e o governo criou um órgão para preservar e administrar os registros, de forma que os cidadãos alemães também têm o direito de ver os arquivos do Stasi referentes a eles.

Julian: O governo alemão criou o BStU, o Bundesbeauftragte für die Stasi-Unterlagen [Órgão Federal de Administração dos Arquivos do Stasi], um grande distribuidor de arquivos do Stasi.

Andy: Sim, e os jornalistas podem fazer solicitações de pesquisa, algo comparável a requisições de liberdade de informação, para estudar as questões. E tem um monte de livros e manuais de aprendizado comportamental estratégico explicando como o Stasi aplicou essa ou aquela técnica. Na verdade, acho bem interessante pesquisar isso. Entendo que seja esperar demais que os tunisianos divulguem todos os registros pessoais elaborados pelo antigo órgão de inteligência, porque o presidente – o atual – terá de julgar seus próprios registros, assim como os de seus aliados. Esses órgãos de inteligência não respeitam a privacidade, então você

terá informações pessoais sobre as suas atividades sexuais, suas telecomunicações, suas transferências de dinheiro, enfim, sobre tudo que você fez, e você pode não querer que isso vá a público.

Julian: Você acompanhou a situação do Amn El Dawla no Egito, o serviço de segurança do país? Milhares de pessoas invadiram o prédio e saquearam os arquivos enquanto os funcionários tentavam queimá-los, destruí-los e jogá-los no lixo. Por fim, um monte desse material acabou saindo de lá e se espalhando. Era possível comprar um registro por US\$ 2 em um mercado local e fazer o upload na internet. E isso não destruiu a sociedade egípcia.

Andy: Não, só estou dizendo que eu até entendo que as pessoas não queiram que seus registros pessoais sejam divulgados. Dá para entender. Se eu morasse em um país onde quarenta anos de informações de inteligência sobre mim tivessem sido coletados e mantidos, e toda vez que eu fosse ao banheiro isso estivisse sendo registrado...

Julian: Mas tem a análise de custo-benefício, certo? Do meu ponto de vista, uma vez um traidor, sempre um traidor.

Andy: Certo, mas o argumento da ética dos *hackers*, em linhas gerais, é usar as informações públicas e proteger aquelas que são privadas, incluindo dados, e eu acho que, se quisermos defender a privacidade – e temos bons motivos para tanto –, não deveríamos simplesmente dizer que as coisas se equilibram nesse caso. Dá para fazer a distinção. Não precisamos divulgar tudo.

Jacob: Mas esse sigilo tem um benefício que pode ser considerado assimétrico. Vamos voltar um pouco. Seu argumento é totalmente equivocado, porque se baseia na noção de que os dados são privados quando são restritos, o que simplesmente não é verdade. Por exemplo, no meu país, se 1 milhão de pessoas tiver uma autorização de segurança e a permissão de acessar esses dados privados...

Julian: 4,3 milhões...

Jacob: Então, como se pode chamar esses dados de privados? O problema é que nenhum dado, de nenhuma pessoa no planeta, é 100% secreto.

Julian: São segredos dos poderosos em relação àqueles que não têm poder.

Andy: É, você tem razão. Mas se quisermos abrir completamente os arquivos...

Julian: Isso aconteceu em alguns países europeus.

Andy: Não. Não conheço nem um único país onde todos os registros tenham sido

revelados.

Julian: Mais registros foram liberados na Polônia do que na Alemanha, por exemplo.

Andy: Pode ser. Na verdade, o que aconteceu foi que o lado ruim desse acordo que a Alemanha fez é que eles usaram ex-oficiais do órgão de segurança da antiga Alemanha Oriental para que o Stasi administrasse não apenas seus próprios registros, mas também parte da chamada “Nova Alemanha”, a antiga parte oriental unificada. Tem uma história interessante sobre a empresa que venceu a licitação pública para limpar o prédio onde os registros eram mantidos. A empresa venceu só porque deu o lance mais baixo para realizar o serviço. Seis anos depois, a organização responsável por manter o material descobriu que tinha contratado uma empresa criada pelo órgão de inteligência da antiga Alemanha Oriental para limpar os próprios registros.

Jérémie: O WikiLeaks divulgou um relatório sobre isso. Eu li, é excelente¹.

Andy: O WikiLeaks divulgou um relatório justamente sobre isso, então você tem razão quando diz que, uma vez que esses registros são criados e caem nas mãos de pessoas mal-intencionadas, é difícil dizer que sejam privados.

Julian: Mas podemos ampliar a discussão. A internet levou a uma explosão do volume de informações disponível ao público, e isso é simplesmente extraordinário. A função educativa disso é extraordinária. Por outro lado, as pessoas falam sobre o WikiLeaks coisas como: “Todas aquelas informações governamentais privadas agora foram a público, o governo não consegue manter nada em segredo”. É uma grande besteira pensar assim. Eu diria que o WikiLeaks não passa da sombra de uma sombra. Na verdade, o fato de termos produzido mais de 1 milhão de palavras de informação e disponibilizado isso ao público não passa de um resultado da enorme explosão do conteúdo secreto disponível. E, na realidade, grupos poderosos atualmente têm um volume tão imenso de material secreto que isso nem se compara com o volume do material disponível ao público. As operações do WikiLeaks só incluem uma pequena fração desse conteúdo secreto. Olhando esse equilíbrio entre *insiders* poderosos, cientes de todas as transações de cartão de crédito que são feitas ao redor do mundo, por um lado, e, por outro, pessoas podendo buscar no Google todos os blogs do mundo e saber o que os outros estão dizendo... O que vocês acham desse equilíbrio?

Andy: Acho que seria bom se todos esses registros fossem revelados, porque assim as pessoas saberiam que, ao usar seus cartões de crédito, deixam um rastro. Algumas achariam isso abstrato demais e muito difícil de entender se explicássemos a elas. Mas entenderiam assim que vissem seus próprios registros.

Julian: Se você tiver acesso aos seus registros do Facebook, verá que eles têm 800 MB de informações sobre a sua vida.

Andy: Sei que, depois da queda do bloco oriental, o chanceler alemão Helmut Kohl queria unificar a Alemanha, e os norte-americanos impuseram uma condição nas chamadas Negociações 2+4. Disseram que queriam manter as telecomunicações alemãs sob controle, sob a vigilância deles, e Kohl não deu muita importância a isso por desconhecer as implicações da vigilância das telecomunicações. Conheci uma pessoa da equipe do gabinete dele que contou que eles ficaram extremamente preocupados com a proposta e mostraram a ele umas 8 mil páginas de transcrições de telefonemas dele que o Stasi tinha elaborado. E ele disse: “Ei, que merda é essa?”. Eles responderam: “Ah, são os seus telefonemas dos últimos dez anos, inclusive conversas com as suas amantes, com a sua esposa, com a sua secretária e por aí vai”. Só então ele entendeu o que é a interceptação das telecomunicações. E os registros dessas ações de inteligência de fato podem ajudar as pessoas a entender o que os órgãos de inteligência estão fazendo. Então eu defenderia a divulgação total. Se fôssemos colocar isso em votação agora, acho que não me oporia.

Julian: Não quero falar muito a respeito, já que é óbvio que em alguns casos, como uma investigação sobre a máfia, as informações têm de ser mantidas em sigilo durante o processo. Isso poderia parecer justificável em algumas circunstâncias. Não estou dizendo que isso seja justificável como uma política, estou dizendo que é politicamente inevitável. Existem tantos argumentos politicamente convincentes para fazer isso – como “Esses caras já mataram antes e estão tramando outro assassinato” – que não importa se a gente achar que a interceptação deve ou não ser disponibilizada, isso vai acontecer. Não dá para vencer essa luta política. Mas esse tipo de vigilância tática tem o benefício de poder ser parcialmente regulamentado, e os danos podem ficar restritos a um número mínimo de pessoas. Quando a interceptação tática é usada para garantir o cumprimento das leis (em oposição a ações de inteligência), muitas vezes faz parte do processo de coleta de evidências. Essas evidências acabam nos autos dos processos judiciais e, portanto, terminam sendo disponibilizadas ao público. Então é possível supervisionar, pelo menos parcialmente, o que está acontecendo. E dá para interrogar as pessoas no banco dos réus sobre como tais informações foram coletadas e por que deveríamos presumir que elas são válidas. É possível ficar de olho no que acontece. Mas regulamentar a interceptação estratégica é um completo absurdo. Isso envolveria, por definição, interceptar todo mundo, e que legislação poderia ser aplicada se a premissa inicial fosse essa?

Jérémie: Essa discussão sobre a divulgação total me lembra do grupo conhecido como LulzSec, que divulgou o cadastro dos 70 milhões de usuários da Sony, e dava para ver endereços, endereços de e-mail e senhas. Acho que havia até os dados de cartão de crédito desses 70 milhões de usuários. Como ativista dos direitos fundamentais, pensei: “Ei, tem alguma coisa errada se, para provar um argumento ou se divertir, você precisa divulgar os dados particulares das pessoas”. Foi muito estranho ver os endereços de e-mail das pessoas nos cadastros. De certa forma, pensei que aquele grupo estava se divertindo com a segurança computacional, e o que eles acabaram demonstrando foi que nem uma empresa famosa e poderosa quanto a Sony era capaz de manter os segredos de seus usuários em sigilo, e então

ter aqueles 70 milhões de usuários procurando o próprio nome ou endereço de e-mail em uma ferramenta de busca e encontrando esse cadastro faria com que eles automaticamente percebessem: “Nossa, onde eu estava com a cabeça quando revelei essas informações à Sony? Quais são as implicações de dar meus dados pessoais a uma empresa?”.

Jacob: E aí eles mataram o mensageiro.

¹ WikiLeaks, “Stasi Still in Charge of Stasi Files”, 4 out. 2007, disponível em: <www.wikileaks.org/wiki/Stasi_still_in_charge_of_Stasi_files>. Acesso em 22 out. 2012.



Assange, Appelbaum, Müller-Maguhn e Zimmermann na embaixada equatoriana, em 20 de março de 2012, durante a conversa que originou o livro *Cypherpunks – liberdade e o futuro da internet*.

11

RATOS NA ÓPERA

Julian: Já percorremos todos os cenários pessimistas, então agora eu queria dar uma olhada num potencial cenário utópico. Temos a radicalização da internet jovem, que agora está se aproximando da maioridade. Por outro lado, temos algumas tentativas desesperadas de garantir o anonimato e a liberdade de divulgação, liberdade contra a censura – temos uma ampla variedade de interações entre os setores público e privado, que estão ocupados em combater isso –, mas vamos presumir que o mundo opte pelo caminho mais positivo. Como seria isso?

Jacob: Acho que devemos ter o direito de ler e de falar livremente, sem exceção, para todas as pessoas, sem que nenhum ser humano seja excluído, para parafrasear Bill Hicks¹. Ele se referia a educar, vestir e alimentar, mas a ideia, no fundo, é que todo mundo tem o direito de ler, todo mundo tem o direito de se expressar livremente. Disso resulta o direito a se expressar de maneira anônima, a possibilidade de fazer pagamentos sem a interferência de terceiros, a possibilidade de viajar livremente, de corrigir dados sobre você que estão nos sistemas. A possibilidade de ter transparência e prestação de contas pelos sistemas nos quais haja qualquer tipo de intermediário.

Andy: Eu acrescentaria a ideia de que, com a disseminação das redes e dos sistemas de processamento de informações, incluindo a disponibilização de ferramentas como o Tor, a criptografia e assim por diante, o volume de dados que podem ser suprimidos é bastante pequeno, o que significa que é justamente isso que os governos precisam fazer, e eles sabem. Eles sabem que, hoje em dia, agir em segredo só significa agir em segredo por um tempo limitado, já que isso será exposto mais cedo ou mais tarde, o que é uma boa coisa. Isso muda o modo como eles agem. Isso significa que eles sabem que precisam prestar contas pelo que fazem. Também significa que eles, na prática, acabam forçando as denúncias provenientes dos próprios processos, como o Sarbanes-Oxley Act, que requer que as empresas cadastradas nas bolsas de valores norte-americanas tenham uma infraestrutura de denúncia, para que as pessoas que precisem delatar ações criminosas ou outros comportamentos impróprios por parte da chefia tenham um meio de fazer isso sem ser diretamente afetadas pelos superiores².

Então isso é bom, e trará processos mais sustentáveis no longo prazo.

Jérémie: Só para complementar o que o Jake acabou de dizer, acho que precisamos deixar claro que uma internet livre, aberta e universal é provavelmente a ferramenta mais importante que temos em mãos para resolver os problemas globais, que protegê-la é provavelmente uma das tarefas fundamentais da nossa geração e que, quando alguém em algum lugar – seja um governo ou uma empresa – restringe a capacidade das pessoas de acessar essa internet universal, a internet como um todo é afetada. A humanidade como um todo está sendo controlada. Já estamos vendo que podemos, coletivamente, elevar o custo político de tomar essa decisão; todos os cidadãos acessando a internet livre podem impedir esse comportamento. Estamos começando a ver que, como uma rede de cidadãos, temos o poder de afetar as decisões políticas e que podemos forçar nossos representantes eleitos e nossos governos a prestar contas pelos seus atos quando tomam decisões equivocadas que afetam nossas liberdades fundamentais e uma internet livre, global e universal.

Então acho que deveríamos colocar isso em prática. Deveríamos continuar a compartilhar conhecimento sobre como fazer isso. Deveríamos continuar a aprimorar nossas ações, melhorar o modo como divulgamos táticas para ir ao parlamento, para expor o que os políticos estão fazendo, para expor a influência dos lobistas das indústrias sobre o processo de determinação das políticas. Deveríamos continuar a criar ferramentas para capacitar os cidadãos a criar suas próprias infraestruturas criptografadas e descentralizadas, para que eles tenham a sua própria infraestrutura de comunicação. Deveríamos divulgar essas ideias para a sociedade, como uma maneira de criar um mundo melhor, e já estamos começando a fazer isso – só precisamos continuar.

Julian: Jake, se você der uma olhada na descrição que pessoas como Evgeny Morozov fizeram dos problemas da internet, essas questões foram previstas muito tempo atrás pelos cypherpunks³. A ideia não era que as pessoas deveriam simplesmente reclamar da intensificação da vigilância por parte do Estado e coisas assim, mas que nós podemos – na verdade, devemos –, construir as ferramentas de uma nova democracia. Podemos efetivamente criá-las com a nossa mente, distribuí-las aos outros e nos envolver na defesa coletiva. A tecnologia e a ciência não são neutras. Existem formas específicas de tecnologia que podem nos dar esses direitos e liberdades fundamentais que diversas pessoas passaram tanto tempo desejando.

Jacob: Sem dúvida. O ponto fundamental, eu acho, que as pessoas devem entender – especialmente um jovem de dezesseis ou dezoito anos que gostaria de fazer do mundo um lugar melhor – é que nenhuma pessoa nesta sala, nenhuma pessoa neste mundo, nasceu com as qualidades que um dia serão levadas ao seu túmulo. Todos nós criamos alternativas. Todas as pessoas aqui criaram alternativas e todo mundo, especialmente com a internet, tem o poder de fazer isso em seu próprio contexto. E não é que eles tenham a obrigação de fazer isso, mas, se quiserem, eles podem. E, se o fizerem, eles mudarão a vida de muita gente, especialmente no que diz respeito à internet. Criar essas alternativas tem um poder de amplificação, de

exaltação.

Julian: E então, se você construir alguma coisa, pode disponibilizá-la para ser usada por 1 bilhão de pessoas.

Jacob: Ou, se participar da construção de uma rede anônima – como a do Tor, por exemplo –, você ajuda a criar uma alternativa de comunicação anônima onde antes isso não existia.

Jérémie: A ideia é compartilhar livremente esse conhecimento e viabilizar canais de comunicação para que ele flua livremente, que é o que vocês estão fazendo. O Tor é um software livre que se tornou tão popular porque incorporamos a ele essa noção de liberdade no modo como construímos alternativas, no modo como construímos a tecnologia e os modelos.

Jacob: Precisamos de um software livre para um mundo livre e precisamos de um hardware livre e aberto.

Julian: Mas, quando você diz “livre”, quer dizer “irrestrito”? Quer dizer que as pessoas podem mexer nos componentes internos, podem ver como a coisa funciona?

Jacob: Isso mesmo. Precisamos de um software tão livre quanto as leis em uma democracia, que todo mundo possa analisá-lo, alterá-lo, realmente entendê-lo e garantir que ele está fazendo o que deveria fazer. Um software livre e um hardware livre e aberto⁴.

Julian: Havia esta noção vinda dos cypherpunks de que “o código é a lei”.

Jérémie: Quem disse isso foi Larry Lessig^a.

Julian: O que você faz na internet é definido pelos programas existentes, que estão rodando, então o código de fato é a lei.

Jacob: É verdade. E isso quer dizer que é possível criar alternativas, especialmente em termos de programação, mas até em termos de impressão 3D ou de comunidades de *hackers*⁵. Qualquer um pode ajudar a construir alternativas, e a chave é fazer com que elas sejam claramente compreendidas por meio de um processo de normalização, no qual as pessoas acabem se acostumando socialmente a construir os próprios objetos tridimensionais, a alterar o próprio software, e no qual elas sabem que, se alguém as impedir de fazer isso, quem quer que seja, essa pessoa não está provendo acesso à internet, mas sim a uma rede filtrada ou mesmo censurada e, na prática, está violando seu dever de diligência.

É isso que cada um de nós aqui faz da vida, e as pessoas deveriam saber que também têm o poder de fazer isso para as futuras gerações e para a presente geração. É por isso que estou aqui – porque, se eu não apoiar o Julian agora, nesta situação pela qual ele está passando, que

tipo de mundo estou criando? Que tipo de mensagem estou enviando quando me deixo intimidar por um bando de porcos? De jeito nenhum. Jamais. Precisamos criar e precisamos mudar o que já existe. Como disse Gandhi, “Seja a mudança que você quer ver no mundo”, mas você também precisa ser o incômodo que quer ver no mundo⁶. Essa é uma frase de *A Softer World*, não exatamente igual à de Gandhi, mas acho que é muito importante que as pessoas saibam que não podem assistir a tudo isso sentadas. Elas precisam agir, e espero que o façam⁷.

Andy: Acho que atualmente há uma grande chance de as pessoas avançarem a partir do ponto em que estamos agora, e as alternativas virão daqueles que estiverem insatisfeitos com a situação na qual estão ou com as opções que têm.

Julian: Você pode falar um pouco sobre o Chaos Computer Club nesse contexto?

Andy: Sempre o CCC... fnord⁸.

Julian: Na verdade, não tem nada igual no mundo.

Andy: O CCC é uma organização galáctica de *hackers* que promove liberdade de informações e transparência de tecnologia e se interessa pela relação entre o desenvolvimento humano e o tecnológico, isto é, pela interação entre a sociedade e o desenvolvimento.

Julian: Ele acabou se tornando político.

Andy: O CCC se transformou em uma espécie de fórum no cenário dos *hackers*, com alguns milhares de membros, muitos deles na Alemanha – mas não nos vemos como pessoas que vivem na Alemanha, nós nos vemos como pessoas que vivem na internet, o que talvez seja grande parte da nossa autoimagem, que também acaba atraindo outras pessoas. Somos muito bem relacionados com outros grupos de *hackers* na França, nos Estados Unidos e em outros lugares.

Julian: E por que você acha que o CCC começou na Alemanha? Ele se expandiu para o resto do mundo, mas o coração fica na Alemanha.

Andy: Os alemães sempre tentam estruturar tudo.

Jérémie: A engenharia alemã é melhor.

Julian: Mas acho que não é só isso. É o fato de ser Berlim, e a queda do lado oriental.

Andy: Tem a ver com várias coisas diferentes. A Alemanha fez o pior que um país pode fazer aos outros, então talvez seja um pouco mais imune a voltar a fazer esse tipo de coisa, como entrar em guerra com outros países. Nós fizemos tudo aquilo, passamos por tudo aquilo,

fomos punidos com rigor e tivemos de aprender a lição. E esse pensamento descentralizado, esse comportamento antifascista, como evitar um Estado totalitarista, ainda é ensinado nas escolas alemãs, porque vivemos isso no pior nível possível. Então acho que é importante entender isso para entender o CCC, que é um fenômeno até certo ponto alemão. Wau Holland, o fundador do CCC, também tinha uma abordagem bastante política para isso. Eu vi o pai dele em seu funeral, depois que o filho morreu na sua frente, e ele não estava dizendo palavras agradáveis. Ele falou: “E nunca mais haverá quaisquer atividades totalitaristas e não pacíficas em solo alemão”. Foi isso que esse pai disse ao enterrar o filho, e para mim isso explica muito das razões pelas quais Wau acreditava tanto em influenciar e cuidar das pessoas, atuando de modo pacífico, divulgando as ideias sem restrição, evitando um comportamento agressivo e buscando a cooperação.

E a ideia da criação cooperativa – como os movimentos do código aberto e assim por diante – de fato tem contagiado e se alinhado com as ideias dos cypherpunks norte-americanos, de Julian Assange/WikiLeaks, entre outros. Estamos testemunhando essa onda global, com atitudes culturais bastante diferentes e descentralizadas entre os *hackers* suíços, alemães, italianos... E isso é bom. Os *hackers* italianos têm um comportamento totalmente diferente dos *hackers* alemães – os italianos precisam cozinhar bem e os alemães querem tudo muito estruturado. Não estou dizendo que um seja melhor que o outro, mas sim que cada uma dessas culturas descentralizadas tem a sua beleza. Numa conferência de *hackers* italianos você pode ir até cozinha e ver um lugar maravilhoso; numa conferência de *hackers* alemães, você verá uma internet maravilhosa, mas é melhor nem entrar na cozinha. Ainda assim, o centro de tudo é que estamos criando. E acho que neste momento estamos em uma espécie de consciência coletiva, completamente separada da nossa identidade nacional – da nossa identidade como alemães, italianos, norte-americanos etc. –, e tudo que vemos é que queremos resolver problemas e trabalhar juntos. Vemos essa censura da internet, esse ataque por parte dos governos contra as novas tecnologias, como uma espécie de situação evolucionária que precisamos superar.

Estamos a caminho de identificar soluções e não apenas problemas, o que é uma coisa boa. Nós provavelmente ainda vamos precisar enfrentar muita conversa fiada, pelos próximos sei lá quantos anos, mas agora finalmente está surgindo uma geração de políticos que não veem a internet como um inimigo, e sim entendem que ela faz parte da solução, não do problema. Ainda temos um mundo baseado em armas, no poder do sigilo, em toda uma estrutura econômica e por aí vai, mas isso está mudando e acho que atualmente temos uma grande relevância na elaboração das políticas. Podemos falar sobre as questões em termos controversos – algo que o CCC tem feito há um bom tempo, a propósito. Não somos um grupo homogêneo, temos opiniões muito diferentes. Eu adoro o fato de a gente poder se encontrar aqui e não ter as melhores respostas logo de cara, mas as questões, e então botamos nossas diferentes ideias na mesa para ver no que dá. Esse é um processo que precisa continuar e é por isso que precisamos de uma internet livre.

Julian: Eu lancei a questão de como seria a trajetória mais positiva para o futuro. Autoconhecimento, diversidade e redes de autodeterminação. Uma população global bastante

instruída – não me refiro à educação formal, mas a um alto grau de compreensão sobre o funcionamento da civilização humana nos níveis político, industrial, científico e psicológico –, decorrente do livre intercâmbio de informações, estimulando novas e vibrantes culturas e a máxima diversificação do pensamento individual, uma maior autodeterminação regional e a autodeterminação de grupos de interesse capazes de se organizar em redes e trocar valores rapidamente, cruzando fronteiras geográficas. E talvez o que vimos na Primavera Árabe e no ativismo pan-árabe potencializados pela internet tenha sido um reflexo disso. No nosso trabalho com o Nawaat.org, que criou o Tunileaks, forçando os comunicados oficiais do Departamento de Estado a romper a censura do regime e penetrar na Tunísia pré-revolucionária, vimos em primeira mão o enorme poder que a rede tem de levar as informações para onde elas são necessárias, e foi extremamente gratificante nos ver como resultado do nosso empenho, na posição de quem está participando daquilo⁹. Acho que a luta pela autodeterminação que foi travada lá é a mesma que a nossa.

Essa trajetória positiva envolveria o autoconhecimento da civilização humana, porque o passado não pode ser destruído. Essa trajetória implicaria a incapacidade dos Estados neototalitaristas de surgir na prática, devido ao livre fluxo das informações e à capacidade das pessoas de conversar entre si em privado e conspirar contra tendências como essas, sem contar a capacidade do microcapital de se distanciar, sem restrições, de lugares inóspitos aos seres humanos.

Com base nesses fundamentos é possível criar uma ampla variedade de sistemas políticos. A utopia, para mim, seria uma distopia se houvesse apenas uma. Acho que os ideais utópicos devem incluir a diversidade de sistemas e modelos de interação. Se olharmos para o agitado desenvolvimento de novos produtos culturais e até para a evolução da língua, bem como para o modo como as subculturas estão criando os próprios mecanismos de interação potencializados pela internet, então, sim, consigo ver que isso tudo abre um caminho positivo possível.

Mas acho que muito provavelmente as tendências à homogeneização, à universalidade, a toda a civilização humana sendo transformada em um único grande mercado significam que teremos fatores mercadológicos normais, como um líder de mercado, um competidor no segundo lugar e um competidor de nicho, além de outros minúsculos e isolados que não fazem diferença alguma, para cada serviço e produto. Acho que isso talvez acarrete uma enorme homogeneização da linguagem e também cultural, uma padronização imensa para tornar mais efetivos esses rápidos intercâmbios. Então penso que o cenário pessimista também é bastante provável e que estamos quase diante do Estado de vigilância transnacional e de guerras intermináveis de *drones*.

Isso me faz lembrar de uma ocasião em que entrei sem pagar na Ópera de Sydney para assistir ao *Fausto*. A Ópera de Sydney é belíssima à noite, com seus magníficos espaços internos e luzes se refletindo na água, iluminando o céu noturno. Terminado o espetáculo, eu saí e escutei três mulheres conversando, encostadas na balaustrada com vista para a baía escura. A mais velha estava descrevendo os problemas que vinha enfrentando no trabalho – deu para entender que ela era uma agente de inteligência da CIA –, contando que havia reclamado para o Senate Select Committee for Intelligence [Comitê Especial de Inteligência do Senado

dos Estados Unidos], entre outras coisas, mas dizendo tudo isso em voz baixa, para a sobrinha e a outra mulher. Eu pensei: “Então é verdade. Os agentes da CIA realmente frequentam a Ópera de Sydney!”. E aí olhei para dentro do teatro, através dos gigantescos painéis frontais de vidro, e, no meio de toda aquela pompa palaciana, vi um rato d’água que tinha conseguido entrar no prédio e corria de um lado para o outro, subindo nas mesas cobertas com refinadas toalhas de mesa e comendo a comida da Ópera, pulando no balcão e se divertindo à beça no meio dos ingressos. Na hora pensei que aquele era o cenário mais provável para o futuro: uma estrutura totalitarista transnacional pós-moderna extremamente restritiva e homogeneizada imbuída de uma incrível complexidade, incongruência e degradação e, dentro dessa incrível complexidade, um espaço onde só os ratos espertos podem chegar.

Essa é uma visão positiva da trajetória negativa, sendo que a trajetória negativa é um Estado de vigilância transnacional, repleto de *drones*, o neofeudalismo em rede da elite transnacional – não no sentido clássico, mas no sentido de uma complexa interação multipartidária resultante de várias elites nos próprios Estados nacionais se erguendo juntas, provenientes das próprias bases populacionais, e se fundindo. Todas as comunicações serão vigiadas, permanentemente registradas e rastreadas, com cada indivíduo em todas as suas interações permanentemente identificado nesse novo *establishment*, desde o nascimento até a morte. Estamos falando de uma enorme transição, que começou há menos de dez anos, e já estamos praticamente lá. Acho que um cenário como esse só pode levar a um clima extremamente controlador. Se todas as informações coletadas sobre o mundo fossem divulgadas ao público, isso poderia reequilibrar a dinâmica de poder e permitir que nós, membros de uma civilização global, tenhamos o poder de decidir nosso próprio destino. Mas isso jamais acontecerá sem uma mudança drástica. A vigilância em massa se aplica de maneira desproporcional à maioria de nós, transferindo o poder aos grupos que participam do esquema e que, mesmo assim, acredito que também acabarão não gostando tanto desse admirável mundo novo. Esse sistema também coincidirá com uma corrida armamentista de *drones* que eliminará as fronteiras claramente definidas da atualidade como as conhecemos, já que são produzidas pela contestação de linhas físicas, resultando em um estado permanente de guerra, à medida que as redes de influência dominantes começam a pressionar o mundo a fazer concessões. E, com isso, as pessoas simplesmente serão soterradas debaixo de uma montanha inimaginável de burocracia.

Como uma pessoa normal poderia ser livre em um sistema desse? É simplesmente impossível. Não que alguém possa ser totalmente livre dentro de qualquer sistema, mas as liberdades para as quais evoluímos biologicamente e as liberdades com as quais nos acostumamos culturalmente serão eliminadas quase que por completo.

Então acho que as únicas pessoas que serão capazes de manter a liberdade que tínhamos, digamos, vinte anos atrás – porque o Estado de vigilância já eliminou grande parte dessa liberdade, nós é que ainda não percebemos isso – são aquelas que conhecem intimamente o funcionamento do sistema. Então só uma elite *high-tech* rebelde é que será livre, esses ratos espertos correndo pela ópera.

-
- ¹ “Eis o que vocês podem fazer para mudar o mundo neste exato momento, para abrir um caminho melhor. Peguem todo o dinheiro que gastamos em armas e sistemas de defesa todos os anos e, em vez disso, gastem esse dinheiro alimentando, vestindo e educando os pobres do mundo. Daria para fazer isso muitas e muitas vezes, sem deixar nem uma única pessoa de fora, e ainda daria para explorar o espaço, juntos, por dentro e por fora, para sempre, em paz”, Bill Hicks, “Bill Hicks: Positive Drugs Story”, vídeo disponível em: <[youtu.be/vX1CvW38cHA](https://www.youtube.com/watch?v=vX1CvW38cHA)>. Acesso em 24 out. 2012.
- ² O Sarbanes-Oxley Act de 2002 é uma lei norte-americana aprovada em resposta aos escândalos corporativos e contábeis das empresas Enron, Tyco International, Adelphia, Peregrine Systems e WorldCom. A lei visava a eliminar as práticas corruptas que levaram a tais crises. A seção 1107 da lei, codificada como USC 1513(e), cria um delito penal visando a proteger os denunciantes de atos de retaliação.
- ³ Evgeny Morozov, *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom* (Nova York, PublicAffairs, 2011).
- ⁴ Para saber mais sobre o software livre, ver “The Free Software Definition”, no website do GNU Operating System, em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>>. Hardware livre significa um hardware livre das restrições de patentes de exclusividade, construído de acordo com padrões abertos, sem se submeter a leis contra a engenharia reversa ou *tampering* (livre de leis de não circunvenção) e cujos princípios de design, instruções e esquemas são disponibilizados sem restrições para que todos tenham acesso a eles e aos recursos necessários para construir uma réplica. Sobre o hardware livre, ver EHSM, “Exceptionally Hard and Soft Meeting: Exploring the Frontiers of Open Source and DIY”, disponível em: <ehsm.eu>. Ver também a entrada “Open-Source Hardware” na Wikipédia, em: <en.wikipedia.org/wiki/Open-source_hardware>. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- ^a Na ciência da computação, “código” em geral se refere ao texto de um programa de computador (o código fonte). Na terminologia jurídica, “código” pode se referir aos textos que constituem as leis. Quando afirma que “o código é a lei”, Lessig se refere a como o código, nos dois sentidos, pode ser usado como instrumento de controle social. (N. T.)
- ⁵ A respeito da impressão 3D por meio de hardware livre e aberto, ver um vídeo introdutório sobre a impressora 3D RepRap, disponível em: <vimeo.com/5202148>. Acesso em 24 out. 2012.
- ⁶ A frase “Seja o incômodo que você quer ver no mundo” foi retirada do site *A Softer World*, uma série de histórias em quadrinho fotográfica, disponível em: <www.asofterworld.com/index.php?id=189>. Acesso em 24 out. 2012.
- ⁷ Para acompanhar os acontecimentos relativos a qualquer uma das questões levantadas nesta discussão, Jacob recomenda seguir duas fontes bibliográficas: Roger Dingledine e Nick Mathewson (orgs.), *The Anonymity Bibliography: Selected Papers in Anonymity*, disponível em: <freehaven.net/anonbib>, e Philipp Winter (org.), *The Censorship Bibliography: Selected Papers in Censorship*, disponível em: <www.cs.kau.se/phlwint/censorbib>. Ambos os links foram acessados em 24 out. 2012.
- ⁸ Nota deixada intencionalmente em branco.
- ⁹ O Nawaat.org é um blog coletivo independente lançado na Tunísia em 2004: <nawaat.org/portail>. O Tunileaks foi lançado pelo Nawaat em novembro de 2010, divulgando registros oficiais do WikiLeaks referentes à Tunísia: <tunileaks.appspot.com>. Para saber mais sobre o Tunileaks e as tentativas de censura por parte do governo de Ben Ali, ver Global Voices Advocacy, “Tunisia: Censorship Continues as WikiLeaks Cables Make the Rounds”, 7 dez. 2010, disponível em: <<http://globalvoicesonline.org/2010/12/07/tunisia-censorship-continues-as-wikileaks-cables-make-the-rounds/>>. Todos os links foram acessados em 24 out. 2012.

CRONOLOGIA WIKILEAKS^a

2006

4 DE OUTUBRO: O domínio WikiLeaks.org é registrado.

6 DE DEZEMBRO: WikiLeaks publica o primeiro documento, *Inside Somalia and the Union of Islamic Courts*.

2007

15 DE JANEIRO: A jornalista Elizabeth Williamson publica um artigo no *Washington Post* sobre o projeto WikiLeaks.

26-27 DE JANEIRO: Julian Assange fala no Fórum Social Mundial sobre a presença de WikiLeaks no Quênia por alguns meses.

30 DE AGOSTO: WikiLeaks divulga relatório da empresa de consultoria de riscos Kroll, que alega o “desvio de 1 bilhão de libras do governo” por parentes e pessoas relacionadas ao líder queniano Daniel arap Moi. O governo do Quênia confirma que recebeu esse relatório em abril de 2004.

2 DE OUTUBRO: Bradley Manning se junta ao exército.

6 DE OUTUBRO: NATO Media Operations Center publica *NATO in Afghanistan: Master Narrative*. Com distribuição restrita à International Security Assistance Force (ISAF). Divulgada por WikiLeaks em 25 DE FEVEREIRO de 2009.

4-8 DE NOVEMBRO: WikiLeaks publica diversos artigos sobre a presença do exército norte-americano no Iraque, a partir de reportagens investigativas realizadas por Julian Assange e sua equipe.

14 DE NOVEMBRO: Daniel Quinn Jr., responsável pela segurança de informação do Comando Sul das Forças Armadas Americanas, envia e-mail para WikiLeaks, informando que os procedimentos operacionais da Força-Tarefa Guantánamo para a prisão na baía de Guantánamo, de 2003, compõem um relatório que não é público, e pergunta se o documento pode ser retirado do ar.

2008

FEVEREIRO: o site WikiLeaks.org ficou fora do ar ao longo de duas semanas por ordem judicial, que alegava a publicação indevida de documentos sobre lavagem de dinheiro e sonegação de impostos pelo Julius Bare Bank nas Ilhas Cayman e na Suíça.

ABRIL-AGOSTO: Bradley Manning recebe treinamento para se tornar analista de inteligência militar em Fort Huachuca.

4 DE OUTUBRO: WikiLeaks abre uma conta no Twitter.

2009

5 DE JANEIRO: WikiLeaks publica lista de 797 domínios filandeses censurados, usados para publicação de pornografia infantil.

14 DE JANEIRO: Pentágono (CENTCOM) publica documento composto por doze slides de gráficos, mapas, estatísticas e textos sobre a guerra no Afeganistão, preparado pela International Security Assistance Force (ISAF) no Afeganistão e classificado como “Somente para uso oficial”. O documento foi intitulado “Metrics Brief, 2007-2008”, e publicado em 12 DE FEVEREIRO de 2008 no WikiLeaks.org.

19 DE JANEIRO: WikiLeaks disponibiliza o livro censurado *A Coup for the Rich: Thailand's Political Crisis*, originalmente publicado por Giles Ji Ungpakorn, professor-associado da Faculdade de Ciência Política da Chulalongkorn University, Tailândia.

23 DE FEVEREIRO: WikiLeaks publica gravações confidenciais do Bank Julius Baer feitas por Arturo Acosta Chappara, um desconhecido chefe de polícia mexicano responsável pelo desaparecimento de 140 detidos em Guerrero e condenado por tráfico de drogas.

27 DE FEVEREIRO: WikiLeaks acusa o Pentágono por derrubar oneteam.centcom.mil em resposta ao WikiLeaks quebrar a criptografia do documento *NATO's Master Narrative for Afghanistan*, que pode ser encontrado no site da Central de Comando do Pentágono.

2 DE MARÇO: Mandado de busca da polícia alemã conectando a lista dinamarquesa de censura publicada no WikiLeaks em fevereiro de 2009.

10 DE MARÇO: WikiLeaks posta no Twitter: “WikiLeaks divulga lista de 5 mil doadores do senador Coleman, 56 mil apoadores/contatos e mais. Fique atento”. O jornal *The Hill* notificou WikiLeaks da posse indevida de informações particulares do candidato e informou que seria feita uma publicação on-line alegando que a campanha de Coleman havia sido violada.

11 DE MARÇO: pelo Twitter, WikiLeaks divulga que o senador Coleman possui os códigos de segurança de cartões de crédito de todos os seus doadores e apoiadores.

12 DE MARÇO: WikiLeaks publica um comunicado à imprensa a respeito do banco de dados de contribuintes do senador Coleman, declarando que: 1) WikiLeaks é um serviço público não partidário; 2) Coleman divulgou os dados de crédito completos, mas o WikiLeaks não [apenas os quatro últimos dígitos do cartão de crédito]; 3) O banco de dados veio a público por meio da Campanha de Coleman; 4) De acordo com a lei, a Campanha de Coleman nunca deveria ter guardado as informações de segurança de seus contribuintes; 5) De acordo com a lei, a Campanha de Coleman deveria ter notificado os contribuintes.

18 DE MARÇO: WikiLeaks publica carta do advogado queniano de direitos humanos Oscar Kamau Kindara assassinado, datada de 14 DE OUTUBRO de 2008, endereçada ao ministro de Segurança Interna e ao presidente da Comissão Parlamentar de Segurança, que exigia explicações do governo sobre as circunstâncias que levaram aos assassinatos e aos desaparecimentos misteriosos de homens e mulheres entre julho de 2008 e setembro de 2008.

fim DE OUTUBRO: Bradley Manning chega ao Iraque.

20 DE DEZEMBRO: Bradley Manning tem um “desvio de conduta” durante uma sessão de terapia. O soldado teria virado uma mesa, danificado um computador e sido contido por um oficial. Major Clausen escreveu um memorando sobre o incidente; Manning foi enviado a um especialista comportamental logo em seguida.

24 DE DEZEMBRO: um psicólogo recomenda que Bradley Manning seja transferido do turno da noite para o turno do dia, com tarefas de baixa intensidade. Determina que Manning é potencialmente perigoso para si mesmo e para os demais, e recomenda a remoção de sua arma e maior monitoramento.

2010

21 DE JANEIRO: Bradley Manning deixa Bagdá para visitar sua família nos Estados Unidos e retorna em 11 DE FEVEREIRO.

18 DE FEVEREIRO: WikiLeaks publica telegrama confidencial da Embaixada dos Estados Unidos em Reykjavik, datado de 13 DE JANEIRO de 2010.

18 DE MARÇO: Julian Assange teria sido perseguido durante um voo entre Reykjavik e Copenhagen por dois indivíduos com credenciais diplomáticas e registradas sob o nome de “U.S. State Department”.

22 DE MARÇO: um voluntário da WikiLeaks foi detido pela polícia islandesa e interrogado por 21 horas, enquanto eram mostradas fotografias de Julian Assange em um restaurante de Reykjavik, no qual teria sido usada uma sala para “realizar um encontro para edição de um vídeo em que civis são mortos por pilotos norte-americanos”.

12 DE ABRIL: o informativo à imprensa enviado pelo Departamento de Defesa diz que “WikiLeaks, [é] um site de denúncia que publica documentos enviados por anônimos e documentos que vazaram”. Gates diz acreditar que o site não provocará consequências duradoras. Quando perguntado se a divulgação do vídeo de 2007 contendo imagens de civis iraquianos atingidos por tiros de militares norte-americanos em um helicóptero Apache prejudicaria a imagem dos Estados Unidos, respondeu que “achava que não”.

29 DE MAIO: Bradley Manning é preso no Camp Arifjan, Kuwait, sob suspeita de fornecer ao WikiLeaks o vídeo de 2007.

5 DE JUNHO: Bradley Manning é acusado de vazar informação confidencial.

9 DE JUNHO: o agente especial Mark Mander, da unidade de Investigação de Crimes Computacionais do exército americano acompanhará o caso de Bradley Manning até novembro de 2011.

25 DE JULHO: WikiLeaks publica os Diários da Guerra do Afeganistão, mais de 70 mil

relatórios militares secretos que revelam assassinatos indiscriminados de civis por forças americanas.

26 DE JULHO: o presidente do Comitê de Forças Armadas do Congresso envia uma nota à imprensa dizendo que “a divulgação de documentos secretos pode colocar a segurança nacional – e a vida de homens e mulheres em combate – em risco”.

27 DE JULHO: o presidente Barack Obama, pela primeira vez, fala publicamente sobre WikiLeaks ter divulgado mais de 70 mil documentos secretos relacionados à guerra do Afeganistão.

29 DE JULHO: no Camp Arifjan, Kuwait, Bradley Manning é considerado suspeito por estar envolvido na divulgação de centenas de relatórios de inteligência secreta sobre a guerra do Afeganistão. No dia seguinte, 30 DE JULHO, será encaminhado para Quantico, na Virgínia.

11 DE AGOSTO: Assange chega à Suécia para uma conferência, onde irá conhecer as duas mulheres que o acusarão de abuso sexual e estupro.

20 DE AGOSTO: O Ministério Público sueco emite uma ordem de prisão contra Julian Assange por acusações de crimes sexuais a partir do depoimento de duas mulheres não identificadas.

21 DE AGOSTO: A ordem de prisão contra Assange é suspensa. A procuradora-chefe, Eva Finne, afirma que “Não há razões para suspeitar que ele tenha cometido estupro”. A investigação por abuso sexual irá continuar.

22 DE AGOSTO: o Pentágono, em sua conta do Twitter, chama Julian Assange de “estuprador”.

31 DE AGOSTO: Assange é interrogado por uma hora em Estocolmo, e nega as acusações.

1 DE SETEMBRO: a procuradora Marianne Ny, diretora do departamento de processos contra crime sexuais, decide reabrir a investigação sobre estupro no caso de Assange.

22 DE OUTUBRO: O WikiLeaks começa a publicar os Registros de Guerra do Iraque, 400 mil relatos de campo sobre a guerra do Iraque, mostrando inclusive tortura de prisioneiros pelas forças norte-americanas.

18 DE NOVEMBRO: A polícia sueca emite nova ordem de prisão contra Assange, para ser questionado.

20 DE NOVEMBRO: a Interpol emite uma ordem internacional de prisão contra Julian Assange, a pedido da Suécia. Dez dias depois, emite um “alerta vermelho” contra ele.

28 DE NOVEMBRO: O WikiLeaks começa a publicar o Cablegate, um conjunto de mais de 250 mil relatórios diplomáticos de 274 embaixadas dos EUA no mundo todo.

29 DE NOVEMBRO: Sarah Palin publica em sua conta no Facebook que Assange é “um antiamericano com sangue nas mãos” e questiona o motivo de as autoridades norte-americanas não estarem olhando para ele como olham para os terroristas.

30 DE NOVEMBRO: O ex-deputado democrata Barney Frank diz que Assange, Manning e WikiLeaks providenciaram ajuda e conforto aos inimigos dos Estados Unidos, e que, portanto, devem ser processados. O deputado republicano Doug Lamborn, do Colorado, diz que a administração atual não está fazendo o suficiente aos assuntos relacionados a WikiLeaks e segurança nacional. Já o republicano Steve King diz que Assange quer destruir a

civilização ocidental e derrubar a Constituição, e o acusa de traição.

1 DE DEZEMBRO: WikiLeaks é retirado dos servidores da Amazon.

7 DE DEZEMBRO: Julian Assange se apresenta à polícia britânica após ter mandado de prisão expedido, em resposta a um pedido da justiça sueca.

14 DE DEZEMBRO: A Julian Assange é concedida fiança, com a condição de que ele providencie o valor de £ 200.000 para o tribunal, com mais £ 40.000, garantidos em duas fianças de £ 20.000 cada. Ele permanecerá na prisão até 16 DE DEZEMBRO, aguardando a resolução de um recurso contra a decisão de fiança apresentado pela promotoria sueca.

16 DE DEZEMBRO: é concedida a Assange prisão domiciliar enquanto aguarda sua audiência em fevereiro.

2011

11 DE JANEIRO: o representante do Departamento de Estado, PJ Crowley, afirma que “WikiLeaks é sobre divulgação não autorizada de informações secretas, não é um exercício de liberdade na internet”.

19 DE JANEIRO: Anistia Internacional denuncia tratamento de Bradley Manning em Quantico, Virgínia.

24 DE FEVEREIRO: Na Corte Belmarsh Magistrates em Londres, o juiz Howard Riddle decide que Assange deve ser extraditado para a Suécia.

25 DE ABRIL: WikiLeaks começa a divulgar os Arquivos de Guantánamo, centenas de fichas de 759 prisioneiros na prisão americana para terroristas, incluindo fichas médicas e relatos de interrogatórios.

3 DE MARÇO: Defesa de Assange entra com pedido na Alta Corte britânica para bloquear a extradição à Suécia.

11 DE MARÇO: Porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, PJ Crowley, chama o tratamento dado a Bradley Manning de “ridículo, contraproducente e estúpido” e pede demissão logo depois.

MAIO: para advogados do Departamento de Justiça, a aplicação da lei norte-americana beneficiará a revolução digital, e, para isso, dependerá do auxílio internacional para investigar e recolher provas no exterior, e mencionam que WikiLeaks oferece orientações acerca da descoberta eletrônica.

12 DE JULHO: Julgamento do pedido da defesa de Assange. Eles alegam que o pedido de extradição não poderia ter sido feito pela promotoria sueca, mas apenas por uma autoridade judicial.

13 DE JULHO: a Alta Corte britânica decide ouvir o apelo de Assange contra a extradição.

1 DE SETEMBRO: Todos os 250 mil documentos diplomáticos norte-americanos, sem qualquer restrição aos nomes, vazam na internet. A política do WikiLeaks era retirar todos os nomes de defensores de direitos que pudessem sofrer retaliações por terem ido a embaixadas. Mas a chave para a criptografia de arquivos que estavam na rede vazou, e os documentos foram disponibilizados por *hackers*.

2 DE NOVEMBRO: A Alta Corte britânica confirma a decisão da instância inferior de extraditar Assange.

3 DE NOVEMBRO: é realizado um grande exercício de segurança cibernética entre Estados Unidos e Reino Unido – EU-US Working Group on Cyber-security and Cyber-crime.

1 DE DEZEMBRO: WikiLeaks publica os “Arquivos da Espionagem”, 287 e-mails, folhetos e vídeos de propaganda de 160 empresas que vendem tecnologia de vigilância em massa para empresas e governos – inclusive governos ditatoriais.

5 DE DEZEMBRO: Assange ganha o direito de pedir na Corte Suprema britânica a reavaliação do seu caso de extradição, pois o tema é de interesse público.

2012

27 DE FEVEREIRO: WikiLeaks começa a publicar os Arquivos de Inteligência Global, mais de 5 milhões de e-mails da empresa de análise de inteligência Stratfor, que haviam sido hackeados dos servidores da empresa pelo grupo Anônimos.

5 DE MARÇO: Relator da ONU sobre tortura, Juan E. Mendez, diz que “acredito que Bradley Manning foi sujeito a tratamento cruel, desumano e degradante durante o seu excessivo e prolongado isolamento em que foi mantido durante nove meses em Quantico.”

30 DE MAIO: A Corte Suprema britânica decide que Assange deve ser extraditado para a Suécia para ser interrogado no caso de crimes sexuais. A Corte decide que o pedido feito pela promotoria sueca é válido segundo leis britânicas. Ele tem catorze dias para recorrer.

14 DE JUNHO: A Corte Suprema nega o pedido de Assange para reabrir o caso de legalidade do pedido de extradição.

19 DE JUNHO: Julian Assange pede asilo na embaixada do Equador em Londres.

5 DE JULHO: o WikiLeaks começa a publicar mais de 2 milhões de e-mails do governo da Síria, provenientes dos ministérios da Presidência, de Relações Internacionais, Finanças, Informação e Transporte e Cultura.

15 DE AGOSTO: O governo equatoriano recebe uma carta da chancelaria do Reino Unido afirmando que tem o poder de revocar o status de embaixada a qualquer momento. Governo do Equador considera a carta uma ameaça de invadir sua embaixada.

16 DE AGOSTO: O Equador concede asilo político a Julian Assange. O governo britânico se nega a dar um salvo-conduto. Têm início negociações entre os dois países.

24 DE AGOSTO: Reunião de emergência na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, onde estavam os chanceleres de todos os países-membros, aprovou por consenso, resolução de “solidariedade e apoio” ao Equador em relação à inviolabilidade de sua embaixada, em Londres.

25 DE OUTUBRO: O WikiLeaks começa a publicar cem arquivos secretos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos detalhando políticas de detenção do Exército no Iraque e em Guantánamo.

7 DE NOVEMBRO: Defesa de Bradley Manning propõe que ele “aceite responsabilidades” parciais sobre os crimes imputados a ele. A proposta incluiria aceitar responsabilidade pelo

vazamento parcial dos documentos secretos americanos.

29 DE NOVEMBRO: Bradley Manning depõe pela primeira vez em um procedimento pré-julgamento, nos EUA. Ele explicou como se sentiu quando foi preso no Kuwait em 2010: “Me lembro de pensar: vou morrer. Pensei que morreria naquela jaula”.

2 DE DEZEMBRO: A justiça militar determina que o julgamento de Bradley Manning deve ser marcado para meados DE MARÇO de 2013, devido à discussão sobre se ele foi mantido em confinamento ilegal.

^a Com base nos dados reunidos por Alexa O'Brien, em “Timeline: United States v. Manning, Assange, WikiLeaks, and the Press”, disponível em: <http://www.alexaobrien.com/timeline_us_versus_manning_assange_wikileaks_2007.html>. Acesso em 11 jan. 2013.

Copyright © Julian Assange, 2012
Copyright desta tradução © Boitempo Editorial, 2013
Traduzido do original em inglês *Cypherpunks: freedom and the future of the internet*
publicado nos Estados Unidos pela OR Books LLC, Nova York

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editora-adjunta

Bibiana Leme

Assistência editorial

Alicia Toffani e Livia Campos

Tradução

Cristina Yamagami

Consultoria técnica

Pablo Ortellado

Preparação

Thaisa Burani

Capa e guardas

Ronaldo Alves Filho

sobre imagem do vídeo “Collateral Murder”
(foto de Julian Assange na quarta capa: Allen Clark)

Diagramação

Crayon Editorial

Produção

Livia Campos

Versão eletrônica

Produção

Kim Doria

Diagramação

Schäffer Editorial

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C996

Cypherpunks : liberdade e o futuro da internet / Julian Assange ... [et al.] ; tradução Cristina Yamagami. - São Paulo : Boitempo, 2013.

Tradução de: Cypherpunks: freedom and the future of the internet

ISBN 978-85-7559-307-3

1. WikiLeaks 2. Política internacional 3. Política econômica 4. Internet - Aspectos sociais. I. Assange, Julian, 1971-.

13-0102.

CDD: 327

CDU: 327

07.01.13 08.01.13

041946

1^a edição: fevereiro de 2013

BOITEMPO EDITORIAL
www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com
www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboardoitempo
www.youtube.com/user/imprensaboitempo
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br

E-BOOKS DA BOITEMPO EDITORIAL

ENSAIOS

18 crônicas e mais algumas * formato ePub

MARIA RITA KEHL

A educação para além do capital * formato PDF

ISTVÁN MÉSZÁROS

A era da indeterminação * formato PDF

FRANCISCO DE OLIVEIRA E CIBELE RIZEK (ORGs.)

A finança mundializada * formato PDF

FRANÇOIS CHESNAIS

A hipótese comunista * formato ePub

ALAIN BADIOU

A indústria cultural hoje * formato PDF

FABIO DURÃO ET AL.

A linguagem do império * formato PDF

DOMENICO LOSURDO

A nova toupeira * formato PDF

EMIR SADER

A obra de Sartre * formato ePub

ISTVÁN MÉSZÁROS

A política do precariado * formato ePub

RUY BRAGA

A potência plebeia * formato PDF

ÁLVARO GARCÍA LINERA

A revolução de outubro * formato PDF

LEON TROTSKI

A rima na escola, o verso na história * formato PDF

MAÍRA SOARES FERREIRA

A teoria da revolução no jovem Marx * formato ePub

MICHAEL LÖWY

A visão em paralaxe * formato ePub

SLAVOJ ŽIŽEK

As armas da crítica * formato ePub

IVANA JINKINGS E EMIR SADER (ORGs.)

As artes da palavra * formato PDF

LEANDRO KONDER

Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917 * formato ePub

SLAVOJ ŽIŽEK

As utopias de Michael Löwy * formato PDF

IVANA JINKINGS E JOÃO ALEXANDRE PESCHANSKI

Bem-vindo ao deserto do Real! (versão ilustrada) * formato ePub

SLAVOJ ŽIŽEK

Brasil delivery * formato PDF

LEDA PAULANI

Cães de guarda * formato PDF

BEATRIZ KUSHNIR

Caio Prado Jr. * formato PDF

LINCOLN SECCO

Cidade de quartzo * formato PDF

MIKE DAVIS

Cinismo e falácia da crítica * formato PDF

VLADIMIR SAFATLE

Crítica à razão dualista/O ornitorrinco * formato PDF

FRANCISCO DE OLIVEIRA

De Rousseau a Gramsci * formato PDF

CARLOS NELSON COUTINHO

Democracia corintiana * formato PDF

SÓCRATES E RICARDO GOZZI

Do sonho às coisas * formato PDF

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

Em defesa das causas perdidas * formato ePub e PDF

SLAVOJ ŽIŽEK

Em torno de Marx * formato PDF

LEANDRO KONDER

Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias * formato PDF

PERRY ANDERSON

Estado de exceção * formato PDF

GIORGIO AGAMBEN

Extinção * formato PDF

PAULO ARANTES

Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina * formato PDF

CARLOS EDUARDO MARTINS

Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira * formato PDF

FRANCISCO DE OLIVEIRA, RUY BRAGA E CIBELE RIZEK (ORG.)

História, teatro e política * formato ePub

KÁTIA RODRIGUES PARANHOS (ORG.)

Infoproletários * formato PDF

RUY BRAGA E RICARDO ANTUNES (ORG.)

István Mészáros e os desafios do tempo histórico * formato PDF
IVANA JINKINGS E RODRIGO NOBILE

Lacrimae rerum: ensaios de cinema moderno * formato PDF
SLAVOJ ŽIŽEK

Lenin * formato PDF
GYÖRGY LUKÁCS

Memórias * formato PDF
GREGÓRIO BEZERRA

Meu velho Centro * formato PDF
HERÓDOTO BARBEIRO

Modernidade e discurso econômico * formato PDF
LEDA PAULANI

No limiar do silêncio e da letra * formato ePub
MARIA LUCIA HOMEM

Nova classe média * formato PDF
MARCIO POCHMANN

O ano em que sonhamos perigosamente * formato ePub
SLAVOJ ŽIŽEK

O caracol e sua concha * formato PDF
RICARDO ANTUNES

O continente do labor * formato PDF
RICARDO ANTUNES

O desafio e o fardo do tempo histórico * formato PDF
ISTVÁN MÉSZÁROS

O emprego na globalização * formato PDF
MARCIO POCHMANN

O emprego no desenvolvimento da nação * formato PDF
MARCIO POCHMANN

O enigma do capital * formato PDF
DAVID HARVEY

O poder das barricadas * formato PDF
TARIQ ALI

O poder global * formato PDF
JOSÉ LUIS FIORI

O que resta da ditadura: a exceção brasileira * formato PDF
EDSON TELES E VLADIMIR SAFATLE (ORG.)

O que resta de Auschwitz * formato PDF
GIORGIO AGAMBEN

O romance histórico * formato PDF

GYÖRGY LUKÁCS

O tempo e o cão: a atualidade das depressões * formato PDF

MARIA RITA KEHL

O reino e a glória * formato ePub

GIORGIO AGAMBEN

O velho Graça * formato ePub

DÊNIS DE MORAES

Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas * formato ePub

ARTIGOS DE DAVID HARVEY, EDSON TELES, EMIR SADER, GIOVANNI ALVES, HENRIQUE CARNEIRO, IMMANUEL WALLERSTEIN, JOÃO ALEXANDRE PESCHANSKI, MIKE DAVIS, SLAVOJ ŽIŽEK, TARIQ ALI E VLADIMIR SAFATLE

Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica * formato PDF

LUIZ BERNARDO PERICÁS

Os sentidos do trabalho * formato PDF

RICARDO ANTUNES

Padrão de reprodução do capital * formato ePub

CARLA FERREIRA, JAIME OSORIO E MATHIAS LUCE (ORG.)

Para além do capital * formato PDF

ISTVÁN MÉSZÁROS

Para uma ontologia do ser social I * formato ePub

GYÖRGY LUKÁCS

Planeta favela * formato PDF

MIKE DAVIS

Primeiro como tragédia, depois como farsa * formato PDF

SLAVOJ ŽIŽEK

Profanações * formato PDF

GIORGIO AGAMBEN

Prolegômenos para uma ontologia do ser social * formato PDF

GYÖRGY LUKÁCS

Revoluçãoes * formato PDF

MICHAEL LÖWY

Rituais de sofrimento * formato ePub

SILVIA VIANA

Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo * formato ePub

ROBERT CABANES, ISABEL GEORGES, CIBELE RIZEK E VERA TELLES (ORG.)

São Paulo: a fundação do universalismo * formato PDF

ALAIN BADIOU

São Paulo: cidade global * formato PDF

MARIANA FIX

Sobre o amor * formato PDF

LEANDRO KONDER

Trabalho e dialética * formato PDF
JESUS RANIERI

Trabalho e subjetividade * formato PDF
GIOVANNI ALVES

Videologias: ensaios sobre televisão * formato PDF
EUGÊNIO BUCCI E MARIA RITA KEHL

Vivendo no fim dos tempos * formato ePub
SLAVOJ ŽIŽEK

Walter Benjamin: aviso de incêndio * formato PDF
MICHAEL LÖWY

LITERATURA

A Bíblia segundo Beliel * formato ePub
FLÁVIO AGUIAR

Anita * formato PDF
FLÁVIO AGUIAR

Cansaço, a longa estação * formato PDF
LUIZ BERNARDO PERICÁS

Crônicas do mundo ao revés * formato PDF
FLÁVIO AGUIAR

México Insurgente * formato PDF
JOHN REED

Selva concreta * formato ePub
EDYR AUGUSTO PROENÇA

Soledad no Recife * formato PDF
URARIANO MOTA

COLEÇÃO MARX-ENGELS EM EBOOK

A guerra civil na França * formato PDF
KARL MARX

A ideologia alemã * formato PDF
KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

A sagrada família * formato PDF
KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra * formato PDF
FRIEDRICH ENGELS

As lutas de classes na França * formato ePub
KARL MARX

Crítica da filosofia do direito de Hegel * formato PDF
KARL MARX

Crítica do Programa de Gotha * formato PDF
KARL MARX

Lutas de classes na Alemanha * formato PDF
KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Manifesto Comunista * formato PDF
KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Manuscritos econômico-filosóficos * formato PDF
KARL MARX

O 18 de brumário de Luís Bonaparte * formato PDF
KARL MARX

O socialismo jurídico * formato PDF
KARL MARX

Sobre a questão judaica * formato PDF
KARL MARX

Sobre o suicídio * formato PDF
KARL MARX